

Fundação Oswaldo Cruz
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Susana Corbacho Alvarez de Carvalho

DE PONTO EM PONTO, SE MUDA A VIDA:
*autogestão e saúde da mulher trabalhadora numa cooperativa
de costura artesanal do Rio de Janeiro*

Rio de Janeiro

2007

Susana Corbacho Alvarez de Carvalho

DE PONTO EM PONTO, SE MUDA A VIDA:
*autogestão e saúde da mulher trabalhadora numa cooperativa
de costura artesanal do Rio de Janeiro*

Dissertação apresentada ao programa de
pós-graduação em Saúde Pública da
Escola Nacional de Saúde Pública
Sergio Arouca como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre.
Orientador: Prof. Dr. Carlos Minayo
Gomez

Rio de Janeiro

2007

Susana Corbacho Alvarez de Carvalho

DE PONTO EM PONTO, SE MUDA A VIDA:
*autogestão e saúde da mulher trabalhadora numa cooperativa
de costura artesanal do Rio de Janeiro*

Dissertação apresentada ao programa de pós-graduação em Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Carlos Minayo Gómez
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
(Orientador)

Prof.^a Dr.^a Jussara Cruz de Britto
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca

Prof.^a Dr.^a Marilene Affonso Romualdo Verthein
Universidade Federal Fluminense

DEDICATÓRIA

*Às trabalhadoras da Coosturart que,
com delicadeza e atitude, redesenham
cotidianamente suas vidas.*

EPÍGRAFE

É o sonho que liberta. De tudo: do mundo, dos outros, de nós. É necessário crer no sonho. E salvá-lo sempre. Para nos salvarmos. Para deixarmos a face radiosa de nossa alegria no último ermo, e na última sombra, onde outras vidas, depois, vierem um dia perguntar as coisas que hoje andamos nos perguntando.

Cecília Meireles

RESUMO

As transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas exerceram forte impacto sobre o mundo do trabalho, acelerando o processo de precarização sofrido, sobretudo, pelas trabalhadoras. Diante desse novo cenário, alternativas vêm sendo buscadas para o enfrentamento do desemprego e para a geração de renda, com destaque para o campo da economia solidária. O presente estudo, realizado em uma cooperativa de costura artesanal localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, situa-se nessa perspectiva e contempla também a questão das relações de gênero. Buscou-se compreender como esse empreendimento, além de constituir uma possibilidade de sobrevivência, pode contribuir para dotar o trabalho com um novo sentido, potencializando a produção de saúde para as pessoas envolvidas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa em que foram entrevistadas sete trabalhadoras do conjunto que compõe a cooperativa. Na análise de suas falas, procurou-se entender o significado dessa experiência em suas vidas. Como resultado, foi possível constatar a importância de tal engajamento, principalmente do ponto de vista psicossocial. Verificou-se que, apesar das dificuldades e conflitos inerentes à implementação de um processo de produção autogestionário, prevalece uma percepção positiva do trabalho realizado. A busca pela independência financeira ainda contrasta com os rendimentos insuficientes alcançados, que são compensados pelo exercício cotidiano da autonomia e da criatividade aplicadas às técnicas artesanais. Foram percebidas algumas mudanças significativas nos planos da subjetividade e das relações de gênero, no entanto, a questão da dupla jornada permanece como um desafio diário para as mulheres da cooperativa.

Palavras-chave: economia solidária; cooperativismo; saúde do trabalhador; trabalho feminino; relações de gênero.

ABSTRACT

The economical changes occurred in the last decades exerted deep impact on the work field, accelerating the precarious labor process faced, mainly, by the female workers. Due to this situation, alternatives have been created to face up to unemployment and to promote income producing, where economy of solidarity has been reaching good results. The present study focuses on this perspective and it also contemplates the gender relations. It took place on a needlecraft cooperative on the west zone of Rio de Janeiro city. Besides representing a mean of surviving, the author tried to comprehend this project's contributions to giving work a new meaning, increasing the chances to produce health among its workers. This is a qualitative research, in which seven women who work in the cooperative were interviewed. By analyzing their speeches, the author attempted to understand the meaning of this experience in their lives. The results showed the importance of the cooperative engagement, especially from a psychosocial point of view. It was verified that a positive perception about their work prevails, though the inherent difficulties concerning a cooperative managing process implementation. The search for independence still contrasts with the insufficient income obtained. However, this point is compensated by the daily exercising of autonomy and creativity through handicraft techniques. Significant changes concerning subjectiveness and gender relations were noticed, nevertheless double working shift is a problem that still remains as a daily challenge for the women at the cooperative.

Keywords: economy of solidarity; cooperative work; worker's health; female labor; gender relations.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
CAPÍTULO I – MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO.....	11
Economia solidária: definições e princípios	12
Construindo novos espaços de trabalho: percurso histórico da economia solidária ..	17
Economia solidária no Brasil.....	19
Economia solidária no Rio de Janeiro.....	22
CAPÍTULO II - A REALIZAÇÃO DA PESQUISA: caminhos percorridos	24
A cooperativa estudada.....	29
Histórico da cooperativa.....	32
Objetivos.....	36
Referenciais teóricos.....	37
A tríade gênero, trabalho e saúde	40
Abordagem metodológica.....	44
Coleta e análise de dados.....	47
As participantes.....	56
CAPÍTULO III – ALINHAVANDO NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO.....	59
Costurando juntas uma nova realidade.....	66
Autogestão: a elaboração coletiva do espaço de trabalho.....	66
Gerindo o empreendimento.....	68
Marcando diferenças.....	76
Por uma outra flexibilização.....	82
Vivendo criativamente.....	85
Em busca de autonomia.....	91
Perdas e ganhos de um novo cotidiano.....	95
Cooperativa de Costura Artesanal: um lugar só para mulheres?.....	103
As jornadas de trabalho.....	106
Abrindo caminhos para transformações.....	110
Percebendo os laços entre trabalho e saúde.....	112
A saúde também é feita de sonhos.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	120
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	124

INTRODUÇÃO

Esta dissertação, cujo tema faz parte do campo de estudos da saúde do Trabalhador, tem como objetivo contribuir para a compreensão da dinâmica, gênero, trabalho e saúde no contexto do cooperativismo.

Por meio de um estudo de caso, busquei investigar as mudanças e permanências vivenciadas pelas trabalhadoras que atuam no universo cooperativado. A intenção é dar maior visibilidade às potencialidades e aos impasses que marcam o cotidiano de quem trabalha nesse tipo de empreendimento, destacando sua importância como um campo de trabalho que se soma à luta contra a exclusão social.

Minha aproximação com o tema da pesquisa não ocorreu exatamente de forma linear, houve um caminhar em meio a avanços e retrocessos. A experiência começou de uma maneira um tanto inesperada para mim. Ao contrário de grande parte dos alunos de mestrado que ingressam no curso com uma questão que previamente os afetava, o cooperativismo e a economia solidária surgiram em minha vida após a aprovação no processo seletivo da ENSP. Meu orientador, Professor Doutor Carlos Minayo Gomez, me sugeriu esse tema na primeira conversa que tivemos, em janeiro de 2003.

Ao compreender a importância dos estudos sobre cooperativismo para a Saúde do Trabalhador, fiquei imediatamente interessada. Encantei-me pelo modo criativo de se pensar a saúde a partir da possibilidade de elaboração de novas relações de trabalho e de relacionamento entre as pessoas no campo da produção. Ao mesmo tempo, fui tomada por uma sensação de ansiedade por estar diante de algo absolutamente novo para mim, com o qual eu precisaria me familiarizar o mais rapidamente possível.

Entre a empolgação e o medo, comecei a me aproximar de modo gradual do mundo das cooperativas. Primeiramente, busquei a leitura de textos básicos para compreender o que era aquilo que eu iria estudar. Aos poucos, comecei a identificar diferenças, ora notáveis ora sutis, entre os autores que tratam do assunto. Tal fato significou um grande progresso na minha caminhada, pois a comparação requer algum tipo de conhecimento prévio, o que eu julgava possuir naquele momento.

Quanto ao processo final de elaboração da dissertação, este não se mostra como algo simples de se fazer para nenhum mestrando. Para mim, especificamente, significou um período de superação de múltiplos obstáculos. O maior de todos, certamente, é representado pela minha natural dificuldade para me expressar por meio da forma escrita. Além disso, não queria apenas apresentar teorias e dados, mas pretendia mostrar

as impressões pessoais que tive desde o início dessa trajetória, assim como o modo particular como tudo isso me afetou cognitivamente e afetivamente.

Havia, ainda, a preocupação em apresentar o cooperativismo e a economia solidária sem pender para a crítica extensiva ou a utopia ingênua. Minha intenção era, simplesmente, me aproximar de uma realidade social tentando retratá-la a partir do ponto de vista das pessoas que a constroem em seu contexto diário, interpretando-a com base em meus conhecimentos, percepções, afetos e emoções.

A sistematização da experiência vivida demandou tempo e envolvimento para organizar as informações. Por mais que procurasse dar aos acontecimentos um significado a partir do que os grupos estudados pensam e sentem, não há como negar que o lugar de onde falo é de fora e não do interior das práticas estudadas. Através do meu olhar e do meu modo de combinar e interpretar os acontecimentos foi possível chegar a esse formato, que se constitui somente como uma das possíveis maneiras de perceber e descrever a situação pesquisada, mas não a única.

Quanto à estrutura da dissertação, no primeiro capítulo, exponho o cenário das mudanças ocorridas no mundo do trabalho e apresento a economia solidária e suas práticas cooperativas como algumas das estratégias que vêm sendo elaboradas pelos trabalhadores no sentido de enfrentar a exclusão social através da geração de emprego e renda. Descrevo, ainda, as definições, princípios e histórico da economia solidária, sua estruturação no Brasil e no Rio de Janeiro.

No segundo capítulo, falo sobre os caminhos trilhados para a realização da pesquisa, como se deram a escolha da cooperativa estudada, o encontro com esse novo universo, e os motivos que me levaram a enveredar por esses espaços. Apresento os objetivos do estudo, o referencial teórico-metodológico, a história do empreendimento e as participantes que comigo compartilharam um pouco de suas vidas.

No terceiro capítulo, exponho os resultados de minhas interpretações, retratando a sensibilidade de um contexto que reúne arte, trabalho e pessoas aprendendo novas formas de lidar com as técnicas, a criação, a liberdade, os limites e a vida. Procuro, nessa parte, associar a realidade observada ao campo de estudos que fundamentou a pesquisa, integrando teoria e fatos cotidianos.

Por último, no plano das considerações gerais, elaboro uma conclusão sobre o panorama dos temas abordados, aponto as potencialidades e as limitações visualizadas a partir dessa pesquisa e realizo uma reflexão que poderá orientar novos estudos nessa área.

CAPÍTULO I

MUDANÇAS NO MUNDO DO TRABALHO

As profundas transformações econômicas ocorridas nas últimas décadas do século XX exerceram forte impacto sobre o mundo do trabalho. Diante da necessidade de crescimento econômico, as empresas passaram por uma reestruturação produtiva, com o intuito de tornar mais flexíveis os processos de trabalho, os padrões de consumo e a forma de acumulação de capital.

Essa alteração do paradigma produtivo implicou na flexibilização da força de trabalho e as indústrias passaram a funcionar com um número mínimo de trabalhadores, acelerando o processo de terceirização, de subcontratação, dos empregos temporários e em tempo parcial e dos direitos flexíveis.

Emergem como resultado desse processo, em níveis diversos e diferenciados, a precarização das condições de trabalho, o aumento indiscriminado do desemprego, o empobrecimento da classe trabalhadora e a crescente exclusão social. Esses trabalhadores, abandonados pelo mercado e pelo Estado, não mais encontram uma maneira de se inserir no contexto econômico, social e político de seus países, sendo, dessa forma, excluídos do sistema produtivo e impedidos de ter acesso ao consumo e a condições dignas de sobrevivência.

Tem origem, então, um novo tipo de pobreza, onde a ascensão social não mais se encontra como uma possibilidade para os excluídos (Martins, 1997). A perversa lógica econômica atual vem inscrevendo no cenário mundial formas precarizadas de trabalho:

“Uma precarização que se expressa na fragilidade dos arranjos laborais, na instabilidade e irregularidade ocupacional, bem como no subemprego e desemprego recorrente, duradouro e sem perspectivas de inclusão no mercado formal. Esse cenário, concomitante e avesso da reestruturação produtiva, agrava-se pela ausência de mecanismos de proteção social e leva amplos segmentos da população a percorrerem trajetórias marcadas pela insegurança, pelo sofrimento, pela convivência com um provisório que perde seu caráter circunstancial”. (Minayo-Gomez e Thedim-Costa, 2005)

No Brasil, o processo de pauperização em virtude das alterações nos processos de trabalho vem atingindo mulheres e homens trabalhadores. Mesmo entre aqueles que permanecem integrados ao mercado formal de trabalho é possível observar a

degradação das suas condições materiais de vida e a construção de uma trajetória marcada pela insegurança.

A escassez de oportunidades de emprego no país tem levado muitos trabalhadores a aceitar condições de trabalho extremamente precárias, salários injustos, jornadas excessivas e ausência de vínculos laborais que lhes assegurem direitos trabalhistas e previdenciários. Ainda assim, a competição por postos de trabalho de todo tipo torna-se cada vez mais acirrada, restando aos trabalhadores excedentes a busca de soluções para o desemprego. Em muitos casos, isso significa a atuação no mercado informal e, até mesmo, em atividades ilegais.

Diante desse panorama, as classes populares vêm construindo alternativas individuais e coletivas para a geração de trabalho e renda nos diversos espaços sociais. Dentre essas, a economia solidária vem ganhando destaque no Brasil e em outros países.

Além de representar um meio de assegurar a sobrevivência de uma significativa parcela da população, as práticas dos empreendimentos econômicos solidários tendem a fortalecer a autonomia e a atuação social dos trabalhadores por meio do exercício da autogestão. Possibilitam, ainda, uma conjugação entre a necessidade de ter um trabalho e o desejo de realização através dele, viabilizando a obtenção de uma fonte de renda e de realização humana, por meio do exercício da criatividade, da aprendizagem de novas habilidades e da aquisição de novos conhecimentos.

Essas características podem significar uma série de transformações no campo do trabalho e a formação de um novo tipo de trabalhador. Tais modificações apontam para a possibilidade de se produzir saúde no interior das empresas da economia solidária, dotando o trabalho de um outro sentido e fazendo dele um elemento capaz de gerar felicidade.

Economia solidária: definições e princípios

O acelerado aumento do desemprego, principalmente nos países em desenvolvimento, impulsionou as classes populares a construir estratégias capazes de garantir o seu sustento, como é o caso da economia solidária.

Na última década, tais iniciativas para a geração de trabalho e renda deixaram de ser vistas como respostas emergenciais tópicas dotadas de um efeito paliativo sobre as situações de pobreza e miséria. Até então, acreditava-se que, na melhor das hipóteses,

funcionariam como uma ação temporária, enquanto não surgissem melhores condições para a inserção dessas populações na economia formal.

Diante da manutenção das condições adversas enfrentadas no campo do trabalho, as iniciativas das classes populares e a economia solidária passaram a ser interpretadas como respostas necessárias a demandas urgentes, podendo se configurar como a base para a reconstrução do tecido social. Apesar de seu inicial caráter reativo, essas experiências podem vir a se configurar como geradoras de novas formas de produção, estimulando o desenvolvimento de alternativas de vida econômica e social (GAIGER, 1998).

Dentro dessa perspectiva, a economia solidária vem adquirindo maior visibilidade e importância no cenário internacional, dada a viabilidade de seus projetos para a geração de trabalho e renda no âmbito das classes populares. Além disso, apresenta a capacidade de inovar por meio da combinação da autogestão com a solidariedade, podendo contribuir para importantes modificações no paradigma socioeconômico atual.

Devido a esses fatores, a economia solidária não indica apenas um movimento econômico, estando ligada a outros movimentos sociais que visam a uma melhor qualidade de vida para a população em geral. Seu projeto tem um caráter político, na medida em que propõe uma organização da sociedade civil, tanto para atuar em sua própria ajuda quanto para cobrar do Estado medidas pertinentes ao desenvolvimento social.

Apesar de não representar uma solução definitiva para o problema do desemprego e da exclusão social, a economia solidária vem assumindo um importante papel como campo alternativo de trabalho, melhorando a qualidade de vida de trabalhadores que não mais conseguem se inserir no mercado de trabalho formal.

A economia solidária se apresenta como uma noção aberta a investigações à qual muitos pesquisadores têm se dedicado recentemente. Esse novo conceito vem sendo construído a partir da análise de casos históricos e das experiências desenvolvidas na atualidade, apontando para definições que descrevem a economia solidária como uma prática pensada e organizada a partir da cooperação, e não da competição.

Seus empreendimentos baseiam-se na livre associação de trabalhadores, no trabalho cooperativo e na autogestão, constituindo-se como uma prática econômica que convive com o capitalismo e apresenta uma visão diferente deste no que concerne ao trabalho e ao lucro. Além disso, buscam uma organização do trabalho onde as relações

possam ser mais justas e humanas, valorizando os princípios da solidariedade, da igualdade e da produção coletiva.

De acordo com Laville (apud Lechat, 2002), a economia solidária caracteriza-se como um conjunto de atividades econômicas regidas por uma lógica que difere tanto da lógica do capitalismo quanto do Estado. Para França-Filho (2002) a noção de economia solidária ultrapassa a identificação de experiências econômicas cujo estatuto difere da empresa capitalista. Ela remete à escolha de um projeto político de sociedade onde a sustentação dos indivíduos não se fundamenta nas esferas do Estado e do mercado.

As várias acepções do termo economia solidária guardam em comum a idéia de solidariedade, em contraposição ao individualismo competitivo característico do comportamento econômico capitalista. Nesse sentido, o conceito inclui experiências de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária. Em geral, suas iniciativas apresentam-se sob a forma de grupos de produção, associações e cooperativas, que procuram combinar atividades econômicas com ações de cunho educativo e cultural, valorizando o sentido de comunidade de trabalho e o compromisso com a coletividade social em que se inserem (Gaiger, 2003).

Dentro dessa proposta, o ser humano é visto como sujeito e finalidade da atividade econômica e o trabalho humano é valorizado socialmente como meio de promover a sobrevivência e o bem-estar individual e coletivo. O trabalho, o saber e a criatividade humana configuram-se como valores centrais desses empreendimentos fundados na cultura da cooperação, da solidariedade e da partilha. Assim, não limitam sua eficiência à questão econômica, mas também em função da qualidade de vida e da satisfação de seus membros.

França Filho (2002) ressalta como importante aspecto da economia solidária a existência de múltiplas fontes de captação de recursos, fenômeno denominado hibridação de economias. Por meio deste, ocorre a possibilidade de combinação de uma economia mercantil (representada pela venda de produtos ou prestação de serviços), não-mercantil (obtenção de recursos públicos) e não monetária (realizada por meio do trabalho voluntário). Apesar de nem sempre ocorrer, a hibridação de economias pode ser necessária para garantir a viabilidade econômica de alguns empreendimentos.

O autor citado destaca, ainda, outro traço marcante das iniciativas da economia solidária. Trata-se da construção conjunta da oferta e da demanda, distanciando-se da lógica da economia de mercado. Na economia solidária, a oferta de produtos e de

prestação de serviços orienta-se pelas necessidades apresentadas pelas populações residentes onde o empreendimento está situado.

Desse modo, não busca a mera rentabilidade, mas o atendimento das necessidades/demandas expressas pelos grupos locais, empreendendo uma tentativa de autogeração de riqueza e resolução das suas problemáticas sociais específicas, o que demonstra a inscrição da solidariedade na elaboração coletiva das atividades econômicas.

Segundo Singer (2002) a característica mais importante dos empreendimentos econômicos solidários consiste na autogestão. Por meio desta, os trabalhadores passam a produzir para si mesmos, instaurando uma nova cultura do trabalho, onde a submissão é substituída pela autonomia.

Nas iniciativas solidárias, a autogestão possui um papel fundamental e as cooperativas constituem-se como exemplos de empresas onde essa prática é adotada. Singer (2003) ressalta que a cooperativa é a forma clássica de empreendimento da economia solidária.

A prática cooperativa na economia solidária envolve a democracia na posse e controle dos bens de produção, na organização do trabalho e na distribuição dos produtos. Seu objetivo final não é o lucro, mas a garantia de sustento dos sócios e da continuidade da cooperativa. O trabalhador cooperativado, que é um sócio, não possui salário, mas retiradas mensais de acordo com critérios estabelecidos no estatuto da cooperativa.

Segundo Schmidt e Perius (2003:63), *“as cooperativas são associações anônimas de pessoas que se unem voluntariamente e constituem uma empresa, de propriedade comum, para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais. Baseiam-se em valores de ajuda mútua, solidariedade, democracia, participação e autonomia. Os valores definem as motivações mais profundas do agir cooperativo, sendo a instância inspiradora dos princípios do Movimento Cooperativo Mundial.”*

A definição técnica normativa, de acordo com Albuquerque (2003:17), apresenta a cooperativa como *“sociedade civil/comercial sem fins lucrativos cuja finalidade é desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização, de acordo com os interesses dos participantes e cooperados.”*

Cabe ressaltar a existência de cooperativas que não se orientam totalmente pelos valores e princípios do Movimento Cooperativo Internacional. Nesses casos, é comum

haver, inclusive, trabalho assalariado. Além disso, a preocupação com o desenvolvimento social não se apresenta como principal meta desses empreendimentos.

Assim, é possível afirmar que nem toda cooperativa é representante da economia solidária. Quando pertencem a esse movimento, “as cooperativas estão baseadas nos valores de auto-ajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Com base na tradição de seus fundadores, os membros da cooperativa acreditam nos valores éticos de honestidade, sinceridade, responsabilidade social e preocupação com os outros.” (Aliança Cooperativa Internacional, apud Schimidt e Perius, op. cit., p.63)

Esses valores são postos em prática por meio de sete princípios que orientam a prática cooperativa:

1. Adesão livre e voluntária: as cooperativas se mantêm abertas a todas as pessoas aptas para usar seus serviços e dispostas a assumir as responsabilidades de sócio, sem nenhum tipo de discriminação.
2. Controle democrático pelos sócios: todos os sócios participam nas decisões e formulação de políticas de gestão da cooperativa através de votação.
3. Participação econômica dos sócios: os sócios contribuem de modo equitativo e controlam o capital democraticamente, decidindo coletivamente o destino das sobras de capital de sua cooperativa.
4. Autonomia e independência: as cooperativas são organizações autônomas de ajuda mútua. Seus acordos com outras instituições, governamentais ou não, devem ser feitos de modo a manter sempre a autonomia da cooperativa e o controle democrático por parte de seus sócios.
5. Educação, treinamento e informação: todos os participantes das cooperativas recebem educação e treinamento sobre a natureza e os benefícios da cooperação, aprimorando sua participação para o desenvolvimento da organização.
6. Cooperação entre cooperativas: o movimento cooperativo se fortalece por meio do intercâmbio de cooperativas, em níveis locais, regionais, nacionais e internacionais
7. Preocupação com a comunidade: a aprovação de políticas pelos membros das cooperativas deve sempre visar ao desenvolvimento sustentável de suas comunidades.

Guiadas por esses princípios, muitas cooperativas da economia solidária conseguem obter resultados relevantes. A provável razão de seu êxito reside na original combinação

do “*espírito empresarial – no sentido da busca de resultados por meio de uma ação planejada e pela otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais – e o espírito solidário, de tal maneira que a própria cooperação funciona como vetor da racionalização econômica, produzindo efeitos tangíveis e vantagens reais, comparativamente à ação individual.*” (GAIGER, 1998:58)

Apesar disso, segundo o mesmo autor, as iniciativas econômicas solidárias enfrentam muitos obstáculos ao seu desenvolvimento, principalmente de ordem econômica, tais como: problemas de gerenciamento devido à falta de preparo ou ineficácia das soluções organizacionais e dificuldades para repor o capital de giro.

Um dos grandes desafios da empresa econômica solidária consiste na combinação da base técnica capitalista com os ideais solidários, de modo a se fortalecer economicamente sem se descaracterizar. Um bom resultado nessa operação pode resultar no crescimento e fortalecimento dos empreendimentos da economia solidária.

Construindo novos espaços de trabalho: percurso histórico da economia solidária

A Economia Solidária vem se apresentando, em alguns países, como um dos meios possíveis para a realização da inclusão social. Seu reaparecimento no cenário atual é consequência da própria situação adversa enfrentada pelos trabalhadores e de sua reação para a criação de novas possibilidades de trabalho a partir de soluções desenvolvidas por eles mesmos. Singer ressalta que

“A economia solidária, tal qual ela ressurgiu no fim do século XX, é uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não têm possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou gênero, etc.” (Singer, 2003:116)

O aparecimento da proposta de uma economia baseada na solidariedade, na partilha social da riqueza, do poder e do saber surgiu no meio do século XIX, em virtude das próprias contradições do capitalismo industrial. Os trabalhadores, explorados e alienados do produto final de seu trabalho, se uniram para tentar organizar

a produção de modo a satisfazer suas próprias necessidades, e não apenas à necessidade de lucro do sistema capitalista (ARRUDA, 2003).

A economia solidária vivida atualmente tem como raízes o cooperativismo operário, movimento originário das lutas de resistência contra a Revolução Industrial ao longo dos séculos XIX e XX.

A cooperativa de consumo de Rochdale, Inglaterra, fundada em 1844, é considerada outra grande influência do movimento atual. Sua importância se deve aos princípios por ela adotados desde sua fundação, servindo como inspiração aos sete princípios que orientam a prática cooperativa atual. Antes dela, não havia um modelo comum a todas as cooperativas.

Singer afirma que *“Os princípios de Rochdale definem com precisão o que é uma autêntica cooperativa autogestionária: igualdade política (cada cabeça um voto), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa e prioridade à educação cooperativa.”* (Singer, 2003:119) Devido à adoção dos princípios de Rochdale por inúmeras cooperativas, na Inglaterra e em outros países, esta passou a ser considerada a “mãe das cooperativas”.

O cooperativismo, apesar de inserido num contexto cada vez mais dominado pelo capitalismo, chegou fortalecido ao final do século XIX. Além das cooperativas de produção e de consumo, foram criadas cooperativas de crédito, colaborando para o avanço do movimento.

O cooperativismo não foi, no entanto, a única maneira de reagir às imposições do novo modo de produção. Paralelamente, uma outra forma de resistência dos trabalhadores se desenvolveu ao longo do século XIX. Trata-se do movimento operário, criado pelos trabalhadores que permaneceram nas fábricas com o intuito de reivindicar melhores condições de trabalho.

A luta do movimento operário pelos direitos dos trabalhadores resultou em muitas conquistas, principalmente a partir do século XX, tais como: redução da carga horária, elevação dos salários e ampliação da seguridade social. Tudo isso contribuiu para uma relativa melhora do padrão de vida dos trabalhadores assalariados.

Após a Segunda Guerra Mundial, esse avanço tornou-se mais acentuado, levando os sindicatos a diminuir sua crítica ao trabalho assalariado e a concentrar sua luta na defesa e ampliação dos direitos conquistados. Seu principal objetivo passou a ser a conservação dos empregos da classe trabalhadora assalariada.

Na medida em que as condições de trabalho nas fábricas foram melhorando, o interesse pelo cooperativismo e pela economia solidária foi diminuindo. Apesar disso, o movimento continuou a se expandir pelo mundo, ainda que de forma menos intensa do que no princípio.

A satisfação dos trabalhadores, principalmente dos países desenvolvidos, durou enquanto houve pleno emprego e cumprimento de seus direitos pelo sistema capitalista, o que vigorou entre 1940 e 1970, aproximadamente.

A volta do desemprego em massa, em meados dos anos 70, transformou radicalmente essa situação. Milhões de postos de trabalho formal foram eliminados no mundo todo e a permanência no emprego passou a ser um privilégio, e não mais um direito. Além disso, também ocorreu grande piora das condições de trabalho daqueles que continuaram empregados.

Em meio a essa grave crise desencadeada no campo do trabalho, a economia solidária ressurgiu, ainda mais forte, na maior parte dos países. A ampliação do cooperativismo ocorreu num contexto de transformação dos movimentos políticos de esquerda, tais como: a crise dos Estados socialistas da Europa Oriental; a incapacidade dos governos social-democratas europeus para impor limites às políticas neoliberais; e o aumento da participação da sociedade civil nos processos emancipatórios, através da multiplicação de organizações não-governamentais (ONGs) e movimentos de libertação (SINGER, 2002).

Economia solidária no Brasil

Trazido pelos emigrantes europeus, o cooperativismo chegou ao Brasil no começo do século XX, e se desenvolveu sob a forma de cooperativas de consumo nas cidades e de cooperativas agrícolas no campo. As de consumo, em geral, eram formadas por empresas e tinham por objetivo reduzir as despesas dos trabalhadores com os produtos destinados ao sustento de suas famílias. Com a expansão das grandes redes de supermercados, a maioria das cooperativas de consumo perdeu espaço e acabou fechando. As cooperativas agrícolas alcançaram maior viabilidade e algumas se transformaram em grandes empreendimentos agroindustriais e comerciais. No entanto, em nenhuma dessas cooperativas a autogestão foi plenamente adotada, por isso não se pode caracterizá-las parte da economia solidária (Singer, 2002).

De acordo com Singer (2002), o verdadeiro florescimento da economia solidária no Brasil ocorreu em virtude da crise social iniciada a partir da década de 1980, com a perda de milhões de postos de trabalho resultando no desemprego em massa e na acentuada exclusão social. Apesar de recente, suas práticas vêm demonstrando grande vigor e notável criatividade institucional.

De modo geral, os empreendimentos da economia solidária no Brasil têm assumido a forma de cooperativa ou associação produtiva, apresentando a autogestão como característica fundamental.

O autor citado destaca a participação da Cáritas (entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) na expansão do movimento da economia solidária no país nos anos 80. Por meio de sua ajuda financeira, foram criados milhares de pequenos projetos denominados PACs (Projetos Alternativos Comunitários), com o intuito de gerar trabalho e renda de forma associada para moradores das periferias pobres nas regiões metropolitanas e rurais de várias partes do país. Grande parte dos PACs conseguiu se consolidar economicamente por meio da venda de sua produção no mercado, transformando-se em unidades de economia solidária.

Nessa década, há várias experiências concretas no âmbito de economia solidária sendo desenvolvidas no Brasil. São iniciativas de Organizações Não Governamentais voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção–consumo–comercialização; instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários; empresas recuperadas por trabalhadores, organizados em autogestão; cooperativas de agricultura familiar; cooperativas de prestação de serviços, dentre outras.

Muitas dessas práticas se apresentam, ainda, de forma muito isolada. Devido a esse fato, a integração de tais experiências constitui-se como um dos objetivos do movimento da economia solidária, apesar dos obstáculos enfrentados na realização desse processo.

Cabe destacar a existência de fóruns estaduais que promovem a articulação das práticas solidárias nos estados e a constituição do Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES) como instrumento de mobilização do movimento e de interlocução junto ao governo federal.

Este, por sua vez, criou a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), ligada ao Ministério do Trabalho, no ano de 2003. A secretaria tem a frente o economista Paul Singer e se propõe a promover a inclusão social de trabalhadores por

meio de ações direcionadas às iniciativas produtivas da economia solidária, atuando na articulação em parceria com estados, municípios e sociedade civil organizada. Tal iniciativa pode vir a se constituir como importante agente na formulação de políticas públicas que contemplem os interesses dos grupos que atuam nesse setor.

O principal objetivo da Senaes constitui-se em *“promover o fortalecimento e a divulgação da Economia Solidária, mediante políticas integradas, visando à geração de trabalho e renda, a inclusão social e a promoção do desenvolvimento justo e solidário”*. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2007)

Os objetivos específicos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) consistem em:

- *“elaborar e propor medidas para a articulação de Políticas de Finanças Solidárias, em suas múltiplas modalidades, ampliando a escala de suas operações, os serviços financeiros prestados e legitimando novas institucionalidades econômicas;*
- *intervir na reformulação do arcabouço legal que regula as cooperativas e propor a adoção de um Estatuto do Empreendimento Autogestionário, que permita consolidar sua identidade, implementar um sistema de proteção a seus trabalhadores e orientar as ações de fiscalização;*
- *difundir e fortalecer os empreendimentos autogestionários, com a promoção do desenvolvimento de tecnologia adequada; apoiar materialmente as agências de fomento da economia solidária; articular cadeias produtivas, ampliando a produção, distribuição e consumo dos produtos da economia solidária, apoiando o consumo ético e o comércio justo;*
- *estimular e promover a produção de conhecimento voltado para a Economia Solidária, articulando para tanto políticas de educação e de pesquisa; definir um sistema de acompanhamento e de avaliação de seu desenvolvimento; disseminar experiências bem sucedidas e disponibilizar um sistema de informações;*
- *fortalecer os espaços de organização e de participação da sociedade civil e dos demais entes governamentais, na formulação de políticas públicas para a economia solidária e implantar o Conselho Nacional de Economia Solidária”*. (Ministério do Trabalho e Emprego, 2007)

Com o intuito de proporcionar a visibilidade, a articulação da economia solidária e oferecer subsídios nos processos de formulação de políticas públicas, a Secretaria Nacional de Economia Solidária está realizando o mapeamento da economia solidária no Brasil. Para isso, desenvolveu o Sistema Nacional de Informações em Economia Solidária (SIES), composto por informações de Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) e de Entidades de Apoio, Assessoria e Fomento (EAF).

Segundo os dados dos relatórios SIES de 2005, as formas de organização dos empreendimentos da economia solidária no Brasil ocorrem sob a forma de grupo informal, associação, cooperativa, sociedade mercantil por cotas de responsabilidade limitada, sociedade mercantil em nome coletivo, sociedade mercantil de capital e indústria. Destes, 51% apresentam registro no CNPJ.

De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego, hoje são mais de 15 mil empreendimentos, como cooperativas, associações ou na administração de empresas falidas, gerando assim, aproximadamente 1,2 milhão de postos de trabalho entre empregados diretos, indiretos e membros-sócios em atividades de produção de bens e prestação de serviços, consumo e crédito no país.

Economia solidária no Rio de Janeiro

O estado do Rio de Janeiro apresenta uma grande diversidade de empreendimentos em economia solidária, constituídos, sobretudo, por associações e cooperativas. Dentre as práticas desenvolvidas, encontram-se iniciativas nas áreas de: artesanato, alimentação, animação de festas, confecções, construção civil, cursos, divulgação, festas e eventos, fotografia e filmagem, lajes pré-moldadas, marcenaria, material de construção, mecânica, metalúrgica, plantio e comercialização de produtos agrícolas, prestação de serviços (lavanderia, limpeza, consertos elétricos e hidráulicos, reformas e obras em geral), entre outras.

Muitas dessas organizações ainda não se constituíram formalmente como cooperativas, mas orientam sua prática para alcançar esse nível. Outras, devido a sua localização, ainda trabalham de forma muito isolada no interior do estado.

A organização regional do movimento de economia solidária no Rio de Janeiro vem sendo feita pelo FCP-RJ (Fórum de Desenvolvimento do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro). Desde sua criação, em 1994, o FCP-RJ tem atuado no sentido de

integrar as experiências encontradas no estado, rompendo o isolamento e buscando dar maior visibilidade ao movimento.

Por meio de reuniões mensais, o FCP-RJ promove o encontro de diversos representantes da economia solidária no Rio de Janeiro, provenientes de associações, cooperativas e várias Organizações Não-Governamentais (ONGs). Tal contato constitui-se como importante oportunidade para troca de experiências, discussões, articulação e elaboração de propostas que viabilizem o desenvolvimento da economia solidária no estado e no país.

Além disso, as diversas ONGs e instituições que integram o FCP-RJ realizam um importante trabalho na captação de recursos internos e externos para a promoção do desenvolvimento das práticas econômicas solidárias no estado. Prestam, ainda, assessoria jurídica e financeira, formação para o cooperativismo e treinamento, facilitando a integração de novos grupos e o fortalecimento dos mais antigos.

Entre instituições que mais se destacam nessas tarefas, podemos citar o CEDAC (Centro de Ação Comunitária), PACS (Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul), a FASE (Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional – Programa Trabalho e Socioeconomia Solidária), a Fundação Unitrabalho do Rio de Janeiro (Puc, UniRio, UFF), o IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) e a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da COPPE/UFRJ.

CAPÍTULO II

A REALIZAÇÃO DA PESQUISA: CAMINHOS PERCORRIDOS

O trabalho de campo na cooperativa estudada teve início em 2004. No entanto, meu encontro com o mundo das cooperativas ocorreu logo no início do curso de mestrado, em 2003.

De posse das primeiras informações teóricas relativas ao tema, reuni coragem para dar os primeiros passos rumo ao contato com as pessoas envolvidas no processo cooperativista no Rio de Janeiro. Juntamente com meu orientador e uma grande companheira do mestrado que pesquisaria o mesmo tema que eu, tive a primeira reunião com integrantes de uma ONG responsável pela assessoria na formação e capacitação de cooperativas no estado do Rio de Janeiro.

A partir desse momento, fomos orientados a participar das reuniões do Fórum de Desenvolvimento de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (FCP-RJ). Por meio dessas, foi possível observar diretamente as práticas concretas que existem no Estado, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Além disso, participamos de momentos importantes na vida desses grupos no que se refere à elaboração de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento da economia solidária no país.

O momento do qual participamos foi especialmente produtivo no campo das idéias e ações dentro deste setor. Desde o primeiro Fórum Social Mundial (FSM), realizado em Porto Alegre, de 25 a 30 de janeiro de 2001, a economia solidária começou a obter maior destaque no cenário nacional. Durante o evento, uma concorrida oficina sobre o tema apresentou variadas experiências e agentes da economia solidária do Brasil e da França, sensibilizando e ampliando a articulação entre representantes da classe trabalhadora, do movimento solidário, do poder público e da sociedade civil, viabilizando a expansão de suas ações e o aprofundamento de seus marcos teóricos conceituais.

O potencial transformador do I FSM expresso pelo lema de que “um outro mundo é possível” causou um grande interesse social sobre os assuntos ali tratados e alçou a economia solidária a um nível fundamental dentro desse debate. A profunda identificação dessa com os princípios do I FSM possibilitou um grande avanço político e organizacional das atividades da economia solidária no II Fórum Social Mundial.

Um dos resultados concretos desse avanço foi a constituição do Grupo de Trabalho (GT) Brasileiro de Economia Solidária, formado por diversas entidades

nacionais ligadas ao setor (Anteag, ADS/CUT, Cáritas, Pacs, Ibase e Concrab, com o apoio do governo estadual do Rio Grande do Sul e da prefeitura de Porto Alegre). Tal fato permitiu o início das articulações nacionais e internacionais para elaborar a apresentação da economia solidária no II FSM, buscando a presença de agentes do mundo todo.

No II FSM, uma conferência e um seminário sobre economia solidária contaram com a participação de expressivos nomes e organizações que trabalham nessa área no panorama mundial, reunindo em dois dias mais de duas mil pessoas de diversos países e com experiências diversas sobre o tema.

No III FSM, as atividades da economia solidária concentraram-se no debate de suas contribuições para novos padrões de crescimento e relações sociais alternativos à “sociedade de mercado”, resultando no próprio desenvolvimento humano.

Após a eleição do Presidente Lula em 2002, o GT Brasileiro elaborou uma carta contendo as diretrizes para o crescimento da economia solidária no país, requisitando também a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária como um órgão governamental capaz de elaborar e implementar políticas públicas para o setor.

Com a aproximação da Conferência Nacional de Economia Solidária, plenárias estaduais estavam sendo realizadas em 2003, reunindo grupos, cooperativas, ONGs, trabalhadores, enfim, todos os agentes que participam da economia solidária, a fim de levantar as principais questões relativas a cada estado.

Desse modo, seria possível retratar sua realidade, dificuldades, desejos, sugestões e planos de desenvolvimento para serem debatidos, posteriormente, com representantes de outros estados em nível nacional.

Participamos da Plenária Estadual do Rio de Janeiro, entre os dias 30 de maio e 1º de junho de 2003, que ocorreu na Pontifícia Universidade Católica do Estado do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Durante o evento, foi possível observar a articulação dos sujeitos envolvidos, o esforço, os obstáculos e a solidariedade para organizar um encontro de tal porte, o debate, a produção de idéias e as divergências, além da escolha dos líderes que viajariam para Brasília a fim de representar o Rio de Janeiro na Plenária Nacional.

A partir do diálogo entre representantes do governo e da economia solidária, os interesses foram debatidos e a Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) foi criada em junho de 2003, no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), sob a direção do Professor Paul Singer.

Nossa inserção nesse meio ocorreu exatamente durante os encontros que precederam e fundamentaram a criação da Senaes. Foram momentos onde o movimento da economia solidária se fortalecia e as pessoas envolvidas mostravam-se muito motivadas pela perspectiva de mudanças e melhorias diante do cenário político que se formava.

Tudo isso revelou diversos aspectos relacionados ao contexto, tais como as dificuldades cotidianas vivenciadas pelas pessoas, as potencialidades das experiências, a oportunidade de crescimento, os obstáculos que precisam vencer para se consolidar, as soluções criativas, o imprevisto e a falta de experiência que muitas vezes marcam sua atuação.

De todas as observações que tive oportunidade de fazer, a que mais me marcou foi o fato de haver sempre um número muito maior de mulheres do que de homens durante as reuniões. Elas faziam parte de grupos de produção, associações, cooperativas e, até mesmo, desenvolviam projetos individuais, orientadas pelos princípios da economia solidária.

Havia naquele espaço algo muito ligado às relações de gênero, não só pela quantidade de mulheres que compareciam, o que certamente está ligado às oportunidades de trabalho que encontraram nesses locais, mas pelo próprio modo de organizar os eventos e propiciar o encontro e a formação de laços afetivos entre os participantes.

A dimensão do cuidado com o outro e as competências voltadas para o relacionamento humano estavam sempre presentes, seja na apresentação de cada pessoa antes do início das reuniões, no modo de falar, na entonação proferida aos discursos ou nos momentos de intervalo, onde o lanche oferecido era partilhado por todos.

Tais aspectos configuram-se como características atribuídas às mulheres em nossa sociedade, o que poderia apontar para a existência da valorização do feminino nas relações de gênero em formação no interior dos empreendimentos cooperativados.

Após esse exame inicial, meu interesse se voltou para a realização de um estudo que contemplasse alguns fatores relativos à saúde dessas mulheres trabalhadoras, o que me motivou a procurar cooperativas onde elas fossem maioria. Além disso, por ser moradora da zona oeste do Rio de Janeiro, tinha também a intenção de efetuar o trabalho de campo em empreendimentos que se localizassem nesses arredores, a fim de melhor conhecer as oportunidades que estão sendo criadas por aqui.

A escolha da cooperativa para a realização da pesquisa não se deu de forma imediata. Após frequentar algumas reuniões do Fórum de Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro em 2003 e 2004, decidi concentrar meu estudo em um local onde o número de mulheres fosse maioria e que se localizasse na zona oeste do Rio de Janeiro.

Minha primeira opção foi uma outra cooperativa de costura, localizada em Cosmos. Cheguei a realizar duas entrevistas com a coordenadora, mas acabei desistindo de dar continuidade devido a alguns aspectos encontrados.

Apesar dessa cooperativa representar muito bem os ideais da economia solidária e participar de todas as discussões e encontros referentes ao tema no estado, passava por dificuldades referentes ao seu próprio sustento.

Antes de sua formalização, foram feitos estudos de viabilidade econômica por representantes de uma ONG estrangeira que atua no Brasil para a escolha do principal produto a ser fabricado (no caso, jalecos para profissionais da área de saúde). Ainda assim, não haviam conseguido alcançar um nível de vendas que garantisse a independência econômica e a estabilidade do empreendimento.

Na opinião da coordenadora da cooperativa, o maior obstáculo refere-se à comercialização do produto, que é oferecido por vendedoras da cooperativa em locais onde ocorre maior demanda por jalecos, tais como hospitais, clínicas, consultórios, laboratórios, universidades, etc. Tal estratégia não tem permitido a negociação em grande escala, concentrando a venda nas encomendas realizadas diretamente por médicos, dentistas e estudantes.

Foi possível perceber também a forte presença da ONG que acompanhou o grupo desde o início do trabalho e orientou sua formação como cooperativa, ocorrida em 1998. Cinco anos depois, o vínculo entre ambos, apesar de ser um fator estruturante sob vários aspectos, também revela uma das maiores dificuldades existentes na atuação das cooperativas populares: a contínua dependência de organizações externas para a manutenção do empreendimento.

Em um dos trechos da entrevista da coordenadora da cooperativa, esse atrelamento fica visível em forma de palavras e gestos quando fala sobre a ligação entre a cooperativa e a ONG ao longo do tempo em que trabalham juntas:

“E aí, a gente tá até hoje que... (Fez uma pequena pausa e começou a rir enquanto continuava) Entrelaçou! (Ao mesmo tempo em que falava, entrelaçou os dedos das mãos e os manteve assim) Que a gente não consegue se... (nova pausa, dessa vez sem encontrar a palavra

para definir o que sentia, fez um gesto, soltando as duas mãos entrelaçadas) *E o mais interessante que a gente fala é (...) que se os grupos tá bem, o CEDAC tá bem. Se o CEDAC cai, a gente cai junto também. Se um levanta, o outro levanta. Porque a gente trabalha muito interligado, então é muito difícil, assim, é... falar de um sem falar do outro, que a gente tá muito...*” (fez um gesto entrelaçando as duas mãos novamente)

Onde a fala não conseguiu nomear a realidade vivida, os gestos a expressaram com grande vivacidade, e talvez, seja possível preencher essa lacuna refletindo sobre a mútua dependência dessa relação. Não só a cooperativa precisa da instituição para sobreviver, mas a ONG necessita da cooperativa para justificar sua atuação.

Até que ponto essa afinidade pode ser benéfica? Que limites separam orientação e ajuda de dependência e tutela? Certamente, são questões que pairam sobre os projetos de geração de renda para comunidades carentes e que precisam ser melhor investigadas e compreendidas, mas que não eram o foco da minha pesquisa.

O fator principal que me levou a cancelar a investigação nessa cooperativa foi o fato de que, a rigor, sua produção se configurava como um trabalho domiciliar, onde cada cooperada realizava etapas diferentes da confecção em sua própria residência, em bairros e municípios distantes uns dos outros. Tal aspecto só ficou explícito após a realização das entrevistas iniciais.

Apesar de representar uma iniciativa popular, não seria possível focar, nesse local, os objetivos do estudo referentes à organização do trabalho cooperativado, no que diz respeito à gestão do empreendimento e relações de trabalho. Ficaria faltando ao estudo um dos pontos que mais me interessava observar: como se dava a interação entre as trabalhadoras, se havia uma atitude cooperativa entre as mulheres, de que modo o fato de serem mulheres poderia configurar uma estruturação diferente e o que isso poderia trazer de novo para a realização do trabalho.

Cabe ressaltar, ainda, a dificuldade que enfrentei para conseguir marcar horários para ir à casa de cada cooperada e a distância entre um local e outro, o que dificultaria muito minha locomoção e a realização das entrevistas. Além disso, sem pretender supervalorizar as questões de segurança pública do Rio de Janeiro, levei em consideração o risco envolvido ao se entrar em diversas comunidades e concluí que não me sentia preparada, e muito menos protegida, para isso.

Mesmo sabendo dos problemas que enfrentaria ao encerrar a pesquisa nessa cooperativa, acreditei que seria o mais adequado, dada a situação relatada, procurar um outro empreendimento para reiniciar minha pesquisa.

Precisei, então, buscar outros locais para recomençar meu trabalho. Após muita procura, sem sucesso algum, assisti a uma reportagem no RJ TV, da Rede Globo, sobre uma cooperativa de costura artesanal que, com o apoio da Firjan (Federação das Indústrias do Rio de Janeiro) estava participando do Fashion Business, uma feira de negócios dentro do maior evento ligado ao mundo da moda no Rio de Janeiro. Dada a importância desse fato para a mídia, a cooperativa virou notícia e apareceu em vários outros programas da TV e em reportagens de jornal (que eu venho colecionando desde então).

Para minha surpresa e alegria, a cooperativa ficava em Santa Cruz, bairro vizinho ao meu. Empreendi, então, uma busca para conseguir o telefone da cooperativa e tentar marcar um horário para visitá-los. A partir daí, começou meu vínculo com a Coosturart.

O processo de escolha dessa cooperativa para meu estudo se deu porque esta se configura como uma iniciativa popular, pautada pelos parâmetros da economia solidária. O número quase absoluto de mulheres indicava a possibilidade de investigar as questões relativas às relações de gênero, uma das preocupações do meu estudo.

Por outro lado, havia a presença de uma parte criativa do trabalho realizado por elas, o que poderia enriquecer a investigação com elementos relacionados à satisfação e saúde, além do potencial emancipatório expresso por sua nova ocupação. A junção de todos esses dados apontou para a seleção da Coosturart como novo palco do trabalho de campo.

A cooperativa estudada

A Coosturart - Cooperativa de Costura Artesanal - localiza-se no Conjunto Habitacional João XXIII, no bairro de Santa Cruz, zona oeste da cidade do Rio de Janeiro. Para lá chegar, utilizei o único meio de transporte coletivo que percorre as ruas do Conjunto Habitacional João XXIII: as Kombis. Em minha primeira visita, fui imediatamente identificada como uma completa estranha num local onde os moradores são todos conhecidos.

O motorista logo tratou de me perguntar aonde eu iria e eu respondi que estava procurando uma cooperativa de costura que ficava no local. Ele disse que todos ali a

conheciam e que muita gente de fora estava visitando a Coosturart nos últimos dias, talvez devido à repercussão das recentes reportagens nos jornais e televisão. Pediu que não me preocupasse, pois me deixaria lá. Depois de percorrer quase todas as ruas da comunidade, parou em frente a uma casa e disse: “É aqui. É só chamar que elas ficam lá dentro”.

Como não vi nenhum movimento e nenhuma indicação de que fosse mesmo aquela a sede da Coosturart, saltei um tanto hesitante e, olhando para a construção a minha frente cheguei a pensar: “Será mesmo aqui?” Respirei fundo, olhei para a casa e ao meu redor, procurando captar as imagens e sons que me invadiam a mente naquele momento. Sentia-me apreensiva a respeito do que encontraria ali e sobre como seria recebida.

Olhando fixamente para a casa, percebi que em nada se parecia com a imagem da cooperativa que já havia criado em meu imaginário. Era menor e mais modesta do que eu pensava. Mais se parecia com uma residência em meio a tantas outras do Conjunto.

Diante de mim estava uma construção que ocupava a lateral esquerda e os fundos do terreno, o que deixava livre a porção direita da parte da frente, formando, o que se poderia chamar, de um pátio aberto, onde encontravam-se um gramado e algumas plantas. Era possível avistar duas portas que se abriam para esse pátio: uma do lado esquerdo, aproximadamente no meio da parede, e outra a minha frente, bem próxima do ponto onde as duas partes formavam um ângulo reto.

Não havia muros ou cercas protegendo o local, ao contrário do que pude ver pela vizinhança. Essa diferença marcante parecia simbolizar um ambiente sem limitações, nem barreiras, que pretendia acolher as pessoas que ali chegavam e expandir suas fronteiras para outros lugares. Certamente, não foi proposital, mas a imagem criada combinava com os objetivos e sonhos de quem ali trabalha.

Sem encontrar campainha ou interfone, resolvi entrar, caminhando em direção as vozes que pareciam vir do ambiente em frente. Segui pela calçada estreita que cercava a casa até a porta aberta diante de mim. Precisei vencer minha habitual timidez e me coloquei de pé, no canto da porta, para anunciar minha chegada. Cumprimentei a todas no tom de voz mais alto e simpático que pude, tentando ser ouvida em meio ao barulho da máquina e causar uma boa impressão.

Prontamente percebi que se tratava do local onde as peças eram confeccionadas. Por não marcar um horário estipulado para as visitas, excetuando-se a primeira, e por não haver muros que exigissem me fazer anunciar para obter permissão para entrar,

todas as vezes que cheguei à cooperativa, me dirigi diretamente a esse galpão, onde trabalha a maior parte das cooperadas. Encontrei sempre as pessoas trabalhando, conversando e rindo, num ambiente alegre e descontraído. Segundo elas, as atividades transcorrem normalmente nesse clima.

Além do som das conversas, havia normalmente um rádio ou aparelho de televisão ligados, misturando-se ao som da máquina de costura (só havia uma costureira nos dias em que visitei o empreendimento) e sendo abafado por esta nos momentos em que era utilizada.

Também era possível ouvir crianças brincando enquanto visitavam suas mães ou quando estavam no local porque não tinham com quem ficar em casa naquele dia. A não ser pela máquina de costura, os vários sons provenientes do interior da cooperativa pouco lembravam os de uma confecção, remetendo-me mais ao ambiente familiar de uma residência.

O espaço da confecção devia ter em torno de sete metros de comprimento por cinco de largura. Na parede em frente à porta de entrada, ficava um pequena pia de cozinha, onde preparavam o café que logo me ofereceram, num gesto de delicadeza.

Próximo à entrada, encostadas na parede da direita e também no meio, enfileiravam-se as máquinas de costura. No fundo das instalações, encontrava-se a mesa onde as peças eram cortadas e montadas. À esquerda desta, uma estante guardava o material utilizado no ateliê de costura. A sua direita, sentadas em cadeiras dispostas em círculo, trabalhadoras realizavam o bordado de algumas saias, enquanto conversavam sobre vários assuntos.

As cortinas confeccionadas com retalhos de tecidos cobriam as janelas situadas na parede dos fundos e da lateral direita da sala, filtrando suavemente a luz do sol da tarde de primavera e apresentando-me à beleza da costura artesanal produzida ali. Quase todas as mulheres usavam aventais com seu nome bordado, indicando que as criações com agulha e linha serviam também para afirmar sua identidade. O ambiente era simples, mas bem cuidado e organizado, como todo o restante da cooperativa.

Depois de me apresentar e explicar o que estava fazendo ali, caminhei pelo lado externo até a outra porta que se abria para o pátio, acompanhada de uma das cooperadas. Lá ficava a administração da Coosturart. Ao passar pela entrada, logo a minha frente, pude ver uma grande mesa, algumas cadeiras e um quadro negro. Esse espaço pode ser utilizado para reuniões ou por quem queira bordar ali. Todo o local era

bastante simples, com chão de cimento e algumas paredes ainda sem acabamento, com os tijolos aparentes.

Virando à direita, ficava a pequena área reservada ao trabalho da equipe administrativa. Nesse local, de aproximadamente seis metros quadrados, havia uma mesa com computador e telefone, uma cadeira para quem estivesse trabalhando e uma para que o convidado ou cliente pudesse se sentar em frente à mesa, diante da presidente ou, na sua ausência, de seu substituto. Um arquivo organizava fichas de clientes e produtos, um quadro exibia fotos de peças produzidas e uma arara deixava à mostra algumas roupas e bolsas penduradas nos cabides.

Nas vezes em que lá estive e precisei aguardar pelo atendimento nessa sala, ficava de pé, diante dessa arara, examinando mais de perto as lindas saias, blusas, vestidos e bolsas e me encantando cada vez mais com o trabalho realizado por aquela equipe.

A cada peça, novos e mais elaborados bordados, cores diferentes, combinações pouco óbvias, cortes e formas que remetem a uma maneira delicada e feminina de vestir as mulheres. Tudo isso me ajudou a compreender que a cooperativa não se restringia a uma confecção, mas a um espaço onde o potencial criativo de cada cooperada é estimulado e se reflete nas marcantes características daquilo que produzem.

De uma das regiões mais pobres da Zona Oeste, onde costumamos observar a mera cópia de modelos das vitrines mais sofisticadas da cidade, emerge uma atitude criativa e transgressora. Utilizando muita criatividade, lançam produtos totalmente diferentes que refletem sua própria visão sobre a moda.

Histórico da cooperativa

A história de sua criação difere, em parte, da maioria das cooperativas. Ela não é originária de uma empresa em processo falimentar, nem se configura como resultado de uma intervenção de organizações externas à comunidade para a geração de trabalho e renda. Também não foi incubada por nenhuma ONG ou organizações públicas.

Suas bases estão atreladas às idéias de sua atual presidente, moradora do Conjunto Habitacional João XXIII, que há muito cultivava o sonho de fundar uma cooperativa no local onde vive. O enfrentamento de múltiplos problemas relacionados ao trabalho com produtos artesanais foi o elemento motivador para que ela começasse a vislumbrar uma estratégia de ação coletiva que pudesse viabilizar maior eficácia na produção e venda dos mesmos.

“Olha, eu acho que é o seguinte: eu sempre fui artesã, desde pequena. E eu sei que a pessoa viver do artesanato, ou viver de algum tipo de trabalho, por mais valorizado que ele seja, é difícil. Então, uma das coisas que eu observei quando eu fazia artesanato, vendia em feira, eu mesma fazia, vendia, comprava e situações assim, é toda essa dificuldade que você tem de chegar ao cliente. Por você fazer uma coisa correndo sozinha, você tem que ter qualidade e você não alcança essa qualidade, não alcança preço e não alcança cliente. Então, eu comecei a ver que, de repente, uma situação de você unir forças com outras pessoas que também tinham essas mesmas dificuldades seria o ideal, entendeu? Então, numa cooperativa nem todo mundo vende, nem todo mundo costura, nem todo mundo faz um trabalho só em si. Então, eu acho que, no meu caso, eu comecei a amadurecer essa idéia e vi que era a melhor opção”.

Embora a escolha já tivesse sido feita, mais de quinze anos se passaram até que seus planos pudessem ser concretizados. Nesse intervalo, seu trabalho como instrutora de técnicas artesanais para os alunos e suas mães em um CIEP da comunidade a fez perceber que havia um grande interesse das pessoas envolvidas por essa área de atuação.

No entanto, o espaço escolar não seria capaz de oferecer a estrutura adequada para produção e comercialização dos produtos confeccionados. A solução, então, foi aguardar mais alguns anos até que pudesse dispor de um local adequado para poder recomençar o projeto.

Ainda nesse período, idealizou e implementou o funcionamento de uma ONG no Conjunto João XXIII com o objetivo de trabalhar com a formação de jovens e geração de renda. Por meio da ONG Espaço Cultural Zona Oeste as idéias começaram a ser postas em prática.

O projeto acabou se modificando um pouco e a busca por meios capazes de oferecer aos moradores a possibilidade de inserção no mercado de trabalho resultou na criação da Coosturart. As instalações da ONG cederam espaço para o estabelecimento da sede da cooperativa, onde esta se localiza até hoje.

A idéia de formar uma cooperativa no local foi divulgada na comunidade para que as pessoas interessadas comparecessem aos encontros agendados e pudessem debater o assunto. As primeiras reuniões para explicar o projeto contaram com a presença de

quarenta e duas pessoas. Dessas, vinte e uma permaneceram e fundaram a Coosturart. Atualmente, somente sete delas continuam integrando o quadro de cooperados.

O próprio nome da cooperativa e o produto a ser produzido foram decididos nessas reuniões. Junto com o marido, o único homem que trabalha na cooperativa, Cláudia apresentou ao grupo algumas idéias sobre tipos de trabalho que poderiam ser desenvolvidos.

“Olha, o nome foi praticamente escolhido numa reunião, onde a gente pegou sugestão das meninas que a gente ia tá fundando a cooperativa e aí a gente tinha mais uns dois ou três nomes e... Que entrou em pauta pra qual seria o melhor e foi escolhido Coosturart por ter mais a ver com o trabalho que a gente ia desenvolver. Eu passei a idéia pra elas e elas absorveram bem, porque na verdade, se a gente fosse juntar um grupo ainda pra pensar no que a gente iria fazer muito... Logicamente, foi lançada a idéia e todo mundo pensou junto, mas não foi uma coisa imposta, foi tipo assim, eu e ele mostrar aquilo que é viável fazer, aquilo que é rentável fazer. Então, dentro da situação de artesanato que a gente conhece, tem pessoas que fazem boneca, tem pessoas que fazem vários tipos de trabalho, mas não conseguem ter renda com esse trabalho, entendeu? Então, a gente buscou um trabalho que pudesse ser desenvolvido por todos, tanto quem costura quanto quem faz artesanato e que fosse um trabalho rentável, um trabalho que você pode vender por um preço justo. E pode estar sendo inserido no trabalho de diversas maneiras. Então, quando elas viram o que poderia ser, elas apoiaram a idéia. Até porque, se a gente tivesse tentado com outras coisas, talvez teria sido mais difícil ainda”.

Desde sua fundação, ocorrida em 28 de abril de 2001, a proposta da cooperativa consiste na busca da inclusão social através de trabalhos que objetivem a geração de renda e a capacitação profissional dos moradores da comunidade. Atualmente, a cooperativa conta com o trabalho de quinze cooperadas que atuam na sede e outras dez que realizam bordados e outras técnicas artesanais aplicadas aos tecidos em suas próprias residências.

As atividades desenvolvidas baseiam-se na costura artesanal, com base no reaproveitamento de retalhos de tecidos, e na produção de peças sob encomenda. Várias técnicas artesanais são utilizadas na confecção das peças com o intuito de buscar

diversificação, qualidade e originalidade dos produtos produzidos. Dentre elas destacam-se o patchwork (técnica realizada com retalhos), o fuxico, trançado/escamas, bordados e aplicações.

A produção engloba três áreas principais: vestuário (blusas, saias, camisetas e vestidos), acessórios (bolsas de passeio, bolsas de noite, echarps, aplicações e tiaras) e decoração (colchas de retalhos, mantas, almofadas, jogos americanos e jogos de banheiro).

A parceria com outras organizações e empresas também contribuiu para o desenvolvimento da cooperativa. A ajuda ocorre por meio de cursos de formação, acompanhamento do projeto, doação de equipamentos, disponibilização de espaços de venda e doação de uma parte da matéria-prima (retalhos).

Dentre os colaboradores, destacam-se o CIEDS (Centro de Integração e Estudos de Desenvolvimento Sustentável), Obra Social da Cidade do Rio de Janeiro, Ferreira Guimarães, Viva Rio, Fundo Carioca e Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). No trecho a seguir, a presidente esclarece o tipo de apoio oferecido por algumas dessas instituições:

“Houve um financiamento do CIEDS, no início, que foi na base de dois mil e poucos reais, que foi pra legalização e pra algum tipo de matéria-prima. De lá pra cá, doações em dinheiro nós não tivemos. Tivemos máquinas do Fundo Carioca, tivemos retalhos, mas não dinheiro”.

A partir dessa declaração, perguntei se precisaram trabalhar, em algum momento, sob supervisão do CIEDS devido à mencionada ajuda financeira. A resposta foi a seguinte:

“Não, supervisão não. A gente só tinha que mostrar pra eles relatório do trabalho e o andamento”.

Isso mostra que a cooperativa não foi incubada por nenhuma outra organização. A presidente acrescenta outras informações sobre o tema:

“(...) A gente teve uma parceria com o Fundo Carioca, que o Fundo Carioca doou pra gente cerca de quatro máquinas, né? A gente pagou essa doação com trabalho comunitário. A gente, agora há pouco tempo, teve o Viva Rio, que também entrou com mais algumas máquinas, mais o computador que a gente tem aqui, em sistema de comodato. (...) O comodato é você usa até quando você usar. Quando

“você não for utilizar mais pra aqueles fins, você tem que devolver. Se você usar dez anos, você fica dez anos. Se você só usou um mês e não for usar mais, você não pode passar adiante, nem vender, você tem que devolver a ONG”.

É possível perceber que o auxílio que receberam viabilizou a implementação da infra-estrutura para o funcionamento da cooperativa. Apesar disso, seu funcionamento é independente e suas ações são planejadas e executadas a partir das decisões tomadas pelos cooperados, e não pelas instituições que colaboraram.

O apoio recebido, apesar de importante, nunca foi responsável pela manutenção do empreendimento. Seu sustento fica a cargo de suas próprias vendas, não havendo nenhum outro tipo de ajuda para sua manutenção.

Objetivos

Apresento, então, essa dissertação como resultado da pesquisa realizada em uma cooperativa de costura artesanal onde o número de mulheres é quase o total do número de cooperados (só há um homem trabalhando na cooperativa).

A partir do referencial do campo de estudos da Saúde do Trabalhador, pretendo trazer uma contribuição para a área no que se refere ao cooperativismo visto através das relações de gênero e as possibilidades que se abrem para a construção de melhores condições de vida e saúde para as cooperadas.

Parto do pressuposto que o trabalho cooperativado realizado por mulheres precisa ainda ser melhor entendido, sobretudo do ponto de vista de quem o vivencia em seu cotidiano, trazendo à luz as dificuldades, os obstáculos, as potencialidades e a viabilidade de empreendimentos desse tipo como uma forma alternativa dentro da economia capitalista para gerar, além de emprego e renda, uma realidade diferenciada na organização, gestão e execução do trabalho que permita a inclusão da experiência do prazer no trabalho e a elaboração de planos futuros como forma de afirmar a vida.

Pretendo ainda destacar as especificidades que o gênero feminino traz para esse contexto e como o fato de serem mulheres diferencia esse trabalho. Não pretendo negar os problemas existentes, mas apresentar os pontos negativos dentro de um contexto que não apague a importância dos elementos que possam se configurar como algo diferente, que confirmem um valor distinto ao trabalho realizado, especialmente no que se refere aos

elementos transformadores, capazes de imprimir um novo significado à existência segundo as próprias trabalhadoras.

Desse modo, no plano geral, o objetivo é desenvolver uma análise do trabalho realizado na cooperativa, apontando os aspectos potencialmente produtores de saúde para as cooperadas. Num plano mais específico, os objetivos são:

1. Descrever os processos de autogestão e organização do trabalho na cooperativa, analisando o envolvimento das pessoas nessas práticas e o modo como vivenciam esses aspectos do cooperativismo em seu cotidiano.
2. Compreender o significado desse tipo de trabalho para as cooperadas, identificando seus aspectos positivos e negativos, assim como os sentimentos experimentados a partir de sua entrada na cooperativa.
3. Investigar a capacidade da cooperativa para gerar renda e melhorar a situação econômica das trabalhadoras.
4. Identificar as permanências e rupturas no que se refere à Divisão sexual do trabalho e às relações de gênero presentes na cooperativa, buscando compreender o modo como as cooperadas são afetadas por tais questões no trabalho e na vida e as estratégias de enfrentamento e negociação desenvolvidas por elas.
5. Compreender o modo como as trabalhadoras percebem as relações entre saúde e trabalho, identificando os elementos capazes de produzir saúde e explicitando como realizam o cuidado de si e como lidam com situações de adoecimento.
6. Compreender as mudanças subjetivas impulsionadas pela inserção no trabalho cooperativado, identificando seus planos e projetos para o futuro.

Referenciais teóricos

Ao focar a economia solidária e, mais especificamente, uma cooperativa como espaço de produção aberto à participação das mulheres, não pretendo negar a existência e a importância de outras áreas de atuação onde as trabalhadoras têm desempenhado várias funções.

Segundo Gardey (2003), apesar dos vários estudos desenvolvidos sobre o trabalho das mulheres, este ainda é pouco conhecido. Além disso, muitos estereótipos marcam esse tema, como aquele que ressalta o papel das guerras na contratação das mulheres.

Há também uma dificuldade em capitalizar o conhecimento sobre o trabalho feminino, o que faz com que a importância do trabalho na vida das mulheres ao longo

da história tenha sempre que ser lembrada. Por isso, a autora procura destacar que as mulheres sempre trabalharam, ainda que as categorias habituais de análise econômica e social tenham negado ou omitido esse fato.

Nas sociedades do século XIX, caracterizadas por atividades campesinas, comerciais e artesanais, a identificação e quantificação do trabalho das mulheres é difícil de ser feita pelos historiadores, pois nem sempre são declaradas.

As atividades das mulheres passam a ser registradas a partir das mudanças sociais e do estabelecimento do assalariamento. Desse modo, a história do trabalho feminino é uma poderosa ferramenta para renovar a compreensão da evolução contemporânea das sociedades capitalistas, onde a integração ou não do trabalho da mulher na economia teria forte ligação com os interesses de cada época.

Para abordar o trabalho das mulheres ao longo da história, Gardey (Op. cit., 2003) se baseia na divisão das nomenclaturas socioprofissionais. Nesta, até a metade do século XIX, o trabalho era organizado em torno da noção de “ofício”, onde não havia uma distinção entre a qualificação da pessoa e a qualificação da empresa. Com o surgimento do trabalho assalariado, em meados do século XIX, passa a haver uma importante divisão entre assalariados e não-assalariados, além de diferentes posições dentro da mesma profissão.

Nesse sentido, a história contemporânea do trabalho das mulheres é marcada por três tempos: no primeiro predomina a noção de “trabalho das mulheres”; no segundo, a visibilidade da mulher assalariada (operária e funcionária); e no terceiro, ocorrido na primeira parte do século XX, o acesso das mulheres às novas profissões.

Os trabalhos das mulheres englobam atividades importantes nas sociedades pré-industriais, como o trabalho no campo. Envolvem também as atividades permanentemente exercidas pelas mulheres. Na França, os primeiros relatos históricos desses trabalhos se referem às atividades consideradas próprias das mulheres e aos ofícios relacionados a estas: costura, assistência às crianças e à saúde, manutenção da casa e produção doméstica.

As atividades de costura e trabalhos com agulha que marcavam a maior parte da jornada das mulheres do século XIX apresentam o caráter tênue das fronteiras entre atividade doméstica e atividade produtiva. Ao mesmo tempo em que fazia parte da autoprodução e da reparação até 1940, a costura era também um trabalho mercantil, exercido no próprio domicílio.

A atividade da costura apresentava diferentes significados de acordo com a classe social da mulher: era um elemento da aprendizagem da própria condição de ser mulher e ganha-pão para as mulheres das classes populares, enquanto para as mulheres da burguesia era um modo de socialização, prática de lazer e sinal de ostentação de sua ociosidade.

O trabalho doméstico constituía-se como atividade de inúmeras mulheres que ajudavam no campo, no comércio e nas residências. Nos países ocidentais, o serviço doméstico representa um importante setor de emprego para as mulheres. Em 1866, o setor incluía 22% das ativas, enquanto a indústria têxtil representava 10%.

As investigações sobre tais atividades giravam em torno de narrativas etnográficas e folclóricas, atribuindo menor importância ao seu aspecto econômico. As pesquisas de Martine Segalen (Apud Gardey, 2003, p. 42), no entanto, fazem uma reflexão sobre os papéis femininos e masculinos do trabalho no campo, apresentando a divisão sexual do trabalho rural a partir da divisão dos espaços ou de uma especialização sexuada das atividades e movimentos.

Com a Revolução Industrial, surge a figura da “trabalhadora”, da “operária”, que entra em choque com o papel designado como natural às mulheres. No entanto, a impossibilidade de conciliar tarefas domésticas e familiares com o trabalho não é algo exclusivo da operária.

Também as mulheres que trabalhavam em casa em atividades de costura não dispunham de tempo para tais tarefas devido às extenuantes jornadas de oito ou nove horas de trabalho contínuo. Além disso, a exigência de cuidar das crianças é algo recente e o discurso médico sobre sua educação ocorre a partir de meados do século XIX, juntamente com a invenção, por parte das elites, da mulher no lar.

Cabe ressaltar que não houve dois momentos históricos opostos com relação ao trabalho das mulheres: aquele onde as mulheres trabalhavam em casa e eram não-assalariadas e outro em que eram assalariadas e trabalhavam fora de seu domicílio. Essa passagem realmente existiu, mas não de modo automático. Houve vários retornos a maneiras anteriores de organização.

Um fato interessante é a existência de dados que registram o aumento da população feminina ativa ao longo do século XIX e sua diminuição no período entre as duas guerras. Assim, ao contrário das idéias consagradas, a Primeira Guerra Mundial interrompe o crescimento do trabalho feminino. O conflito, na verdade, acelerou a ascensão das mulheres a alguns empregos e ramos de atividade, mas não foi o iniciador.

Houve, no período entre guerras, um aumento da feminização da classe operária, aumento da visibilidade das atividades das mulheres a partir do assalariamento das mulheres em profissões não-agrícolas e o “triunfo da funcionária”, que se insere num movimento mais antigo de crescimento das atividades de serviços públicos e privados.

O trabalho das mulheres nas indústrias permaneceu marcado por uma divisão de carreiras femininas e masculinas e pelas tarefas e funções que cabem a cada um. Pesquisas mostram que muitas dessas operárias, apesar de extremamente qualificadas, tendem a diminuir o seu papel. Tal fato aponta para a dificuldade do reconhecimento da profissionalização das mulheres, uma vez que os ofícios femininos prolongam as “tarefas naturais” ou maternais das mulheres: enfermeira, professora primária, parteira, etc.

A participação das mulheres no pequeno comércio é difícil de ser analisada, pois se refere a uma economia quase sempre familiar. A história do pequeno comércio revela ainda formas da divisão sexual familiar das tarefas, onde alguns tipos de negócios seriam destinados aos homens (padaria) e outros às mulheres (floriculturas, armarinhos...). O assalariamento dos empregos no grande comércio reserva para as mulheres atividades de vendedoras e caixas, cujo modo de organização do trabalho apresenta alguma relação com o das domésticas.

No final do século XIX, a figura da funcionária torna-se mais freqüente. As mulheres ativas passam a trabalhar mais como funcionárias e o ofício de funcionário de escritório é cada vez mais exercido por mulheres, naturalizando como feminino um conjunto de funções até então estritamente visto como masculino.

É válido destacar que a inclusão do trabalho das mulheres nos saberes por meio de estatísticas e da economia política merece ser reavaliada, pois é feita de maneira não-neutra. Outro aspecto importante refere-se à constante elaboração entre as fronteiras do masculino e do feminino no mundo do trabalho. Entretanto, predomina a dificuldade para se definir e apreender a qualificação e a profissionalização femininas.

A tríade gênero, trabalho e saúde

Atualmente, no sistema capitalista, principalmente nos países em desenvolvimento, a divisão sexual do trabalho faz com que as mulheres ocupem, em sua maioria, postos de trabalho ligados às habilidades domésticas, pouco valorizadas socialmente.

Com frequência, essa divisão ocorre não só quanto às funções, mas também quanto ao modo de gestão exercido sobre os trabalhadores e trabalhadoras. Enquanto os homens trabalham dentro de um modo flexibilizado e têm acesso a postos de trabalho que utilizam maior tecnologia, as mulheres continuam, majoritariamente, realizando suas tarefas segundo técnicas tayloristas. Isso faz com que executem um trabalho monótono, repetitivo e intenso (BRITO, 2000).

Além disso, o quadro de precarização do trabalho vem atingindo com maior intensidade a mulher trabalhadora. Segundo Harvey (1992), a atual situação do mercado de trabalho tende a acentuar a vulnerabilidade de grupos desprivilegiados, como é o caso das mulheres, facilitando a exploração de seu trabalho em ocupações de tempo parcial e por meio da subcontratação. Como fatores agravantes, apresentam-se, ainda, a remuneração desigual entre homens e mulheres e a dupla jornada de trabalho (BRITO, 2000; GIFFIN, 2002).

De acordo com Brito (1999), as mulheres permanecem como responsáveis pela função reprodutiva e pelo serviço doméstico, que são desempenhados no espaço privado. Assim, o campo do trabalho remunerado configura-se como masculino, enquanto o não remunerado é atribuído às mulheres.

No Brasil, pesquisas ligadas ao trabalho da mulher indicam que, mesmo apresentando maior nível de instrução do que os homens, as mulheres seguem ganhando menos e encontram-se em situação de maior vulnerabilidade, não exercendo, em muitos casos, funções compatíveis com sua formação (DIEESE, 2000).

Outro dado relevante diz respeito ao limitado avanço das negociações coletivas nas questões referentes à mulher no trabalho. Mesmo quando ocorrem, estas acabam priorizando aspectos referentes à gestação e à maternidade.

No que tange ao ambiente e relações de trabalho, em muitos casos, visualiza-se a discriminação explícita ou implícita, quanto ao estado civil das trabalhadoras, à maternidade, ao assédio sexual, a punições por faltas ou atrasos para assistirem os filhos, entre outros aspectos.

Outras questões menos visíveis ou não passíveis de serem mensuradas também estão presentes nesses espaços, como as que se referem às relações de trabalho na interseção com a vida doméstica, a falta de infra-estrutura pública e a segregação ocupacional. A conjugação desses fatores dificulta e cria diversos obstáculos, exigindo esforço adicional das mulheres para manterem o emprego (COELHO, 2002).

Apesar das adversidades do cenário apresentado, o grande ganho das mulheres no campo do trabalho refere-se à percepção de seu caráter emancipador. Para além dos resultados financeiros, a entrada e a permanência no espaço de produção econômica representa uma via para sua realização pessoal, por representar um campo individualmente construído onde experimentam uma valorização pessoal.

Assim, o trabalho remunerado *“pode representar para as mulheres uma necessidade como espaço alternativo ao confinamento doméstico e possibilidade de criação e de socialização ou resistência à dominação de gênero.”* (BRITO, 1999:23)

Por meio do trabalho remunerado, as mulheres podem viver experiências de exploração e sofrimento, mas também podem se tornar mais conscientes da situação de dominação a qual são submetidas na sociedade. É justamente isso que permite a luta pela construção de novas relações de gênero e a conquista do prazer no trabalho.

Em minha pesquisa, parti do pressuposto de que a economia solidária, por meio de cooperativas e associações, representa uma alternativa viável para o trabalho das mulheres, configurando um ambiente onde as trabalhadoras possuem maior liberdade para viver seus conflitos e aumentar sua participação social.

Caracteriza, ainda, a construção de um espaço de luta contra os agravos causados pelo capitalismo e de realização pessoal, por meio de um trabalho que permita a inserção ou retorno ao sistema produtivo.

Esse espaço apresenta grande potencial para garantir às mulheres a possibilidade de acesso aos meios de produção, de remuneração e da vivência de uma outra relação de trabalho, baseada no companheirismo e na gestão democrática (NOBRE, 2003). Tal experiência também pode significar, futuramente, uma nova forma de estruturação pessoal e emancipação social dessas trabalhadoras.

Supõe-se que possa haver mais prazer e realização no trabalho, maior independência, integração social, aumento da auto-estima e conscientização política. Desse modo, a participação em empreendimentos cooperativados apresenta elementos com potencialidades para imprimir um novo significado na vida dessas trabalhadoras, apontando para a produção de saúde a partir do campo do trabalho.

O desenvolvimento dessa pesquisa tem como base a Saúde do Trabalhador, cujo objeto de estudo caracteriza-se pelo processo saúde e doença dos grupos humanos, onde o trabalho se configura como organizador da vida social, espaço de dominação e submissão dos trabalhadores pelo capital, mas, também espaço de resistência, de constituição e do fazer histórico.

Nesse sentido, a saúde do trabalhador busca a explicação sobre a relação saúde-doença nos trabalhadores através do estudo dos processos de trabalho, de forma articulada com o conjunto de valores, crenças, idéias, representações sociais e a possibilidade do consumo na moderna civilização urbano-industrial (Mendes & Dias, 1991).

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a saúde é definida como um estado de completo bem-estar físico, mental e social; não consistindo apenas na ausência de doença ou enfermidade. Tal concepção encontra duras críticas na teoria de Dejours (1993), uma vez que cada pessoa apresenta critérios subjetivos acerca do significado de saúde e bem-estar e, além disso, pode-se inferir que tal estado de completo bem-estar não exista.

A fala de uma das mulheres entrevistadas nessa pesquisa coaduna com a visão do autor e ilustra, dentro do contexto estudado, uma formulação mais dinâmica sobre a saúde, onde é possível sentir-se saudável apesar das imperfeições, conviver com estados que fogem ao padrão de normalidade sem, por isso, sentir-se doente:

“Olha, é... Saúde total, eu acho que ninguém tem, sempre tem um probleminha, né? Mas, tirando uma coisinha ou outra, eu sou saudável, sabe? Tenho disposição. (...) Quero trabalhar, quero fazer minhas coisas, sabe?” (Bordadeira 2)

Nesse sentido, o entendimento sobre o conceito de saúde que adoto nesse estudo baseia-se nas concepções de Canguilhem (2002) e Dejours (1993), que a percebem como um objetivo que se remaneja sem cessar, onde sucessivos desequilíbrios e reequilíbrios se fazem necessários para dar conta das mudanças que ocorrem ao longo da vida.

Para Canguilhem *“O que caracteriza a saúde é a possibilidade de ultrapassar a norma que define o normal momentâneo, a possibilidade de tolerar infrações à norma habitual e de instituir normas novas em situações novas.”* (CANGUILHEM, 2002:158)

De acordo com Dejours (1986), para os seres humanos, a saúde implica na liberdade de traçar um caminho próprio em direção ao bem-estar físico, psíquico e social. Dessa forma, a saúde não se constitui como um estado ideal, mas como possibilidade de busca dos meios necessários a cada um para a realização de seus desejos.

Dentro do contexto estudado, pensar em novas adaptações e equilíbrios frente às adversidades do meio implica em elaborar caminhos alternativos diante das adversas

condições de vida enfrentadas, expressas pela pobreza, pelas limitações econômico-ocupacionais, pela falta de políticas públicas que atendam às suas demandas, pela ausência de espaços para a socialização e o lazer, dentre muitas outras dificuldades presentes em seu dia-a-dia.

São infidelidades do meio contra as quais se adotou uma postura criativa, na contramão da informalidade largamente presente nas comunidades carentes, rompendo estigmas e estereótipos e caminhando na direção da elaboração de novas normas para a vida, calcada no exercício da liberdade.

A participação coletiva as torna sujeitos sociais mais fortalecidos do que se atuassem individualmente, fazendo com que sejam capazes de construir caminhos para enfrentar o meio e se reconstruir nesse processo, experimentando novas formas de ser e estar no mundo, modos diversos de ser mulher, mãe, trabalhadora e cidadã.

Conjugam a arte e o trabalho para bordar tecidos e desenhar um novo cenário dentro do Conjunto Habitacional João XXIII, levando para fora suas criações e trazendo para sua comunidade o olhar atento de um mundo carente de idéias produtivamente transgressoras, que rompem com o normal estabelecido e apresentem maneiras outras de criar, ousar, pensar, trabalhar e querer a vida.

Tudo isso inclui a saúde em seu interior, colocando em movimento pessoas envolvidas em um projeto potencialmente transformador nos mais diversos aspectos, espalhando questionamentos e colhendo novos olhares sobre o cotidiano. É uma saúde que se busca por meio da criatividade, da liberdade, da participação coletiva, do aumento e fortalecimento da auto-estima.

Abordagem metodológica

O trabalho realizado caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, representada por um estudo de caso. O método qualitativo de investigação foi escolhido por mostrar-se mais adequado a responder questões muito particulares, dotadas de um nível de realidade que não pode ser quantificado.

De acordo com Minayo (2000), a pesquisa qualitativa “*trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis*”. (Minayo, 2000:21)

A concretização dessa pesquisa foi um período difícil para mim desde o início: estava entrando numa área sobre a qual não possuía conhecimentos suficientes, não me sentia preparada para agir como uma pesquisadora, não ficava à vontade com várias idéias. Enfim, havia muita falta. Mas, também havia muito encantamento. O novo assusta, mas também seduz... Portanto, supor neutralidade nesse processo é buscar o impossível. Estamos implicados antes mesmo de decidirmos o que fazer.

Apesar de toda angústia que isso gerou também me alertou para algo que muitas vezes esqueci enquanto estava no curso: somos todos humanos. Não há diferenças entre quem pesquisa e quem está colaborando com nosso estudo. As aulas de metodologia que, muitas vezes, me fizeram ver a pesquisa como algo frio, mecânico, distante de mim foram desmentidas quando tive a oportunidade de ver na prática como se dava essa interação.

Diante das constatações que fiz, procurei utilizar uma abordagem metodológica que me desse um respaldo técnico, cognitivo e emocional para a condução da pesquisa. Apontada por Minayo (1992) como a metodologia mais adequada para dar conta de uma interpretação aproximada da realidade social, a hermenêutica-dialética foi utilizada não só para a análise dos dados, mas como um caminho que orientou meu pensamento e minha postura diante da investigação.

Segundo esse método, a construção do conhecimento sobre a realidade social não se reduz à simples coleta de dados e sua articulação com uma teoria. Ele busca a compreensão do material analisado como resultado de um processo histórico.

De acordo com Minayo (2002:84),

“a hermenêutica é considerada a arte de compreender textos. O termo ‘texto’ é aqui usado num sentido bem amplo: biografia, narrativa, entrevista, documento, livro, artigo, dentre outros. É a gênese da consciência histórica, ou seja, à capacidade de colocar-se a si mesmo no lugar do outro (que é o ‘outro’ ou o tu do passado, ou o ‘diferente de mim’ no presente, mas com o qual eu formo a humanidade) que a hermenêutica deve sua função central”.

Diferentemente de um posicionamento contemplativo diante da realidade, a hermenêutica “busca entender as coisas e os textos ‘neles mesmos’” (op. cit., p.99), ressaltando a implicação do pesquisador no processo de investigação. Propõe a compreensão como algo que possibilita a interpretação, o estabelecimento de relações e a extração de conclusões em todas as direções.

Nessa dinâmica, compreender gera também o compreender-se por parte de quem pesquisa algum fenômeno, uma vez que a compreensão da realidade objetiva é influenciada pela subjetividade do pesquisador e pela configuração de seu próprio modo de vida.

A importância da dialética nesse cenário é a de ir além da compreensão e da interpretação, estabelecendo uma atitude crítica diante do conteúdo pesquisado e introduzindo o princípio do conflito e da contradição como elementos norteadores da análise.

Da articulação das duas abordagens, tem-se a possibilidade de condução de um processo compreensivo e crítico de análise da realidade social. Como características comuns às duas abordagens, Minayo (2002:104), com base em Stein (1987), destaca que:

- *“ambas trazem em seu núcleo a idéia fecunda das condições históricas de qualquer manifestação simbólica, de linguagem e de trabalho do pensamento;*
- *ambas partem do princípio de que não há observador imparcial nem há ponto de vista fora da realidade do ser humano e da história;*
- *ambas superam a simples tarefa de serem ferramentas do pensamento, pois consideram o investigador parte da realidade que investiga;*
- *ambas questionam o tecnicismo como caminho capaz de realizar a compreensão e a crítica dos processos sociais;*
- *ambas se referem à práxis e desvendam as condicionantes da produção intelectual, marcada tanto pela tradição, pelos ‘pré-juízos’ como pelo poder, pelos interesses e pelas limitações do desenvolvimento histórico”.*

Essa visão desloca o investigador da postura de observador externo para a de alguém que se posiciona junto à realidade estudada, em intersubjetividade com os sujeitos que investiga e tendo a consciência que faz parte da história vivida e narrada. Esse foi um dos maiores atrativos para que eu escolhesse essa abordagem como caminho de pensamento.

Ao adotar a metodologia hermenêutica-dialética na condução deste estudo, procurei desenvolver uma postura empática com todos que fizeram parte da pesquisa,

tendo sempre em mente que eles eram mais do que objeto de investigação, mas sujeitos de relações. Busquei as diferenças e semelhanças entre o meu contexto e o deles, supondo o compartilhamento entre o mundo observado e os sujeitos da pesquisa com o meu mundo de vida, porque compreender é sempre compreender-se.

Nesse sentido, não foi preciso grande esforço no sentido de deslocar-me para o ponto de vista de quem eu investigava. Na verdade, a proximidade de nossos mundos permitiu que eu realizasse esse percurso com certa facilidade.

Coleta e análise de dados

Desde o primeiro telefonema, fui muito bem atendida e percebi que não haveria nenhuma oposição à minha presença na cooperativa. A primeira visita ocorreu em meados de setembro de 2004, onde me apresentei como estudante de mestrado da ENSP/Fiocruz e expliquei à presidente da cooperativa minha intenção de realizar uma pesquisa na Coosturart, esclarecendo os objetivos, métodos e importância do estudo.

A partir do contato inicial com a cooperativa, foram realizadas seis visitas ao local entre os meses de setembro e outubro de 2004. Nas duas primeiras, nenhuma entrevista foi realizada, ocorrendo apenas apresentação do tema, esclarecimento da pesquisa e interação com os cooperados de uma maneira informal. O propósito dessa atitude foi a construção de uma relação positiva e de confiança com as pessoas, onde elas tiveram a oportunidade de me conhecer e reduzir a ansiedade com relação à pesquisa.

Além disso, a intenção era quebrar, de certa forma, algumas barreiras entre minha atuação como pesquisadora e a deles como sujeitos do estudo, oferecendo a todos a possibilidade de me questionar e não só a de responder às perguntas que eu fazia. Nessas conversas, algumas mulheres disseram que já estavam acostumadas a dar entrevistas, pois desde que apareceram na Rede Globo, toda semana havia alguém querendo entrevistá-las. Em tom de brincadeira e em meio a muitas risadas, elas falavam que tinham ficado famosas e que agora eram chiques.

Os dados obtidos para a realização da pesquisa foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas, observação do ambiente de trabalho e conversas informais que ocorreram durante as visitas. A intenção do uso de entrevistas semi-estruturadas foi a de obter as informações necessárias sem com isso limitar a expressão dos sujeitos, proporcionando espaço e tempo para que as respostas fossem elaboradas de acordo com as possibilidades de cada uma naquele momento.

Das quinze pessoas que trabalham na sede, sete foram entrevistadas. Mesmo com toda a prática em dar entrevistas, nem todas quiseram fornecer seus depoimentos e ficavam indicando outras colegas, que seriam, segundo elas, mais falantes. Por fim, a resistência diminuiu e mesmo as menos extrovertidas aceitaram participar. A maior dificuldade ficou por conta do escasso tempo disponível que tinham naqueles dias.

Todas as entrevistas foram gravadas com prévia autorização da direção e de quem concedia o relato, mediante assinatura de um termo de consentimento. Destaco, ainda, que todo esse processo ocorreu de forma ética e responsável, respeitando a integridade e dignidade de todos os participantes.

Como as instalações de trabalho compreendem, basicamente, dois ambientes distintos, onde funcionam a gerência e a confecção, as sete entrevistas realizadas aconteceram nesses locais, dependendo da disponibilidade dos lugares para oferecer maior tranquilidade e privacidade.

O isolamento total não ocorreu nenhuma vez devido ao movimento de pessoas transitando pelos locais e as interrupções foram freqüentes, originadas por excesso de ruídos (telefone, máquina de costura, pouso e decolagem de aviões nos arredores, crianças brincando) ou pela demanda de trabalho, onde algumas pessoas foram solicitadas durante as entrevistas para resolver algum problema relacionado à execução de tarefas.

Havia muitas peças para bordar para um evento que ocorreria dentro de poucos dias e elas precisavam terminar no prazo combinado. Algumas delas me perguntaram se poderiam continuar bordando enquanto respondiam às minhas perguntas. Respondi que não haveria problema algum, mas logo elas mesmas deixavam o bordado de lado ao perceberem que falar de si poderia ser mais interessante e requerer maior elaboração do que inicialmente supunham.

Entre um ponto e outro, era preciso recordar sua própria história de vida, relembrar fatos que talvez tivessem se esforçado para esquecer, deparar-se com projetos que foram abandonados pelo caminho, alegrar-se com momentos já tão distantes, falar sobre os filhos e a família, descrever seu trabalho e os sentimentos relacionados a ele, olhar para dentro de si e encontrar os sonhos que ainda pretendem realizar. Nesse sentido, as entrevistas acabaram por representar uma oportunidade para refletirem sobre a trajetória da cooperativa e de suas próprias vidas.

Tudo isso mobilizou uma carga emocional muito grande, o que acabou dificultando manter a concentração no bordado. Contudo, o entendimento entre nós,

somado a outros fatores que contribuíram para a constituição de um vínculo positivo, possibilitou a criação de um espaço de confiança onde as mulheres entrevistadas se permitiram pensar sobre sua realidade e se emocionar com vários acontecimentos resgatados a partir de nossas conversas e que foram, muitas vezes, dotados de novos significados por elas naquele momento, num movimento de valorização de suas experiências de vida.

Para não atrapalhar muito a rotina de trabalho das cooperadas, procurei não estender as entrevistas demasiadamente. Não estipulei um tempo determinado para cada uma. Procurei utilizar minha percepção e avaliar se já havia dados suficientes. Se a entrevistada começava a demonstrar cansaço, eu encaminhava a entrevista para seu desfecho.

Talvez, esse tempo “perdido” tenha, de alguma forma, contribuído para novas inspirações que permitissem colorir com agulha, linha e lembranças as peças que bordariam a seguir.

Mesmo não tendo a pretensão de supor a neutralidade da pesquisa ou da minha presença enquanto observadora, em certos momentos me questioneei a respeito das escolhas realizadas e até que ponto minha identificação com os sujeitos da pesquisa poderia afetar os resultados.

Afinal, apesar de nossas muitas diferenças, somos mulheres, moradoras da zona oeste, partilhamos da falta de oportunidades para nos inserirmos no mercado de trabalho local, enfrentamos múltiplas dificuldades para obter emprego nas regiões centrais da cidade e, quando conseguimos, vivenciamos uma rotina cansativa que nos faz acordar de madrugada para chegar no horário determinado, percorrendo a Avenida Brasil duas vezes ao dia, nos horários de maior movimento, numa viagem que parece não ter fim.

E, quando dispomos de algum tempo livre, nos faltam espaços coletivos para a convivência social e opções de lazer, tanto pagas quanto gratuitas, o que nos impulsiona a novamente cruzar a cidade em busca do entretenimento do qual não dispomos em nossos bairros.

O receio inicial de me confundir em meio às nossas semelhanças acabou sendo substituído pela satisfação de ser facilmente aceita pelo grupo como alguém que compreende suas dificuldades pelo fato de também vivenciar muitas delas. Talvez aqui se faça concreto, para mim, o princípio hermenêutico de que entender a realidade que se expressa na situação estudada é entender o outro, é entender-se no outro.

Minha identificação com elas e delas comigo permitiu uma aproximação mais rápida e uma economia de palavras em algumas ocasiões. Não era preciso que me explicassem exaustivamente todas as situações que enfrentam em seu dia-a-dia. Diversas vezes, elas substituíam alguns dos detalhes por expressões do tipo: “*Ah, você sabe o que é isso. Você mora em Campo Grande!*” Era como se o fato de sermos dessa região nos aproximasse e permitisse um melhor entendimento.

Do mesmo modo, muitas das expressões utilizadas pelos moradores locais não precisavam de nenhum esclarecimento, como “lá em baixo”, que usamos quando queremos nos referir a algum bairro próximo ao centro ou zona sul da cidade e “descer” e “subir”, que dizemos para indicar nossa viagem em direção a tais locais e de volta a zona oeste, respectivamente.

Não precisei me esforçar para compreender as situações expostas ou a linguagem utilizada. Apesar de ser aluna de mestrado da ENSP, o que poderia fazer com que me vissem como mais uma pessoa que atravessa a cidade para ver de perto uma realidade totalmente desconhecida, sou uma moradora de Campo Grande que já trabalhou em Santa Cruz, o que para nós da Zona Oeste é uma ligação importante.

Conheço os lugares citados, os nomes das ruas, as lojas do comércio do bairro, as linhas de ônibus e vários detalhes do cotidiano dessas pessoas, que parecem simples, mas que me puseram numa condição de aceitação pelas pessoas estudadas.

Desse elo que nos une, consigo agir com a mesma postura, entonação de voz, vocabulário e expressões que as integrantes da cooperativa utilizam. Não como alguém que procura obter uma conduta imitativa por meio da observação dos sujeitos de pesquisa, mas com o jeito natural de quem nasceu e cresceu nesse meio.

Desse modo, nossas semelhanças foram o elemento que permitiu minha inserção no espaço pesquisado e o consentimento da minha presença como alguém que, se não era exatamente uma igual, era uma das pesquisadoras que por lá passaram cuja realidade mais se aproximava da que elas mesmas vivenciam.

Tal fato fez das entrevistas mais do que uma coleta de dados, um encontro onde pessoas que compartilham vários símbolos e valores conversavam sobre alguns temas de forma espontânea e descontraída. Não havia a tensão ou a obrigação de dar respostas certas ou esconder a realidade, e sim um diálogo pautado pela confiança mútua para que me contassem um pouco sobre suas vidas.

E com o direito de quem participa de uma conversa, também me fizeram várias perguntas às quais respondi sem nenhum constrangimento. Queriam saber se eu era

casada, se tinha filhos, onde e por que trabalhei em Santa Cruz etc. E também me deram vários conselhos, o que mostra uma integração que nem eu mesma pensei que pudesse ocorrer.

Mesmo havendo tópicos no roteiro que buscassem atender aos objetivos da pesquisa, não existiu uma ordem fixa para que as perguntas fossem feitas. Os dados foram sendo obtidos por meio do desenvolvimento do diálogo, que era orientado, mas não cerceado.

Em alguns momentos, as entrevistadas forneciam os elementos que eu procurava sem que precisasse perguntar a respeito. Outras vezes, minha pouca experiência em pesquisa permitiu que a conversa se aprofundasse demais em assuntos que não eram relevantes para a investigação, dificultando a retomada dos temas pertinentes ao roteiro. Ainda assim, foi possível percorrer todo o percurso planejado em cada entrevista.

Os eventuais desvios do trajeto idealizado podem ser referentes a uma resistência das pessoas envolvidas (tanto minha quanto delas) para entrar de fato no tópico sugerido. Mas, também podem representar uma necessidade de criação de um ambiente mais acolhedor para, a seguir, realizarmos a tarefa proposta.

Por esse motivo, procurei deixar as pessoas expressarem o que era importante para elas, voltando ao roteiro da maneira mais natural possível quando havia uma oportunidade para ligar os assuntos.

Todas as entrevistas começaram com perguntas referentes aos dados pessoais da entrevistada: nome completo, idade, grau de escolaridade, estado civil, número de filhos (sexo e idade de cada um), onde e com quem residiam.

Buscando compreender a história de vida laboral de cada uma, foram incluídas perguntas sobre os empregos e todo tipo de trabalho realizado até aquele momento, buscando conhecer suas ocupações e percepções sobre as mesmas. Também mereceu destaque a existência de períodos de desemprego ou afastamento voluntário do trabalho, incluindo os motivos que os determinaram.

O levantamento de dados sobre essa trajetória foi importante para entender como se deu a aproximação de cada uma delas com a cooperativa em questão, elencando os fatores que contribuíram para sua entrada no mundo cooperativado, identificando as etapas e a importância desse percurso em suas vidas.

Para investigar o processo de trabalho foram incluídas questões sobre a organização do trabalho, divisão de tarefas, criação dos produtos, carga horária,

autonomia no trabalho, aprendizagem de novas habilidades, capacitação das cooperativadas.

Como princípio fundamental do cooperativismo, a autogestão mereceu destaque, com perguntas que auxiliaram na descrição e compreensão desse modo de gerenciamento na cooperativa.

Foram incluídos tópicos que versavam sobre o processo decisório (como são tomadas as decisões na prática); a escolha da equipe administrativa; o funcionamento da administração; como a autogestão é posta em ação no dia-a-dia; o envolvimento das pessoas nesse exercício; as dificuldades, motivações e sentimentos vivenciados pelo grupo no que se refere à possibilidade de decidir o cotidiano e os planos da cooperativa; os conflitos existentes e as estratégias elaboradas para sua mediação; as opiniões e preferências pessoais pela hetero ou autogestão; e a formação para o trabalho cooperativado.

Na entrevista realizada com a presidente da cooperativa, foi dada maior ênfase no detalhamento sobre a origem, o histórico, as características, os problemas e as potencialidades do empreendimento. Incluí ainda questões relativas às modificações no quadro de cooperativadas; abertura da cooperativa para a comunidade; projetos futuros; capacidade de geração de renda a partir do trabalho desenvolvido; existência de parcerias estabelecidas com alguma instituição; autonomia da cooperativa na sua manutenção e que tipo de formação era realizada para as tarefas desenvolvidas e para o cooperativismo.

Partindo do pressuposto que a entrada na cooperativa tenha significado o início de um processo de ruptura com os padrões de trabalho anteriores, foram realizadas perguntas sobre o que essa nova realidade representava em suas vidas, pedindo que explicassem os aspectos positivos e negativos segundo suas opiniões; os sentimentos que experimentaram desde sua inclusão e se perceberam alguma mudança nos âmbitos pessoal, profissional e familiar.

A situação financeira das cooperativadas também foi abordada pelo roteiro, com o objetivo de investigar a capacidade da cooperativa para gerar renda e melhorar a condição econômica das trabalhadoras. Foram feitas perguntas sobre o ganho mensal; a percepção de alguma modificação no plano financeiro; se houve aumento da autonomia ou independência econômica; se têm enfrentado dificuldades nesse âmbito e como fazem para resolvê-las; que sentimentos as atingem no que se refere ao ganho obtido por meio desse trabalho.

Quanto às questões referentes às relações de gênero, o plano de investigação continha tópicos relativos à divisão sexual do trabalho, buscando identificar se o cooperativismo trazia alguma novidade para aumentar a igualdade entre os gêneros no mundo do trabalho e se haveria aspectos negativos que estariam se repetindo ou se agravando no seu interior.

Num plano mais concreto, questionei como se dava a divisão de tarefas na cooperativa e se havia ocupações específicas para homens e mulheres em função de habilidades socialmente atribuídas a cada grupo. Além dos aspectos referentes ao trabalho na cooperativa, inseri uma investigação a respeito do trabalho doméstico, com o intuito de compreender as representações e articulações que realizavam entre esses dois mundos.

Perguntei sobre as tarefas domésticas e a dupla jornada; como conciliavam o trabalho do lar com o da cooperativa; se houve interrupção no ciclo de estudos e trabalho devido ao cuidado dos filhos e da família; se percebiam algum tipo de vantagem trabalhando na cooperativa com relação à harmonização dos vários papéis desempenhados na vida diária; qual a opinião da família sobre sua entrada na cooperativa; se enfrentaram algum tipo de resistência no núcleo familiar e que estratégias de negociação foram por elas desenvolvidas para enfrentar a situação.

Ao conversarmos sobre saúde, indaguei se poderia haver alguma ligação entre saúde e trabalho; como procediam na cooperativa quando ficavam doentes; como percebiam a reação da equipe gerencial com relação às faltas por motivo de doença; como faziam quando se sentiam cansadas durante o trabalho e se possuíam algum tempo livre e atividades de lazer.

Finalmente, conversamos sobre as possíveis mudanças subjetivas e novos sentimentos que passaram a habitar seu cotidiano após o início do trabalho na cooperativa, destacando seus planos e projetos para um futuro melhor.

Ao percorrer esse roteiro durante a realização das entrevistas, vivenciei as mais interessantes experiências. Era fascinante ouvir de pessoas que nunca tinham me visto antes relatos tão profundos sobre suas próprias vidas. Que confiança é essa que se estabelece sem que eu nada tivesse feito para merecê-la? Certamente, não era a primeira vez que me colocava frente à narrativa de histórias de vida tão comoventes.

Como psicóloga já havia tido essas experiências anteriormente. Porém, era uma situação totalmente diferente. No consultório, somos procurados por clientes que buscam auxílio e acreditam que poderemos ajudá-los.

No caso das entrevistas para essa pesquisa, era eu quem precisava de ajuda e essas mulheres, generosamente, se dispuseram a compartilhar com uma completa estranha momentos tão marcantes de seu percurso. Foi algo realmente muito emocionante, tanto para mim quanto para elas.

De minha parte, ouvi histórias comoventes de mulheres que teriam vários motivos para desistir de lutar por outras condições, mas que continuam firmes em seus propósitos.

Da parte delas, talvez tenha sido uma das poucas oportunidades que tiveram para pensar sobre si mesmas, suas trajetórias, projetos, realizações, perdas, alegrias, dificuldades e conquistas. Um momento para refletir sobre quem eram, de onde vieram e que lugares almejam alcançar.

Houve momentos em que, frente ao choro de uma pessoa que eu entrevistava, fiquei sem saber como reagir. Ela estava me contando que era a responsável por ensinar as companheiras a bordar e eu perguntei como ela se sentia em relação ao fato de estar ensinando algo a alguém. Respondendo animadamente, a coordenadora de bordado, de repente, se emocionou ao pensar sobre a importância de sua atividade:

“Ah, é muito bom! É ótimo... Eu fico até emocionada”. (Começou a chorar nesse momento. Fizemos uma pausa)

Pouco depois de retomarmos a conversa, quando indaguei se algo havia mudado em sua vida após ter ingressado na cooperativa, sua expressão novamente denotou seus sentimentos e, com os olhos marejados, assim responde:

“Ah, mudou sim. É... Minha auto-estima, de tá fazendo alguma coisa. E... Ai, eu vou chorar de novo...” (Voltou a chorar, não conseguia parar e eu interrompi a gravação por alguns minutos a fim de que ela pudesse ter tempo para dar vazão aos sentimentos contidos naquele choro)

Enquanto isso, francamente comovida, eu não sabia se eu também podia chorar. E uma pesquisadora pode chorar? Ou se devia consolar. Ou se deveria me manter neutra porque uma reação mais emocional poderia comprometer a pesquisa. Muitas dúvidas, poucas respostas. Não fui preparada para isso durante o curso...

Deparei-me com a realidade que se impõe nesses momentos: antes de ser (ou tentar ser) uma pesquisadora, sou humana e mais, sou mulher. Haverá sempre diversas atitudes e situações inesperadas que desmontam todo o planejamento. E aí seremos

apenas o que somos: pessoas com as mesmas dificuldades que todos. E que também podemos rir desses momentos. E uma pesquisadora pode rir?

No meu caso, não via outra alternativa quando precisei interromper várias vezes as entrevistas devido ao ruído ensurdecedor durante pousos e decolagens de aviões na Base Aérea de Santa Cruz, a poucos quilômetros de onde estávamos. Quando o silêncio era restabelecido, eu já havia perdido a pergunta, a resposta e o roteiro.

Para quem está apenas começando no campo da pesquisa, não há como fingir manter o controle. Então, ríamos porque eu não sabia o que havia perguntado e a entrevistada não lembrava o que tinha respondido.

Com essa experiência, pude perceber que, quando se estabelece uma via de mão dupla, onde os sentimentos são experimentados por quem é entrevistado e também por quem entrevista, abre-se um espaço para a vivência de todo tipo de emoção que apareça sem, com isso, afetar o curso da investigação.

E uma pesquisadora se emociona? Ah, e como! Pelos mais diversos motivos: alegria, tristeza, raiva, encantamento, angústia, desespero, admiração, identificação, fé e esperança. Se não fosse assim, não nos aventuraríamos a invadir outros planos da existência para pesquisar o sofrimento e o prazer de outras pessoas.

É porque somos, de alguma forma, afetados por essa realidade e precisamos dar conta de tudo aquilo que surgiu em nós a partir dessa inquietação. E isso não seria possível dissociando cognição e emoção. Assim, os sentimentos, certamente, fazem parte integrante do processo de pesquisa.

Colocar tudo isso em palavras escritas se constituiu num exercício de desprendimento para mim, pois a partir desse momento haveria uma história narrada e uma natural perda de fatos, idéias e impressões.

Além disso, seria difícil retratar a alegria e o colorido dos momentos das entrevistas. As brincadeiras e as entonações conferidas a muitas declarações deram um tom especial a cada depoimento.

Tudo isso ficará guardado somente entre nós que participamos desses encontros. Surgia daí a angústia de perder algo para poder criar um trabalho que representasse, da melhor maneira possível, a experiência vivida para, a seguir, solidariamente compartilhá-lo com os leitores.

O primeiro passo nesse sentido foi a apreciação das informações obtidas durante o trabalho de campo. Como etapa necessária para a análise dos dados, as gravações realizadas em áudio foram posteriormente transcritas por mim mesma e analisadas a

partir da metodologia hermenêutica-dialética, que conduziu todo o processo de pesquisa.

A classificação dos dados foi realizada em três etapas, conforme a proposta de Minayo (1992): a) leitura exaustiva de todo o material das entrevistas, com o objetivo de apreender as estruturas relevantes para os atores sociais; b) recorte da cada entrevista em termos de “unidade de registro” que contenham tópicos de informação ou temas específicos, permitindo o aprofundamento do conteúdo das mensagens e a identificação de temas relevantes; c) análise final de todo o material, procurando relacionar os dados e os referenciais teóricos utilizados, com o intuito de responder às questões referentes aos objetivos da pesquisa.

Durante todo o processo de classificação e análise dos dados obtidos, busquei a aplicação da hermenêutica-dialética no que se refere à importância de entender a fala a partir do contexto de quem a produz e não de quem interpreta os resultados, o que exigiu sempre atenção e esforço para me colocar no lugar de quem produziu aquela fala antes de analisar o discurso.

Apesar disso, essa metodologia reconhece que é impossível haver neutralidade na pesquisa, uma vez que essa é influenciada por todos os atores envolvidos em cada fase do projeto.

Assim, tanto o sujeito quanto o objeto de estudo foram construídos ao longo da pesquisa e eu, enquanto investigadora, participei desse processo, interferindo no rumo da investigação. Desse modo, o resultado obtido é uma aproximação da realidade social investigada conduzida pelo meu olhar sobre tema.

As participantes

Apesar de ter tido contato com muitas outras pessoas da cooperativa, as entrevistas foram realizadas com sete mulheres. Dentre essas, apenas a presidente da cooperativa foi escolhida antecipadamente para fornecer seu relato, uma vez que pensei ser ela a pessoa mais indicada para responder às questões sobre a origem, o percurso histórico, as características e a administração do empreendimento.

As demais cooperadas foram convidadas a participar da pesquisa, mas permiti que manifestassem espontaneamente seu desejo de fazê-lo. Algumas aceitaram prontamente e outras demonstraram um certo receio inicial, que foi superado por meio da confiança e

através de conversas com as colegas que foram anteriormente entrevistadas e relatavam às outras o que havia acontecido.

A escolha das participantes foi também decidida com base na disponibilidade das trabalhadoras para me conceder uma parte de seu tempo. Algumas pessoas realmente não tiveram oportunidade de participar devido ao grande volume de tarefas daqueles dias.

Por sorte, acabei conseguindo um grupo com representantes de quase todas as funções existentes na cooperativa, que envolve, basicamente, as ocupações ligadas à administração e à confecção.

Tal fato contribuiu para que eu pudesse ter uma idéia mais global do processo de trabalho além de constatar as diferenças existentes entre os cargos e os sentimentos de prazer e desprazer que afetam cada grupo.

Na parte administrativa são realizadas todas as tarefas referentes ao gerenciamento do negócio, tais como: contabilidade, pagamentos, negociação com clientes e fornecedores, programação das atividades da cooperativa durante o mês, busca de locais para a exposição e vendas, coordenação da produção, entrega de produtos, etc.

Na confecção, onde trabalha a maioria das cooperadas, o processo envolve a criação de modelos; desenho, corte e costura de peças piloto; aprovação da peça e ajustes necessários; corte dos modelos aprovados para a produção; costura; bordado; aplicação de técnicas artesanais e acabamentos.

As sete participantes têm idade entre 25 e 66 anos. Seis delas são moradoras do Conjunto Habitacional João XXIII e uma reside no Conjunto São Fernando, vizinho ao primeiro.

Por mais que possam apresentar semelhanças, principalmente no que se refere a alguns padrões de comportamento e de vida compartilhados pelo grupo social ao qual pertencem, há também muitas diferenças entre suas trajetórias, o que torna a amostra bastante heterogênea.

Tal fato ajudou-me a expandir minha visão, que se encontrava um pouco limitada e talvez até enganada pelo excesso de informações teóricas, sobre as características das pessoas que buscam o trabalho cooperativado, principalmente no que se refere às mulheres que vivem no interior de uma comunidade carente.

É preciso olhar para cada uma e identificar ali um sujeito singular, com motivos e questões particulares que as impulsionaram na direção da cooperativa. Os principais dados referentes às entrevistadas estão listados na tabela a seguir:

Nome	Idade	Estado civil	Escolaridade	Filhos	Com quem reside	Tempo na cooperativa	Função atual
Cristina	24	Solteira	Ensino médio completo	menina de 7 anos e menino de 5	Mãe e filhos	8 meses	Cortadeira e auxiliar de produção
Marinete	31	Casada	Ensino médio completo	menino de 14 e menina de 9	Marido e filhos	6 meses	Coordenadora de bordado
Cláudia	36	Casada	Ensino médio completo	Dois meninos	Marido e filhos	2 anos e meio	Presidente
Suelane	37	Solteira	Ensino médio completo	Menino de 12 e menina de 6	Mãe e filhos	2 anos e meio	Bordadeira
Regina	37	Casada	Cursando o 1º. Ano do Ensino médio	Dois meninos/ 18 e 14 anos	Marido, filhos, pai e irmã	2 meses	Bordadeira
Rosa	47	Casada	5ª. Série	5 (idades entre 20 e 30 anos)	Marido e 2 filhos	2 anos e meio	Costureira
Belmira	66	Solteira	Ensino médio	Sem filhos	Sozinha	2 anos e meio	Costureira

CAPÍTULO III

ALINHAVANDO NOVAS RELAÇÕES DE TRABALHO

A realização da pesquisa em uma cooperativa de confecção aponta para um atravessamento das questões de gênero no trabalho, uma vez que a costura se constitui como uma tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres ao longo de vários séculos (GARDEY, 2003).

Nesse sentido, a área de atuação escolhida por essas mulheres para organizar uma cooperativa expressa uma marca da divisão sexual do trabalho, que tem na separação entre trabalho de homens e trabalho de mulheres um de seus princípios organizadores (KERGOAT, 2002). Por meio do processo de construção social, “há campos de atividade forte e permanentemente naturalizados: a costura é assunto de mulher.” (GARDEY, 2003:53)

Ainda hoje, pode-se pensar em áreas de trabalho consideradas mais “femininas” por estarem ligadas a certas competências historicamente designadas à mulher, tais como destreza, minúcia, paciência e cuidado. Aos homens caberiam profissões mais identificadas com o poder, a força física e o comando. Essa divisão sofre, também, uma outra ruptura, que é a da classe social.

Assim, dentro dos campos de atuação masculino e feminino, há um encaminhamento para diferentes ofícios dependendo da classe a qual pertencem os sujeitos. Tais relações se cruzam e produzem outras marcas no mercado de trabalho, como afirma Brito (1999:41):

“As experiências das mulheres e homens no trabalho são marcadas por relações sociais de classe e de gênero, que acabam gerando diferentes níveis de salários e dificuldades no acesso a alguns tipos de emprego e profissão. Essas relações criam também divisões do trabalho e, por isso, características de trabalho diferentes para os diferentes grupos de mulheres e de homens”.

A influência da divisão sexual e social do trabalho já existia como uma questão individual na vida de cada trabalhadora entrevistada. Suas ocupações anteriores se configuram como campos marcadamente ocupados por mulheres, exigindo delas a aplicação do saber adquirido em função das “*qualificações femininas, forjadas ao longo de suas vidas nos saberes, disciplinas e habilidades aprendidas e desenvolvidas nos trabalhos domésticos*” (MARCONDES *et al.*, 2003:5)

No contexto atual, a capacidade relacional das mulheres também tem sido um fator significativo para a ocupação de áreas onde o contato direto com clientes se faz necessário. Como é possível observar nos seguintes trechos:

“Já trabalhei em farmácia, de telefonista, em padaria, caixa de mercadinho”. (Cortadeira e auxiliar de produção)

No relato acima, os empregos denotam a atuação onde a mencionada capacidade de se relacionar com outras pessoas está sempre presente. Mesmo não sendo um campo exclusivamente ocupado por mulheres, a presença feminina tem sido maioria nesse tipo de serviço. Na fala da próxima trabalhadora, as habilidades mais utilizadas estão relacionadas à meticulosidade.

“Não, eu já trabalhei em farmácia de manipulação, né? Foi até o meu primeiro emprego, né? Eu tava com dezoito anos. A minha assinatura na carteira é trabalhando em farmácia de manipulação. Encapsuladora.” (Bordadeira)

Nem sempre o trabalho em áreas preferencialmente reservadas às mulheres é motivo de desprazer. No próximo exemplo, o que se destaca é o gosto pela costura e pela profissão escolhida: costureira.

“Primeiro foi numa fábrica de roupas de criança. Depois, eu fui pra uma que faz roupa pra homem e pra mulher. (...) Eu adoro costurar. Eu escolhi essa profissão. Porque eu, quando eu estudei corte e costura, eu fiz um curso de tudo, né? Bordado... Aliás, eu tenho até diploma de bordado, corte e costura. Depois, eu fiz curso de cabeleireiro e aprendi pra cabeleireiro, manicure e barbeiro. Aí, fiz esse curso, mas não gostei não. Eu gostei mesmo da costura. Porque eu gosto de costurar. Não gosto de fazer mais nada. (...) Sempre trabalhei no que eu gosto. Eu fui escolher essa profissão. Eu escolhi ela e gosto dela. Se eu for fazer outro trabalho eu não vou saber mesmo. Esse negócio de faxina, eu só faço em casa, que eu faço de qualquer maneira. Mas, pra trabalhar assim na casa dos outros não dá não”. (Costureira 2)

Nos períodos em que a inserção no mercado de trabalho se tornava mais difícil, a solução buscada era o trabalho como diarista, viabilizando o sustento da família por meio do trabalho doméstico realizado em outras residências:

“Você que mora aqui, arrumar emprego lá em baixo... Antigamente já era difícil, hoje em dia tá impossível. E aí eu não conseguia, porque eles não queriam pagar a passagem, aquela coisa toda. E eu, aí eu optava por trabalhar em casa de família. Eu não sabia fazer muita coisa não, mas... Ia dando as minhas cabeçadas e aprendendo, entendeu? Pensava, ah, o que eu faço em casa eu faço na casa dos outros também, né? Aí, eu me virava assim”. (Bordadeira)

Na maioria dos casos, a experiência com costura também foi importante para a realização de outras tarefas remuneradas:

“Eu já trabalhei como diarista, fazendo faxina, passando roupa. Já trabalhei em costura na casa de uma amiga minha. Ela pegava costura de fábrica, né? Aí ela era costureira profissional e eu era ajudante, então eu fazia umas coisas na reta, tipo assim, ajeitar o bolso, fazer o pesponto do bolso, depois era só ela colocar, passar as coisas no overlock, assim”. (Bordadeira 2)

Mesmo para quem sempre foi dona de casa, a realização de atividades dentro do próprio lar com o propósito de comercialização faz parte das estratégias para o aumento da renda familiar, o que nem sempre é identificado como trabalho pelas pessoas que o executam. Novamente, as atividades com agulha e linha vão pontuando o histórico laboral:

“Aí eu fazia alguns bicos, né? Eu fazia bolo pra fora, algum conserto de costura. Assim, só coisas mais em casa mesmo. (...) Teve um tempo que eu bordei ponto cruz pra uma loja lá de baixo”. (Coordenadora de bordado)

“Oh, eu nunca trabalhei não. Era mais em casa, tomando conta da casa enquanto minha mãe trabalhava, porque eu sou a caçula. Então, cada um tinha uma determinada função em casa: uma arrumava, outra cozinhava, eu limpava o banheiro e o quintal e ajudava a cuidar dos outros irmãos. (...) Já cheguei a fazer (roupas) pra vender. Vendia muito conjuntinho de menina, vestidinho... Dava pra ajudar o marido. (Depois) Montei uma barraquinha. Aí, com a renda assim do meu marido, a gente ajuntava pra comprar material pra barraca: alimentos, bebida, comprei um freezer a prestação. Aí, montei uma

barraquinha no fundo do quintal. Aí, também deu pra sobreviver. Aí, parei um pouquinho com a costura. Aí, depois disso, abriu aqui a cooperativa”. (Costureira)

Além disso, outro processo vivenciado pelas mulheres também marcou o percurso educacional e profissional de muitas delas: a interrupção do ciclo de estudo e trabalho em virtude do tempo necessário para o cuidado dos filhos pequenos, da família e para a realização das tarefas domésticas.

“Trabalhei um mês só (na Hermes), porque meu filho era novinho, o mais velho. Aí ele ficou doente e minha cunhada: “Ah, porque não sei o quê.” Aí eu tive que sair pra cuidar dele”. (Bordadeira 2)

No trecho acima, o emprego foi precocemente abandonado pela obrigação de cuidar do filho. Em outros casos, o afastamento da escola ocorreu antes mesmo da constituição da família, quando a falta de recursos e a necessidade de ajudar a mãe e os irmãos acabou determinando a suspensão dos estudos.

“Eu fiz até o primeiro ano ginásial, que era pago, minha mãe não podia pagar, aí eu tive que parar de estudar. Pais separados, né? Então, minha mãe só que trabalhava pra sustentar seis filhos. Inclusive, tem um excepcional na família. Então eu tive que parar”. (Costureira)

“Minha vida começou muito cedo. Eu fui obrigada a amadurecer cedo, assim, pela vida que eu tive, muito difícil... Aos oito pra nove anos o meu pai se separou da minha mãe. Então, ele abandonou a gente numa situação muito difícil, né? Eu tava estudando e eu fiquei na escola até a sétima série. Depois, com onze pra doze anos eu já tive que me virar, entendeu? Na minha casa, teve uma situação que a minha mãe teve que jogar limpo. Ela falou assim: ‘De hoje em diante, cada um vai ter que se virar pra se manter, porque eu não tenho condições de sustentar. Seu pai foi embora.’ Então, eu e meus irmãos fomos obrigados a caçar um trabalho, assim, da forma possível, né?” (Coordenadora de bordado)

Mesmo com dificuldade, algumas conseguiram retomar o processo educacional e terminar o ensino médio.

“Aí, depois de muito tempo de eu ter abandonado os estudos, eu acho que há sete anos atrás, aí eu fui, entrei no Telecurso, né? Aí fiz de quinta a oitava pra concluir o primeiro grau. Aí dei uma parada porque ela tinha dois aninhos, mamava no peito. Aí ficava difícil. Aí fiquei mais dois anos parada. Depois voltei a estudar à noite, aí concluí no ano passado o meu segundo grau”. (Coordenadora de bordado)

No depoimento a seguir, é possível perceber que a motivação para prosseguir estudando prevalece, apesar de todos os obstáculos.

“Eu queria fazer faculdade. Eu terminei o segundo grau com a intenção de fazer vestibular, mas por causa dessa situação, você sabe que não tem como, não dá. Mas, quem sabe? Eu vou ver. No próximo, eu vou tentar. Porque onde eu fiz segundo grau, se eu não fizer um preparatório, contando com aquilo ali não dá. Que eu fiz pelo estado. Sinceramente, o ensino do estado é uma droga. Tem a faculdade do estado, mas não dá pra fazer a prova e passar. Mas, eu não tenho pressa não. Eu espero. Esperei cinco anos pra conseguir terminar o segundo grau por causa de filho. Agora que eles já tão crescendo, eu espero mais um tempinho”. (Cortadeira e auxiliar de produção)

Ainda que apresentem muitas semelhanças em seus percursos, as razões que as levaram a se aproximar da cooperativa ressaltam as diferenças que guardam entre si. Diversos elementos alavancaram essa busca. Para algumas, o desemprego foi o que definiu a inserção no empreendimento.

“Aí, quando eu fiquei desempregada, tinha uns dois meses que tava formada a cooperativa, tava assim, formando, né? Aí eu entrei, entendeu? Aí, tô até hoje”. (Bordadeira)

O interesse em aprender uma nova atividade também se mostra como fator preponderante nessa inclusão.

“Eu fiquei sabendo que ia haver uma capacitação, aí eu vim, fiz a inscrição, aí iniciei na capacitação. Foi uma semana de capacitação. Aí eu fiquei. Gostei e fiquei”. (Coordenadora de bordado)

A proximidade de casa e o prazer em costurar também determinaram o encontro com o mundo cooperativado.

“Eu via o pessoal passando aqui, olha que eu moro aqui do lado, aí eu via o pessoal entrando aqui e pensava: “O que que esse pessoal faz tanto ali naquele lugar ali?” Aí, um dia o Washington passou, né, que é o marido da Cláudia. Aí eu perguntei: “O que vocês fazem ali?” Ele falou: “A gente ali é tipo um ateliê de costura. A gente tá montando uma cooperativa ali, vai abrir uma inscrição, vai colocar novas costureiras.” Aí, eu falei assim: “Eu gosto de costurar.” Aí, ele falou: “Então, vai lá e se inscreve.” Eu vim aqui, me inscrevi, aí fiquei, né? (...) Tem dois anos e seis meses”. (Costureira)

Por não excluir nenhuma pessoa interessada em ingressar no empreendimento, o trabalho na cooperativa se apresenta como uma possibilidade de atividade remunerada após a aposentadoria.

“Eu trabalhava numa facção¹, aí era lá em Bangu. Aí, ela mudou lá pro Grajaú, aí ficou muito longe pra mim ir. Aí, não sei quem foi que falou pra mim que aqui tinha uma cooperativa. Aí, eu fui disse assim: “E o que que faz lá?” Aí, elas falaram que era costura. E eu vim ver. Cheguei aqui, falei com umas meninas aqui, aí me inscrevi, falei com a Cláudia. Aí, falei: “Quando ela (a facção) for embora, eu venho pra cá.” Tudo bem. Aí, quando mudou pra lá, eu vim. (...)Aí, eu morava aqui e elas falaram que tavam querendo pessoas só daqui da comunidade. Aí, eu disse: “Já tô velha. Aí, daqui a pouco me aposento e fico trabalhando aqui.” Isso porque é perto de casa. Porque a gente quando já tá assim de uma certa idade, a gente já não tem mais aquele pique de correr. Depois, eu já tava sentindo. Já tava com 60 anos já. Aí eu disse: “Não, não vou fazer isso. Ir pra lá, acordar cedo, ir pra lá, com chuva.” Eu pensei isso. Eu vou ficar aqui. Por isso que eu vim pra cá”. (Costureira 2)

Dentro do contexto da inserção nesse novo espaço de trabalho, a opinião da família aparece como algo relevante especialmente para as mulheres casadas. Algumas afirmam ter apoio total do marido em sua nova busca por autonomia.

“Meu marido tem uma cabeça muito boa, arejada. Ele não é daqueles homens da pré-história não. Pelo contrário, ele me dá a maior força

¹ Trabalho de costura terceirizado, realizado por profissional ou firma contratada, com o objetivo de diminuir os custos com empregados nas indústrias de confecção.

porque ele sabe que eu comecei cedo, quero ter minha independência, né? Assim, perante ele, né? Da condição financeira dele. Então ele me dá a maior força, como sempre. Ele sempre me deu a maior força pra mim acabar meus estudos, sempre me deu a maior força pra mim trabalhar fora. Ele nunca deu pra trás não”. (Coordenadora de bordado)

Para a maioria delas, esse apoio não veio acompanhado da divisão das tarefas domésticas e está condicionado à manutenção do cuidado com o lar. Mesmo havendo uma compreensão inicial por parte do companheiro, ocorrem queixas com relação às novas exigências do trabalho da mulher, que já não dedica todo seu tempo à casa.

“Ah, ele gostou (o marido). No início ele gostou, mas aí depois reclama porque isso aqui não tá no lugar, sabe? Aí, você tem que entender que agora eu trabalho. Os filhos adoraram, acham que eu tenho mais é que trabalhar, ser independente, ter meu dinheirinho, sabe?” (Bordadeira)

Nos casos onde conflitos entre o casal emergiram a partir da saída dessas mulheres do espaço doméstico para a cooperativa, foram elaboradas por elas estratégias de negociação e enfrentamento da situação para que não precisassem abandonar a nova atividade. Às vezes, o bom humor e o estreitamento dos laços afetivos são suficientes para resolver a crise:

“Tá indo bem. Meu marido que de vez em quando reclama, mas uns beijinhos e tudo melhora. (risadas) Com uns beijinhos melhora”. (Bordadeira 2)

Em outras situações, é preciso adotar uma rotina específica para conseguir atender às necessidades do trabalho e da família. Mesmo que não percebam, isso requer delas um esforço ainda maior para atender a todos os campos de atuação da vida diária, como mostra o depoimento a seguir:

“Ah, geralmente o marido sempre reclama, né? Mas, eu acordava cedo, fazia as minhas coisinhas, né? E o tempo na hora de almoço eu ia em casa, fazia o almoço, deixava o almoço. (...) Quer dizer, meu marido também não esquenta muito a cabeça não, porque ele chegando em casa, encontrando a casa arrumada e a comidinha pronta, aí não esquenta muito a cabeça não. Não é desses maridos que pega no pé”. (Costureira)

Costurando juntas uma nova realidade

“Constituir um ser humano, um nós, é trabalho que não dá férias nem concede descanso: haverá paredes frágeis, cálculos malfeitos, rachaduras. Quem sabe um pedaço que vai desabar. Mas se abrirão também janelas para a paisagem e varandas para o sol”. (Luft, 2003:22)

Para todas elas, a novidade do trabalho cooperativado abriu novas possibilidades e vivências a partir do exercício da autogestão no cotidiano das práticas trabalhistas. Se a área de atuação escolhida denota a permanência da divisão sexual do trabalho em alguns sentidos, a organização do empreendimento aponta para a possibilidade de modificações e ruptura com padrões estabelecidos, a partir do desafio de ocupar outros espaços e desempenhar novas tarefas, primordialmente destinadas aos homens.

A costura pode ser assunto de mulher, mas a gestão de negócios e o desenvolvimento de estratégias de comercialização são campos marcadamente masculinos.

Nesse sentido, as cooperadas estão aprendendo a trilhar novos caminhos, aventurando-se em um universo ainda pouco conhecido por elas e buscando a ocupação de espaços diferentes daquilo que tradicionalmente seria realizado numa fábrica de costura. A viabilização desse processo tem sido feito por meio do trabalho autogestionário.

Autogestão: a elaboração coletiva do espaço de trabalho

A gestão da cooperativa pelos trabalhadores faz parte dos princípios cooperativistas desde os seus primórdios. Ao mesmo tempo, configura-se como um dos mais difíceis aspectos para se implementar no cotidiano de quem ingressa nesse campo.

Na cooperativa estudada, a autogestão vem sendo desenvolvida desde sua formação, num exercício diário para todas as pessoas envolvidas. Além da autogestão, eu esperava encontrar algumas outras características marcantes que pude observar em empreendimentos semelhantes, como a participação em movimentos sociais e em espaços de debate sobre o movimento cooperativista.

Para minha surpresa, não havia ali uma ideologia cooperativista fortemente desenvolvida, onde o discurso sobre a luta pela inclusão social e a participação em movimentos políticos permeiam o trabalho cotidiano.

A fala da presidente da Coosturart demonstra o conhecimento sobre a importância da atuação dos grupos sociais no que se refere ao cooperativismo.

“Mas, em relação aos fóruns, às reuniões, aquela situação de pressão do governo, de minoria e tal, a gente não é muito não. Até porque a gente sabe que tem muita gente boa brigando lá, entendeu?”

Ela segue destacando que é preciso, primeiramente, que a cooperativa se sustente e garanta maiores ganhos para as cooperadas, o que requer uma dedicação quase exclusiva ao trabalho na sede.

“E a gente tá brigando aqui ainda, assim, contra o tempo, entendeu? Eu tenho quase certeza assim, que o que eles brigam lá faz parte do trabalho nosso”.

Uma forma de compreender essa diferença é oferecida pela presidente da cooperativa, que ressalta a preocupação relativa a outros aspectos, como o sucesso do empreendimento, até mesmo para dar sustentação aos argumentos de quem luta no plano político para o alcance de melhores políticas públicas para o setor.

“Então, deixa eu te explicar bem simples assim: toda luta do comércio solidário, toda luta do pessoal pra fazer o comércio justo, é pra que as pessoas que tenham cooperativas ou um trabalho formal ou informal, elas possam ser inseridas no mercado de trabalho e que você compre um produto, mas que você não olhe pra aquele produto assim: ‘Ah, coitadinha...’”.

A intenção é lutar pelo comércio justo por meio de um produto de qualidade, e não pela mobilização em torno de um sentimento de piedade.

“Você tá comprando um produto que você sabe que foi bem confeccionado e que vale à pena aquilo que você está pagando por ele. E a parte do comércio justo também, em termos de leis, são as leis pra melhorar o sistema, como esse de crédito de banco que cooperativas, que grupos não conseguem”.

O investimento que a situação requer, no momento, está ligado à concretização dos planos de trabalho da cooperativa, de modo a utilizar eficazmente toda ajuda recebida e servir de exemplo para outros empreendimentos.

“Mas, ao mesmo tempo, a gente aqui já tem um trabalho enorme, porque eu sei que fazer com que a cooperativa dê certo aqui e mostrar esse bom exemplo lá faz com que a luta deles lá tenha sentido. Porque, caso contrário, eles vão tá lutando pra grupos que não valorizam isso, pra grupos que se formam no primeiro ano e não vão à frente, pra grupos que pegam recursos mil de entidades e de governo, mas não utilizam isso bem utilizado, entendeu? Então, eu me vejo nessa ponta. Eu me vejo aqui trabalhando pra caramba, fazendo com que a coisa dê certo pra dar base pra que eles briguem lá, e saber que tem aqui o exemplo da Coosturart, e que vale à pena as pessoas lutarem. Bom, não sei se eu tô errada, mas...”

Tudo isso não dispensa a luta no plano político, onde os grupos buscam ações do governo que viabilizem o alcance de suas metas. Apesar disso, percebe que nem todos têm a noção exata do que buscam nesse âmbito.

“Agora, tem pessoas boas, tem pessoas em Brasília, tem pessoas em vários lugares que, no meio de alguns que estão ali e às vezes não sabem nem o que tão fazendo, tem pessoas lutando mesmo. Eu acho que toda luta é justa, né?”

Com a concentração dos esforços no funcionamento da própria cooperativa, a autogestão se configura como o princípio cooperativista mais visível no empreendimento estudado, englobando a administração e o processo de trabalho.

Gerindo o empreendimento

A gestão da cooperativa é feita por uma equipe eleita pelos cooperados e as decisões são tomadas por meio de reuniões que contam com a participação dos trabalhadores. Apesar de ter se formalizado há mais de dois anos, a cooperativa ainda não desenvolveu um regimento interno.

“Agora, um instrumento muito importante, que a gente ainda não fez aqui, é o regimento interno. O regimento interno regulamenta a entrada, a saída, qual é a função daquela pessoa, entendeu? Então, a gente tem que montar isso o mais rápido possível pra poder, tipo assim, ó: Bom, isso aqui eu não posso fazer porque está no regimento interno”. (Presidente da cooperativa)

A escolha da diretoria pelas cooperadas e o reconhecimento de sua capacidade para gerir o negócio foi fundamental para o estabelecimento de uma relação de confiança e transparência em todos os setores da cooperativa, favorecendo seu desenvolvimento e beneficiando todas as pessoas envolvidas no processo.

Por outro lado, corre-se o risco da centralização excessiva da autoridade nas mãos dos mesmos gestores por muito tempo, cristalizando a estrutura de poder e aumentando a cisão entre quem trabalha na produção e na administração do empreendimento, representados, na fala de uma cooperada, por “a gente” e “eles”, respectivamente.

“A gente trabalha aqui na base, mas eles... eles trabalham lá pra chegar até lá. Porque pra administrar uma confecção dessa é difícil. Administração é tudo num negócio”. (Costureira 2)

Cria-se uma especialização dos administradores que acaba por diminuir a probabilidade de outras pessoas ocuparem os cargos de direção futuramente, devido à falta de conhecimento a respeito desse setor e à identificação da equipe que gerencia a cooperativa, desde sua formação, como a mais competente para continuar o trabalho.

“(...) porque ela (a presidente da cooperativa) mesma diz, quem quiser assumir a presidência, sabe, ela deixa em aberto. Só que, se ela tá administrando bem, pra que que a gente vai se meter numa coisa que nem entende muito também, né? (risadas) Então, não vale nem à pena”. (Bordadeira 2)

Apesar disso, há um interesse em aumentar a conscientização das cooperadas no que se refere às especificidades do trabalho cooperativado e da ação coletiva, ressaltando as possibilidades de desenvolvimento pessoal e profissional com o decorrer do tempo, o que inclui o direito de concorrer à presidência, como indica a fala da presidente:

“A diferença da cooperativa é a oportunidade de crescimento, que hoje eu tô como presidente, mas, qualquer uma delas pode vir a ser, entendeu? Então, é o que que a cooperativa vai investir no crescimento de cada uma delas. E de saber, que amanhã ou depois, daqui há um ano, dois anos, eu posso ter uma equipe que esteja lá dentro e elas já tarem capacitadas o suficiente até pra montar o núcleo de uma outra cooperativa, em outro lugar, dar aulas aí por esse Brasil a fora, do que aprenderam através da cooperativa. Esse tipo de visão que eu acho mais importante, que eu luto pra que elas

tenham, entendeu? Essa situação de crescimento, entendeu? Então, quando você cresce, quando você se capacita, que você se especializa, você entende que tudo tem seu lugar, tudo tem sua hora. Eu posso ser a melhor profissional possível. Hoje eu posso tá como (Presidente, amanhã eu posso tá na máquina. Mas, eu vou estar sempre atendida com aquilo que me acontece e buscando a evolução da empresa. Que a cooperativa é assim. Não adianta você tá lá: ‘Ah, eu tô batendo martelo todo dia, mas não interessa quem tá batendo o prego ali do outro lado.’ Na cooperativa te interessa sim. Porque se quem tá do teu lado bater errado, no teu bolso lá vai sobrar ou vai faltar alguma coisa, entendeu? Então, é a grande diferença também quanto à empresa”. (Presidente da cooperativa)

Nesse processo, nem todas as pessoas compreendem totalmente o significado do trabalho na cooperativa e as diferenças existentes entre a auto e a heterogestão, acabando por reproduzir um padrão de comportamento semelhante ao que aprenderam em empregos anteriores e atuando como funcionárias e não como sócias do negócio.

Muitas vezes, as brincadeiras entre as pessoas expressam o sentimento vivido, revelando que, apesar da informação sobre a ausência de um único dono já existir em nível cognitivo, essa ainda não foi assimilada a ponto de modificar a atitude com relação à sua nova realidade de trabalho.

“Eu nunca trabalhei em cooperativa. Essa aqui eu não tenho o que falar. (...) Eu até brinco de vez em quando: “E aí, patroa?!” (e a presidente responde) “Eu já falei que aqui não tem patrão nem patroa. Aqui todo mundo é dono!” Sabe? Eu tô adorando!” (Bordadeira 2)

As diferenças individuais entre os níveis de compreensão sobre o cooperativismo fazem parte do processo de aprendizagem pelo qual passam todos os que se aventuram a realizar algo diferente daquilo que faziam habitualmente.

As resistências e o desconhecimento vão sendo vencidos por meio de informações providas na prática diária, pelo diálogo e pela percepção pessoal de que se trata de um espaço de produção diferente, com características pouco conhecidas por elas, seja no trabalho ou no dia-a-dia de modo geral.

Seria ilusório supor que tal aprendizado se desse de forma igual e na mesma velocidade para todas as pessoas. Há um contexto social e uma história de vida

pregressa para cada cooperada que podem trazer elementos capazes de facilitar ou dificultar essa dinâmica.

Ser proprietária de um empreendimento é algo muito novo dentro de sua realidade e com o qual estão ainda se familiarizando. Ainda que o cooperativismo não seja uma criação recente, sua divulgação na sociedade é ainda pequena e o estímulo ao empreendedorismo nas comunidades só surgiu como uma alternativa ao desemprego que atinge grande parte de seus moradores.

“(...) não só a nossa cooperativa é nova, mas o sistema cooperativado é novo. Então, as pessoas não têm muito conhecimento. Não é uma matéria de escola que as pessoas ouvem todo dia. Uma escola comum, vamos supor, uma escola particular, uma faculdade, o que que acontece? Isso é corriqueiro. E, eu costumo dizer o seguinte: Um pai ou uma mãe que é empresário, o filho cresce empresário. Um pai ou uma mãe que não tem acesso a negócio, que não vê o pai tratando de negócios no telefone, que não atende um cliente, não fala sobre aquilo, ele só sabe disso quando ele vai trabalhar. E muitas das vezes, as pessoas que moram pra cá, ou que têm uma condição econômica e de estudo menor, trabalham muito em subemprego”.

A partir de seu ponto de vista, a autonomia não era exercitada dentro desse sistema, o que acaba gerando a dificuldade dentro dos paradigmas no cooperativismo.

“Então, subemprego é aquele emprego que tipo: ‘Ó, bate dez martelos por dia.’ Você vai bater dez martelos por dia e vai se dar por feliz se você ganhou um salário por mês, entendeu? Então, essa mentalidade é muito forte dentro das comunidades. Então, as pessoas, tipo assim: ‘eu prefiro que a cooperativa me dê um salário por mês, mas durante a minha vida toda, do que eu esquentar minha cabeça e, enquanto empresa, ter isso e botar meu filho na faculdade e poder comprar meu carro amanhã ou depois, porque a empresa é minha e depende de mim.’ Então, isso é muito forte assim em cooperativa popular, que você esbarra nessa situação. Então, há um esforço muito maior de quem trabalha na diretoria e de quem assimila isso um pouco antes do que a maioria. Porque a maioria vai assimilando de acordo com as coisas vão acontecendo. E querer colocar isso de uma hora pra outra na cabeça das pessoas, por essa situação cultural que

eu te falei, é um erro, entendeu? Não é simples, não é fácil. Então, muitas vezes você vê a pessoa desanimada, às vezes a pessoa numa situação que você procura animar o mais rápido possível e procura correr atrás o mais rápido possível pra que as coisas aconteçam, entendeu? Porque aí é o que vai dar pra essa pessoa o ânimo pra ela tá desenvolvendo as coisas”. (Presidente da cooperativa)

O aprofundamento do conhecimento sobre o processo de trabalho e a administração do empreendimento tem sido uma preocupação da diretoria, que busca o aumento da informação e da capacitação das cooperadas através da realização de cursos de gestão para todos os trabalhadores.

“(...)até, inclusive, vai ter um curso administrativo pra gente, aí a gente vai passar a entender mais, né? Pra gente começar a mexer. Porque ela não se incomoda. Se você quer mexer no computador, tem arquivo, tem umas coisas lá, pode mexer, entendeu? A gente é que não se liga muito. A gente quer mais é trabalhar, sabe? Fazer o nosso. A verdade é essa. Mas, ela dá toda a liberdade da gente chegar lá, conversar com ela, saber como tá o dinheiro, como não tá, pra onde foi, pra onde não foi. Isso aí ela passa tudo pra gente, se a gente quiser”. (Bordadeira 2)

Na prática diária, a participação do grupo ocorre por meio de reuniões onde decidem o planejamento mensal relativo à criação, produção, exposição e comercialização dos produtos.

“É em reunião com todos da cooperativa. (...) a Cláudia (presidente) sempre dá a reunião, aí pergunta, aí o que a maioria decidir é o que é feito. (...) Aí tenta entrar num, num conceito só, né? Aí uma fala daqui, outra fala dali, aquela coisa toda, aí vai, vai, vai... Até que chega num ponto único”. (Bordadeira)

“As decisões, no caso, é tipo o seguinte: a gente leva o plano de trabalho pra reunião mensal. Através desse plano de trabalho levado pra reunião a gente complementa ele com mais alguma idéia de alguma cooperada e trabalha em cima desse plano o mês todo. Então, quer dizer, você estando levando isso pra uma reunião... Até que a gente é mais democrático que outros lugares, tem lugares que não

levam. Simplesmente a diretoria trabalha pra gerar renda pros cooperados. Até porque, se você entende que uma diretoria foi eleita, é porque ela tá apta a desenvolver os negócios da cooperativa. Só que aqui, como a gente tá muito novo ainda, e eu também acredito que a gestão democrática ela tem que permanecer, porque se você erra sozinho é uma coisa, se você errar em grupo já a probabilidade é bem menos, todo mundo opinando... E a gente costuma sempre manter essa tradição, entendeu? De tá levando. Agora, tem a correria do dia-a-dia, é lógico, que administrativamente que não tem como as pessoas tarem intervindo mesmo todos os dias e tal”. (Presidente da cooperativa)

A possibilidade de decidir em conjunto as ações do empreendimento é bastante apreciada pelas trabalhadoras e, segundo elas, a ocorrência de conflitos nessas ocasiões é muito pequena, ainda que ocorram eventualmente.

“Porque as nossas reuniões são pra gente chegar num consenso, entendeu? Como que vai ser melhor, entendeu? Até agora nunca saiu confusão não. (...) É muito bom a gente conversar e chegar num ponto, né? Porque sem conversa a gente não chega a lugar nenhum. Se ficar cada um por si e querer resolver sozinho não dá, é impossível”. (Coordenadora de bordado)

Encontrar o equilíbrio entre o desejo individual e o coletivo são desafios que fazem parte do debate exercitado pelas cooperadas nas reuniões. Nesse contexto, a negociação e a busca pelo consenso se revelam como pontos de maior dificuldade no processo decisório.

“É (difícil), né? Porque cada um tem a sua cabeça, cada um tem, né? Ceder às vezes é ruim, né? Ainda mais quando a gente acha que aquilo é o melhor, aí o outro acha que não, aí fica aquela coisa, mas sempre tem o meio termo, a gente consegue chegar”. (Bordadeira)

Em um sistema de gestão onde os trabalhadores participam, o diálogo e a união são mencionados no depoimento a seguir como elementos significativos para o desenvolvimento da cooperativa:

“Olha, eu acho que a melhor maneira é conversando. A opinião de cada um é que eu acho importante. É uma cooperativa, então todo mundo faz parte, né? Então tem que haver essa união nessa hora aí.

Todo mundo tem que ver a melhor maneira de agir, de fazer acontecer. Senão... Senão não vai!” (Costureira)

No depoimento abaixo, a cooperada compara a atuação possível no interior da cooperativa àquela realizada em uma firma, valorizando a prática decisória cooperativista:

“Ah, eu prefiro a oportunidade de estar dialogando como aqui. É outra coisa! Se você trabalhar em uma firma, você não tem nem contato com o dono da firma, com o patrão. É encarregado, é não sei quem, é um querendo mandar mais do que o outro. Aqui não tem isso”. (Bordadeira 2)

Apesar da maioria das entrevistadas preferir o sistema de autogestão, o esforço necessário para implementá-lo no cotidiano também faz aflorar, em alguns momentos, o desejo de simplesmente executar as tarefas, sem ter que participar da administração da cooperativa. Isso ocorre devido ao hábito de ter sempre trabalhado dessa forma nos empregos anteriores.

“Pelo fato de ter sempre trabalhado com patrão, né? Mesmo quando era casa de família, mas era o patrão que decidia. “Não, hoje você vai fazer isso, hoje você vai fazer aquilo, né?” É mais fácil do que a gente ter que decidir. Pelo menos pra mim, eu acho mais fácil”. (Bordadeira)

Outro aspecto relevante diz respeito à ansiedade gerada nos momentos em que a obtenção do consenso se faz mais demorada ou surgem discussões. O medo do confronto e do desentendimento pode levar à diminuição da participação, como formas de escapar das situações geradoras de tensão. Abster-se é uma maneira de evitar aborrecimentos.

“(…) na maioria das vezes eu prefiro ficar calada. Eu prefiro, porque eu sou meio assim nervosa. Aí, se tá uma coisa muito assim, aí eu prefiro ficar calada. Eu calo, aí o que for decidido eu, entendeu? Mas, eu também falo. De vez em quando, assim quando o clima tá legal assim, aí eu pego e eu falo. Mas se eu vejo que o negócio já tá meio quente, eu calo a minha boca... (...) Já o meu jeito de ficar calada mesmo, entendeu? Naturalmente eu já sou assim. Às vezes, quando alguma coisa me desagrada eu prefiro calar. Na minha vida mesmo eu sou assim”. (Bordadeira)

Devido a esse cenário, o exercício da autogestão se apresenta como um aspecto ainda difícil de realizar na cooperativa. Entre o ideário autogestionário e a prática há uma distância que precisa ser percorrida e diminuída a cada dia, tornando a participação de todos mais efetiva e consciente.

A democracia é fundamental nesse contexto, mas nem sempre compreendida de maneira correta. Muitas vezes, a possibilidade de decidir a atuação da cooperativa é confundida com a interferência constante em todas as decisões que precisam ser tomadas, o que dificulta a administração. Tal fato é vivenciado em muitos empreendimentos e, pelo menos no início de seu funcionamento, a Coosturart não foi exceção.

“A cooperativa tem que ter um ideal. Tem que ter um ideal: ser democrática. Mas, no dia-a-dia dela, tem que ser como no de uma empresa. Porque se você deixar, principalmente no início de cooperativa, coisa que a gente fez e foi até um dos erros que a gente cometeu no início, deixar com que todos, todo dia e toda hora opinem ou digam se aquilo ali vem pra cá ou vai pra lá, isso é um erro, porque você desfoca toda hora e não atinge os objetivos”. (Presidente da cooperativa)

Mesmo num empreendimento autogestionário, é necessário haver um planejamento e divisão de tarefas que não estejam sujeitos a alterações frequentes, evitando as interrupções desnecessárias que paralisam demasiadamente o gerenciamento.

Para que a cooperativa prospere, torna-se fundamental a busca da eficácia na administração. Nesse ponto, muitas cooperativas falham e acabam indo à falência, ou então, ficam permanentemente dependentes de órgãos externos que lhes forneçam assessoria administrativa, o que não condiz com os preceitos da autogestão preconizados pelo cooperativismo. No caso da Coosturart, a eficácia ainda está sendo ensaiada por meio do processo coletivo de planejamento e tomada de decisões.

Mesmo com dificuldades, a autogestão oferece a cada trabalhadora a oportunidade de aprender novos modos de se expressar e de enfrentar situações conflitantes, sem que para isso precisem recorrer ao silêncio como o porto seguro que as livrará das tensões inerentes ao processo de decisão coletiva.

O exercício individual de expressar idéias e perceber que, apesar das discordâncias, todos os integrantes do grupo são ouvidos, funciona como um elemento

motivador, o que poderá aumentar a participação das pessoas nesse e em outros âmbitos da vida que requeiram uma dose maior de coragem para se expor e negociar diferentes pontos de vista.

Aos poucos, o sentimento de valorização de si e dos outros auxilia na percepção de que todas elas são importantes para o desenvolvimento da cooperativa.

“É porque você sabe que você é importante. A tua palavra tem peso. Aí é legal isso”. (Bordadeira)

Marcando diferenças

O cotidiano de costureiras e trabalhadoras do ramo da confecção fora do espaço da cooperativa configura-se como algo maçante, sem que a funcionária tenha conhecimento sobre as etapas, os objetivos e a gestão do processo de trabalho. Também não existe a possibilidade de planejar nos âmbitos coletivo e individual o modo mais apropriado para realizar as tarefas segundo os próprios trabalhadores.

Em fábricas, os horários rígidos e a grande quantidade de peças a serem confeccionadas por dia não permitem muitas pausas, e quando são feitas, sua determinação é estabelecida em momentos designados pelos supervisores e não segundo a necessidade e o desejo dos sujeitos envolvidos na execução do trabalho.

Num espaço assim, há menores possibilidades de estímulo à criatividade, o conhecimento do processo de trabalho torna-se reduzido, o aprendizado fica restrito à função desempenhada e a inclusão do lúdico no ambiente de trabalho é praticamente vetada.

O desenvolvimento de novas capacidades apresenta-se, desse modo, mais limitado. Mesmo as cooperadas que nunca trabalharam em fábricas possuem algum conhecimento sobre as características do trabalho nesses locais e conseguem captar algumas diferenças entre o dia-a-dia do sistema fabril e da cooperativa.

“Eu nunca trabalhei em fábrica não, mas tem pessoas que trabalham aqui com a gente que já trabalharam. E não tem essa possibilidade, né? Porque em fábrica geralmente é assim: chega aquele montante e você tem que dar conta daquilo por dia. Então, você não sabe o que que tá havendo na gerência, o que que tá havendo em outros setores. E aqui não. Aqui tá todo mundo informado de tudo: o que entra, o que sai, o que tem que fazer, o que não tem que fazer. E numa fábrica é

impossível, né? Você senta na máquina, você tem que dar conta daquilo num dia e acabou, entendeu?” (Coordenadora de bordado)

Dentro da cooperativa estudada, vários aspectos contribuem para a configuração de um ambiente que melhor atenda aos interesses das trabalhadoras. Tal processo tem início na autogestão e prossegue pelos diversos níveis relacionados à organização do trabalho e processo criativo. A própria atmosfera em que realizam suas atividades revela aspectos que vão de encontro à busca da satisfação no ambiente de trabalho.

“É isso aqui que você tá vendo. É tudo assim, é tudo brincando, conversam, elas contam histórias ali. Ninguém discute não”.
(Costureira 2)

Tal fato não exclui a ocorrência de alguns conflitos, o que, na opinião de uma das cooperadas, está relacionado ao grande número de mulheres no mesmo local. Contudo, a superação dessas crises ocorre com pouco esforço, retornando ao estado anterior sem prejuízo ao relacionamento entre o grupo.

“É trabalhando, conversando, de vez em quando eu tô aqui fora, eu entro, faço uma gracinha, aí todo mundo: “Tinha que ser ela! Hahaha!” Aí eu saio, é o tempo todo assim. (...) Não vou dizer que, de vez em quando, ninguém se estressa. Claro que, né? Um monte de mulher junta, uma hora tem que ter um probleminha. Mas, daqui há pouco, tá todo mundo rindo, brincando, sabe? Não tem aquela coisa de inimizade, nada disso”. (Bordadeira 2)

Quanto às diferentes funções exercidas, é possível observar maior liberdade das trabalhadoras para escolher sua área de atuação. A opção é feita por cada cooperada com base em seu conhecimento, habilidade, interesse e identificação com as tarefas relativas ao cargo. Muitas vezes, elas passam por outros setores até encontrar o trabalho que mais gostem de realizar.

“Eu gostei do bordado. Apesar que também eu gosto da parte de escritório, apesar que algumas coisas eu não entendo, entendeu? Algumas coisas eu não entendo, aí eu ficava meio assim, né? Mas, assim, o que eu mais gosto mesmo é o bordado. Eu gostei de bordar. (...) Costurar em máquina, eu não costuro, eu não sei. Eu falo que meu pé é muito pesado, eu não consigo. A máquina dispara assim... Não, isso aí eu não faço. (...) É, agora eu tô na parte de bordado. Eu tô lembrando o meu bordado que eu guardava na adolescência.

Então eu tô lembrando, é gostoso, eu faço. Mas, eu fazia o fuxico, ainda faço fuxico. Eu já trabalhei na parte de administração, eu era secretária e tudo. Aí, agora eu tô na parte de produção”.
(Bordadeira)

Os cursos de formação oferecidos pela cooperativa são uma forma de aprender novas habilidades, inclusive para mudar de ocupação e realizar uma tarefa que seja mais prazerosa para a cooperada. Ainda que a escolha não seja a mais acertada num primeiro momento, o fato de estarem em contato diário com todas as fases da produção possibilita o encontro com serviços que lhes interessem mais, abrindo o caminho para a mudança de cargo.

“Aí, teve um projeto aqui há alguns anos atrás de modelagem industrial. Eu fiz o curso de modelagem industrial. Aí, no início desse ano, em março, abriu a capacitação aí eu me inscrevi e fiz a capacitação pra costura. Só que eu não me adaptei bem. Aí pulei pro bordado. Aí, tô aí até hoje”. (Coordenadora de bordado)

Em alguns casos, as tarefas executadas pelas cooperadas foram aprendidas após sua entrada na cooperativa e a identificação e desempenho foram tão grandes que ficaram responsáveis pela área.

“Olha, bordar eu não bordo. Eu costuro. Fazer um fuxiquinho, né? Também gostava de fazer. No caso as bolsa, blusinha, top. Eu aqui na cooperativa trabalho assim com colchas. Gosto mais de montar colcha, tipo edredon de patchwork. E eu aprendi aqui, porque eu nem conhecia que que era patchwork, eu conheci aqui. Eu sabia costurar. Na cooperativa aqui sou só eu que monto as colchas. Por enquanto só. Se eu quiser um dia sair, eu tenho que capacitar outra pessoa pra poder ficar no meu lugar”. (Costureira)

O trabalho na confecção não exclui a possibilidade de atuar junto a equipe que gerencia a produção, aumentando o conhecimento e diversificando a prática diária.

“Eu trabalho mais no corte. Eu ajudo a Cláudia na produção. Eu tô aprendendo, tô tentando aprender também. Eu tô aqui pra aprender. E fazer uma ponte entre aqui e a produção. Aí, eu organizo a ficha técnica, organizo algumas coisas”. (Cortadeira e auxiliar de produção)

Associados às habilidades femininas, a costura e o bordado foram aprendidos por algumas delas ainda jovens, fazendo-se presentes em suas vidas há muitos anos e sendo aprimorados até os dias atuais.

Em alguns casos, a simples observação do ofício realizado pela própria mãe foi suficiente para assimilar os procedimentos dos trabalhos com agulha e linha.

“Minha mãe costurou pra facção, né? Então, eu vendo assim, aí teve uma época que meu marido comprou uma máquina pra mim e eu comecei a praticar sozinha”. (Coordenadora de bordado)

*“Olha só, eu sempre fui assim, minha mãe era costureira, né? Aí, eu via ela costurando, aí eu tinha aquele prazer de ver e gostava, né, de ver as peças que ela costurava. (...) Aí, eu achava bonito, né? Mas ela nunca deixava eu mexer na máquina dela. Aí, o que que eu fazia? Eu costurava minhas roupas, costurava pra mim mesma, eu pegava e costurava tudo na mão. Fazia tudo na mão. Ela nunca me ensinou não, eu ia vendo e ia fazendo sozinha. Aprendi mesmo sozinha. Eu via ela costurando e cortando... (...) Daí pra cá, depois que eu casei, meu marido comprou uma máquina pra mim, eu comecei a produzir pra mim, pros meus filhos, fazia roupinhas pra elas. Das meninas, então, eu adorava! Comprava essas revistas de moda, aí tinha aqueles moldes, né? Aí fazia num papel, cortava e fazia. Saía perfeitinho!”
(Costureira)*

Conforme denota a fala abaixo, há alguns anos, a costura era parte integrante das tarefas transmitidas de mãe para as filhas, em meio a outros afazeres considerados essencialmente femininos. Mesmo que naturalizados, e muitas vezes obrigatórios, nem todos são apreciados.

“Mas a minha mãe ensinava as coisas pra gente. Ensinava como lavar panela, como costurar, pregar um botão, bordar. Só que eu não gosto de bordar, de serviço de casa. Eu faço porque eu sou obrigada a fazer. (Costureira 2)

A prática pode ter sido despertada por outras situações e a curiosidade em aprender determinou o desenvolvimento de novas habilidades nesse âmbito.

“Curiosidade. O bordado e o paetê foi quando eu era jovem, negócio de namorado que usava clóvis, né? Aí tinha aquelas capas, aqueles

boleros pra bordar, aí eu bordava com ele. Ajudava a bordar. Então, aprendi e vou embora! Mandou fazer, eu vou embora! (...) E agora eu tô aprendendo o bordado em linha, que tem a Marinete (coordenadora de bordado), que já borda, aí tem muita saia pra bordar e tá me ensinando e eu tô bordando”. (Bordadeira 2)

Contudo, há também quem tenha convivido com as tramas da costura em seu cotidiano desde a infância e nunca tenha apresentado interesse em aprender o ofício. Nesses casos, os cursos de capacitação profissional oferecidos pela cooperativa, a prática diária e a orientação realizada pelas cooperadas mais experientes no setor auxiliam no aprendizado.

Essa é uma característica importante da cooperativa, uma vez que abre espaço para a inclusão de pessoas que não dominam as habilidades necessárias antes de sua entrada no empreendimento. É uma aposta na capacidade de aprendizagem e desenvolvimento de cada cooperada.

*“Não sabia fazer nada. Aprendi aqui. Eu sou filha de costureira, mas nunca tive vontade de aprender a costurar, nem nada relacionado à costura. Depois que eu vim pra cá que eu peguei gosto, né?”
(Cortadeira e auxiliar de produção)*

Na maioria dos casos, ocorre a especialização em apenas uma das habilidades necessárias à confecção dos produtos. No entanto, a necessidade imposta pelo aumento da produção vem exigindo a aprendizagem e a realização de novas tarefas a fim de cumprir os prazos de entrega estabelecidos.

*“Aqui é assim: eu sou coordenadora de bordado, é minha função aqui, entendeu? Se tiver que sentar na máquina, se a gente pegar encomendas que sejam mais na parte da costura, eu sento numa máquina e ajudo. Que aqui é assim um rodízio. A gente procura fazer assim: cada uma aprender um pouquinho da função da outra. Porque no caso de uma necessidade, uma pode fazer pra outra, entendeu?”
(Coordenadora de bordado)*

A execução de afazeres diferentes dos habitualmente exercidos em determinada função ocorre nos casos em que a quantidade de produtos é muito superior a de pessoas necessárias para a confecção de alguma etapa da produção.

De modo geral, a fase de aplicação de técnicas artesanais é a que demanda maior número de cooperadas atuando fora de seus cargos. Por apresentar um tempo e modo de

produção diferente da costura, o artesanato requer um período maior para sua elaboração. No entanto, ao fechar um contrato, o prazo de entrega obriga uma aceleração desse processo exigindo mudanças internas provisórias.

Tal fato não se mostra como algo desagradável para as trabalhadoras. Há uma grande flexibilidade e disposição para realizar tarefas de outras áreas, o que não significa a falta de especialização para algum tipo de ocupação. Todavia, pode criar entre as cooperadas a imagem de que todos fazem tudo, como sugere o depoimento abaixo. Cabe ressaltar que isso não foi verificado durante a observação.

“Ah, acaba que todo mundo aqui é Bom Bril, né? Multiuso. Todo mundo faz qualquer coisa. A gente tem que aprender. E também não é nenhum sacrifício não, porque é uma coisa gostosa de se fazer, entendeu? Não é sacrifício. Isso é que é a parte legal: Você sabe que você tem que aprender pra ajudar, mas não é uma coisa chata”.
(Cortadeira e auxiliar de produção)

Na época em que foram feitas as entrevistas, a tarefa mais exigida era o bordado e, por isso, grande parte da equipe estava se dedicando ao domínio dessa técnica. Ainda que o treinamento seja feito de forma mais rápida do que o ideal, o convívio diário com as técnicas pode ser um elemento facilitador do aprendizado. Ainda assim, pode haver dificuldades e, nesse caso, as etapas são distribuídas de acordo com a capacidade de cada trabalhadora.

“Aí, eu sento, ensino o ponto de bordado pra elas, onde que vai ser aplicado, aí eu faço uma capacitação rápida assim nelas, né? Tem umas que têm assim um pouquinho de dificuldade de aprendizagem. Têm outras que não, que já pegam num estalar de dedos, né? E assim a gente vai levando a vida aqui dentro. (...) Ah, é muito bom (ensinar). É ótimo. Eu fico até emocionada. (começou a chorar nesse momento e precisamos fazer uma pausa) (...) Às vezes, uma tem uma dificuldade de aprender o ponto. Aí, no caso, ela faz aquilo que ela pegou mais, aprendeu melhor. Aí, a outra já pegou o outro ponto que vai ser aplicado na peça, aí já continua. Se a pessoa pegar legal todos os pontos, aí ela pode pegar uma peça inteira e confeccionar inteira”.
(Coordenadora de bordado)

As oportunidades de ensinar e aprender são vivenciadas como experiências enriquecedoras pelas pessoas envolvidas, o que também contribui para a construção de

laços afetivos mais profundos através da possibilidade de compartilhar solidariamente o conhecimento no contexto das práticas cooperativistas.

“E agora eu tô aprendendo o bordado em linha, que tem a Marinete, que já borda, aí tem muita saia pra bordar e tá me ensinando e eu tô bordando. Quer dizer, aqui é bom que você trabalha e aprende, né? A vantagem é que você trabalha e aprende”. (Bordadeira 2)

“Algumas (técnicas de costura artesanal) eu ensinei, mas algumas eu aprendi também, entendeu? Então, a gente troca mesmo”. (Presidente da cooperativa)

Outras habilidades vêm sendo aprimoradas através de cursos promovidos por instituições e ONGs com as quais a Coosturart mantém contato. Alguns foram exclusivos para a cooperativa e ocorreram na própria sede, outros foram realizados em outros locais. O intuito consiste na ampliação do conhecimento de temas relacionados ao cooperativismo e a gestão do empreendimento.

“Olha, no decorrer dessa situação toda, a gente fez sim, fez vários cursos. O pessoal financeiro passou por curso, a própria cooperativa teve curso de cooperativismo pras cooperadas, entendeu? Foram até aqui mesmo. A gente teve curso de gestão de negócios noutra local. A gente teve várias situações que a gente foi buscando pra poder melhorar o trabalho”. (Presidente da cooperativa)

“Olha, a gente teve pelo CIEDS, teve de cooperativismo pelo Senac, e o de gestão pelo CIEDS. Quer dizer, a gente procura essas ONGs parceiras, né? Porque a gente tem mais facilidade pra buscar esse tipo de material”. (Presidente da cooperativa)

Por uma outra flexibilização

A partir das entrevistas e da observação, foi possível constatar uma relativa autonomia no que se refere aos horários e locais de realização das tarefas. A cooperadas cumprem uma jornada de trabalho diária de oito horas, com intervalo de duas horas para o almoço.

Esse horário pode ser flexibilizado quando a cooperada apresenta alguma necessidade de modificá-lo, como a conciliação com a entrada e saída dos filhos da escola, ou no caso da resolução de eventuais problemas que exijam a ausência da trabalhadora.

“(...) aqui nós temos horário. É de oito às cinco e quarenta. Nós temos horário. Só que se você precisar sair mais cedo não tem problema. (...) às vezes, tem menina que tem que ir pro fórum, dez horas. (...) Não tem esse negócio de cobrança, sabe? Aquela coisa assim: “Não, tem que trazer atestado. Não, tem que trazer um comprovante que você foi.” Pelo contrário, eles dão a maior força a gente”. (Bordadeira 2)

Ocorre também a flexibilização do horário quando as cooperadas precisam realizar parte de suas tarefas em casa, devido à necessidade de cuidar dos filhos pequenos. Tal possibilidade acaba sendo um diferencial importante para essas mulheres, uma vez que não encontrariam outra maneira de conciliar o trabalho doméstico e cuidado dos filhos com uma atividade remunerada.

“Olha, ultimamente, eu tô trabalhando mais é a parte, aqui na cooperativa, é na parte da manhã. A parte da tarde eu pego e levo e faço em casa. Porque a minha mãe às vezes tem coisas pra fazer, né? Coisas dela, aí às vezes ela sai e eu tenho que ficar com a minha filha, entendeu? (...) Você tem a opção. Que a gente, por exemplo, trabalho de carteira assinada lá em baixo ou qualquer lugar onde for não tem essa opção de: ‘Ah, vou pegar esse trabalho e vou fazer em casa’. Não tem como. (...) Ou falta e é descontado no final do mês ou então você tem que deixar seus filhos com, sei lá, com alguma pessoa. Às vezes tem gente que não tem com quem deixar, aí deixa sozinho”. (Bordadeira)

As relações de trabalho pautadas pelo diálogo permitem que se negocie horários de trabalho diferenciados quando há necessidade, operando como uma forma de reduzir conflitos familiares a fim de garantir a permanência da trabalhadora no quadro de cooperadas.

“Inclusive até meu marido pegou muito no meu pé, por causa dessa parte de dinheiro. Aí, eu até conversei com eles. Olha, ele tá pegando muito no meu pé. Vamos fazer uma coisa, eu posso vir e ficar só até

meio dia, mas eu levo a saia pra casa, levo serviço pra casa, vou bordando em casa, só pra ele não pegar muito no meu pé. “Não, tudo bem, até a gente se acertar, que não sei o quê. Quer dizer, existe essa compreensão, entendeu? Porque eu não quero me retirar da cooperativa. E ele, sabe, me pressionando. Aí, eu fui, conversei com ele, conversei com a Cláudia, aí acertou tudo. Quer dizer, eu agora venho, largo meio dia. Tenho minha carga horária? Continuo. Às vezes até mais, porque eu levo pra casa, bordo em casa, chego da escola, às vezes tô sem sono, vou ver algum programa, aí tô bordando. Quer dizer, eu não tô me prejudicando, nem prejudicando a eles, entendeu?” (Bordadeira 2)

Não há, na cooperativa, um local designado para o trabalho das bordadeiras. Se, por um lado, isso significa a ausência de mobiliário e iluminação específicos para a função, por outro, lhes permite buscar os lugares que as agradem mais e trocá-los de acordo com sua vontade, levantando e descansando quando precisam. Mesmo entre as costureiras, que precisam trabalhar onde as máquinas de costura se localizam, existe a liberdade para estabelecerem seus momentos de pausa quando desejam.

“A gente levanta, vai no banheiro, toma uma água, vem aqui fora, olha a paisagem, entendeu? Tem época que tá muito corrido assim é que você tem que ficar naquele ritmo, porque com prazo de entrega você tem que cumprir aquele prazo, então, você tem que pegar legal mesmo. (...) Tem dia que eu levo (trabalho pra casa), fico até mais tarde, né? Porque a gente procura entregar no prazo certinho, né?” (Coordenadora de bordado)

“(...) tudo aqui a gente faz como a gente quer. Se eu quero bordar aqui fora, eu bordo. Se eu quiser eu fico lá na mesa, eu sento em cima da mesa, ou então eu boto um bancão que tem, aí sento ali e sabe? Aqui todo mundo trabalha como quer, sabe? As costureiras, de vez em quando, já tá que não tá agüentando, aí vem aqui fora, anda um pouquinho, toma um cafezinho, conversa um pouquinho, depois entra. Aqui todo mundo, sabe? Tem o livre arbítrio de fazer o que quer. Claro que cumprindo com as suas obrigações, né? Porque senão o

serviço não anda. Mas, tem o livre arbítrio de levantar, de sentar, de sentar onde quiser”. (Bordadeira 2)

Essa autonomia está atrelada ao compromisso de realizar as tarefas dentro dos limites estipulados pelo planejamento do trabalho. A fim de orientar a equipe, cada produto possui uma ficha técnica que regula a confecção das peças e determina o tempo médio para sua realização. A partir dessas informações, a cooperativa organiza sua produção e estabelece os prazos de entrega com seus clientes.

*“Aqui a gente tem uma ficha técnica, né? Cada peça que a gente elabora ali tem que ver o tempo em que ela vai ser confeccionada, que material que vai ser gasto, tudinho. Isso tudo entra na ficha técnica, entendeu? Se aquela peça leva três dias, quatro dias. (...) porque no caso de encomenda, pra você passar um prazo de entrega pra cliente, você tem que saber o tempo que a peça vai ser confeccionada”.
(Coordenadora de bordado)*

Vivendo criativamente

Um dos grandes diferenciais e maiores fatores de satisfação do trabalho realizado na cooperativa refere-se à possibilidade de participar do processo de criação dos produtos confeccionados. De modo geral, os desenhos são desenvolvidos pela presidente e pela modelista da cooperativa, mas passam pela aprovação da equipe.

“(...) É a Cláudia que cria, né? A gente também cria em cima de outras coisas também, né? Que às vezes a gente tem a idéia de criar em cima de outra idéia. (...) Eu dou opinião também: Eu acho que assim vai ser melhor, desse jeito...” (Bordadeira 2)

*“Aí aqui, a criação a gente cria também junta, entendeu? A gente pega um papel, bola ali um desenho, tudo assim, aí fala: ‘Fulana, ficou legal?’ Então, é tudo em conjunto, aqui é tudo elaborado em conjunto. Não é independente. Claro, tem a dona Zezé, que ela é a modelista. Então, ela chega aqui: ‘Ah, o que vocês acham? Tá legal?’ Foi unânime ali, agradou? Então a gente forma o produto”.
(Coordenadora de bordado)*

São discutidas as impressões a respeito do material exibido a fim de buscar opiniões e novas idéias para modificar ou acrescentar detalhes sobre os modelos, tipo de bordado, cores utilizadas etc.

“Tem o livre arbítrio de falar. Temos. Como até cores de bordados, às vezes a gente não concorda. Não, essa aqui vai ficar melhor. Aí, ela também aceita. Se ela ver que, pô, realmente. Aí ela aceita. Idéias nossas ela aceita, sabe?” (Bordadeira 2)

Algumas vezes, as idéias individuais podem ajudar a modificar técnicas de produção e acelerar o processo de confecção de produtos, como mostra a fala de uma cooperada:

“Muitas vezes o modo de montar colcha também, que tem aquele negócio de forro... Eu arrumei um jeito mais fácil pra colocar esse forro, aí pedi a opinião dela (da presidente da cooperativa) e ela aceitou. Aí, saiu bem mais fácil e rápido, né? Que do jeito que a gente tava montando, tava demorando até dois dias pra montar. E do meu jeito saiu em meio dia”. (Costureira)

As idéias são compartilhadas, discutidas, aprovadas ou rejeitadas, mas, sobretudo, ganham vida. Tiram-nas de seu solitário cotidiano plenamente assimilado e atiram-nas no desconhecido universo da expressão de pensamentos, da negociação, da alegria, da frustração, do diferente.

Aprende-se a comemorar os bons palpites e a não desistir quando as idéias não são aceitas pelo grupo. Aos poucos, a tolerância à frustração vai sendo desenvolvida e o olhar dos outros passa a ser menos intimidador. O grupo é visto como uma união de esforços e as possíveis discussões e atritos são superados com diálogo e confiança.

O exercício da criatividade no cotidiano de trabalho desperta interesses nunca antes estimulados, aprimorando o senso estético e o gosto pela moda. O processo de criação passa a ser encarado como algo possível, deixando de pertencer apenas aos artistas e pessoas distantes de seu meio social. Criar é para todos e é também motivo de orgulho.

Torna-se necessário ampliar o conhecimento sobre as tendências do mercado da moda, além de ousar e encontrar inspiração nas coisas mais simples que se misturam entre tantos objetos de uso diário.

“(...) tem muita coisa que a idéia é nossa, mas a gente acompanha assim os eventos de moda pela televisão, entendeu? A gente procura

ver assim em revista, busca, né? Porque a nossa área aqui a gente tem que tá buscando nesse setor. Então a gente acompanha também por fora, pra ver as tendências, cores, entendeu?” (Coordenadora de bordado)

É preciso encontrar poesia onde antes só havia o cotidiano comum. Ver flores em um lugar pouco apreciado e, por meio do exercício da abstração, deslocá-las para os bordados de sua costura artesanal. Aprimorar a criação, refinar o gosto e aprofundar o bom senso são mais do que garantia de sucesso de vendas, são a ponte que liga o mundo interior ao mundo exterior, inserindo-as em um projeto de criação coletiva e excluindo-as de sua própria solidão.

“Não, é feito pela gente mesmo. Às vezes é desenho pra colocar. A gente mesmo, às vezes até no papel higiênico, a gente olha o desenho: ih, olha, vai ficar legal. Aí aumenta alguma coisinha ou outra. Cortina de box! Aqui a gente dá jeito pra inventar tudo! Pega a inspiração e vai embora! Sabe? É eu, Marinete, que é bordadeira também. Cláudia (a presidente) é super criativa, sabe? Ela, às vezes, sábado, domingo, ela vira a noite aqui. Aí dá aquela idéia, ela inventa. Ela inventou umas bolsas aí, lindas. E daí, a gente vai criando. Tem dona Zezé, que é pilotista, também inventa cada coisa maravilhosa, sabe?” (Bordadeira 29)

A criação envolve dois métodos diferentes. No primeiro, a concepção é livre, podendo idealizar as peças de acordo com a inspiração, pois serão confeccionadas com matéria-prima comprada pela cooperativa nos locais onde o custo for menor. No segundo caso, o procedimento é inverso, pois precisam desenvolver os itens com base no aproveitamento de tecidos e retalhos doados pela Ferreira Guimarães.

Desse modo, é necessário analisar o material recebido para, a seguir, refletir sobre o que poderá ser confeccionado. Tal processo demanda uma grande dose de imaginação para inventar os modelos e, ao mesmo tempo, uma visão prática que permita avaliar o tipo e quantidade de produtos que serão feitos com aqueles tecidos, priorizando a estética, a aplicação de técnicas artesanais e a aceitação pelo mercado a fim de garantir sua comercialização.

Com um modo diferenciado de ver o mundo a sua volta, seus olhos agora procuram mais do que imagens vazias. Buscam a plenitude artística, o desejo pelo belo, por cores que povoem de significado seu imaginário de novas criadoras, que precisam

enxergar em retalhos não só a simples união de peças, mas um equilíbrio que origine um produto que é fruto de sua imaginação, e que tomará forma, terá uma existência concreta e um destino: o consumidor.

“A gente tem uma parte doada, de retalhos, e outra parte a gente já compra. Compramos acrílico, compramos tecidos, compramos linha. (...) a gente compra no varejo, então é muito assim tipo compra onde tá mais barato mesmo. (...) Aí, no caso, quando é doação a gente utiliza o tecido de acordo com o que vai fazer, aí é a criatividade mesmo. (...) tem um bom aproveitamento, até porque a gente utiliza tanto os tecidos grandes como tecidos pequenos pra fazer peças como o fuxico”. (Presidente da cooperativa)

A escolha dos modelos e tipos de produtos criados pela cooperativa foi feita com base na observação da vendagem das peças, fazendo da prática um indicador sobre as vias que precisam ser percorridas para otimizar as vendas.

“No caso, pra poder se inserir no mercado, a gente foi tentando várias técnicas e várias diversificações também. Algumas coisas que a gente fabricava antes, hoje em dia a gente vê que não faria mais. E algumas coisas já ficaram mais marcantes, entendeu? Dentre os beneficiamentos, os bordados são situações que podem estar sempre se modificando, mas inserido em quase todas as peças. Bolsas, entendeu? Então, a gente foi vendo, no decorrer do tempo, o que poderia permanecer em termos de comercialização”. (Presidente da cooperativa)

Nesse contexto, nem sempre é viável fabricar alguns produtos com grande aceitação devido à falta de infra-estrutura para produzi-los e de meio de transporte próprio para entregá-los. É o caso das colchas.

“Olha, tem um (produto) que poderia ser muito bem, mas a gente não tem feito ele por falta de espaço e pra vender, pra levar pra feira é mais caro, mas é uma coisa que sempre saiu, é as colchas. A gente sempre fez e sempre vendeu colchas. Só que a gente, pra fazer colchas, tem que ter um volume cada vez maior de trabalho. Então, pra isso a gente tem que ter uma ampliação do espaço”. (Presidente da cooperativa)

Conhecer a área de atuação é um pré-requisito importante para a afirmação e crescimento dentro do setor de confecção. Disso depende o sustento da cooperativa. A confiança na criatividade do grupo aparece em destaque na hora de decidir o rumo a ser tomado.

“Eu acho que diversificar muito, logicamente, prejudica. A gente fez isso durante um tempo pra poder formar uma clientela e saber exatamente o que que valia à pena. Hoje, a gente vê que a parte de vestuário artesanal é uma parte boa, mas requer muito cuidado, requer muita atenção, requer um planejamento prévio do que você vai fazer, um estudo de moda. Requer bastante coisa. Então, a gente tá a fim de entrar. E a outra situação é uma moda que a gente mesmo crie, entendeu? Um produto nosso. Que hoje é muito mais interessante pra gente bordar uma saia nossa e vender diretamente pro cliente do que pegar uma saia de uma loja, bordar pra loja, pra loja vender pro cliente dela. Principalmente porque é barato esse trabalho e não dá pra sustentar a cooperativa, a menos que a gente borde aí milhares de peças por mês, entendeu? A gente prefere investir na nossa própria criatividade”. (Presidente da cooperativa)

Novamente, através do uso da capacidade criativa a cooperativa busca meios para aumentar o valor agregado, distinguindo suas criações e obtendo um preço final mais rentável, além de conseguir ampliar o número de clientes.

“Se a nossa cooperativa é de costura de produto artesanal, é usar o máximo de criatividade possível pra beneficiar pra que um produto que a gente venda ele seja bem beneficiado, ele tenha uma renda legal. Utilizar o máximo possível de matéria-prima, que a nossa, basicamente, é retalho, é linha, é tudo aquilo que beneficiado traz uma rentabilidade. Então, é tentar se segurar o máximo possível nessa situação e, principalmente, com clientes que a gente tá pegando agora, que a gente tá trabalhando entrada com esses clientes, entrada de trabalho, então isso é uma alternativa também. Se eu vou pegar um trabalho pra ser feito, o cliente vai me passar trinta por cento dessa entrada, que já é o que vai fazer o capital e é uma segurança também na cooperativa”. (Presidente da cooperativa)

Com a definição dessas estratégias para a confecção e venda dos produtos, a cooperativa acabou encontrando na zona sul do Rio de Janeiro um potencial mercado consumidor e um público alvo específico, distante do local onde vivem e trabalham as cooperadas e pertencentes a classes sociais mais elevadas.

“A gente já expôs em tudo quanto é lugar que você possa imaginar. Em escola, em evento de rua... E durante esse período, como a gente tava buscando melhorar a qualidade do produto, a gente foi fazendo seleções melhores de lugares que a gente poderia estar e tinha público. Dentro disso, a gente conseguiu, graças a Deus, alguns lugares bem elitizados”. (Presidente da cooperativa)

As diferenças existentes entre quem fabrica e quem adquire as peças, confere ao processo de criação um item adicional e curioso: é preciso imaginar o que agradará a esse consumidor com o qual nem sempre partilham os mesmos gostos.

Tal fato faz com que muitas delas apreciem os modelos desenvolvidos, mas não se identifiquem com eles a ponto de vesti-los em seu dia-a-dia. Mesmo não satisfazendo a todos, as criações despertam encantamento em alguém, em algum outro lugar, como se a obra encontrasse enfim o seu dono.

“Como eu falei: a gente busca a opinião dos outros. Então, se for uma coisa assim: “Ah, Marinete, o que você achou disso?” Eu sou uma pessoa sincera. Se me agrada eu falo: “Ih, tá legal! Tá dez!” Se tiver alguma coisa que não me agrada, aí eu já falo: “Ah, não gostei muito disso não. Acharia que ficava melhor assim, assim e tal.” Aí a gente chega num ponto comum que agrada a todas. Apesar que cada um tem um gosto, né? Aí, às vezes não agrada. Eu sempre falo: “Gente, às vezes a gente monta uma peça e fala: ah, não gostei. Aí vai pra uma feira, ou vai pra uma exposição e chega lá a peça agrada pra caramba.” Eu falo assim: “Gente, tudo que não agrada pra gente, agrada pra alguém lá fora.” Aí, às vezes, até não agrada pra gente, mas a gente confecciona assim mesmo, aí sai e agrada o pessoal de fora, entendeu?” (Coordenadora de bordado)

A arte ultrapassa, então, a criação de produtos. Ela está também na palavra. Está no aprender, no ensinar e na solidária construção de formas e tramas. Todas as mãos trabalharam para que o produto final ficasse pronto. Todas as pessoas pensaram para que ele existisse antes no imaginário de cada uma.

Mas, sua forma final é o resultado do esforço de criação e execução coletivos, levando em si um pouco de cada trabalhadora. Essa é uma realidade a qual não estavam acostumadas e que, por isso mesmo, se constitui como um elemento motivador em suas vidas.

E já que viver é correr riscos, aceitar desafios, manter aceso o desejo, ter planos para o futuro, lidar com imprevistos e quebrar as regras estabelecidas, o trabalho dessas pessoas é uma mostra de que isso é possível. Mesmo com embates diários, o cenário construído aponta para a possibilidade de conquista de melhores condições de saúde. Uma saúde que se cria e pela qual se luta cotidianamente, juntamente com as idéias e a arte.

Em busca da autonomia

Mesmo para as mulheres que estavam há muito tempo afastadas do mercado de trabalho, a atividade laboral mostra-se fortemente associada às experiências de independência e prazer, configurando-se como uma necessidade pessoal.

“Eu comecei porque, como eu comecei a trabalhar cedo, eu já acostumei com a minha independência financeira cedo. Então, é uma questão de independência, entendeu? Porque marido sempre... Não, graças a Deus, meu marido nesse ponto ele não é aquele cara pão duro não. Mas acontece que é minha necessidade de ter minha independência, mesmo sendo pouquinho, mas... A gente não depende totalmente. E eu gosto de fazer essas coisas artesanais assim, eu sinto a maior falta. Eu gosto, já é de mim mesma. Eu sou assim prendada, eu faço várias coisas: crochê, bordado, um pouco de costura, pintura. Então, eu não consigo ficar parada. Já se tornou um vício. É uma necessidade minha, eu não consigo ficar muito tempo sem fazer algo”. (Coordenadora de bordado)

O desejo de ser independente financeiramente aparece na fala das entrevistadas como fator preponderante para o exercício da autonomia no contexto familiar. Nesse sentido, ter a possibilidade de ganhar seu próprio dinheiro e decidir como utilizá-lo constitui-se como um exercício importante para essas trabalhadoras.

“Não precisa: ‘Ah, eu quero dinheiro.’ ‘Pra quê?’ Eu quero dinheiro, eu preciso, entendeu? Tendo o meu não, eu recebo, eu faço o que eu quero”. (Bordadeira)

Nos casos em que o rendimento proveniente do salário do marido é suficiente para o sustento das necessidades essenciais da família, o dinheiro ganho pela mulher passa a ser visto como uma verba extra que pode ser utilizada exclusivamente por ela para a compra de produtos que atendam a outros desejos, mais ligados aos cuidados com sua beleza e bem estar.

“É, porque sabe como é que é dinheiro de marido, né? É dinheiro que chega e já tá saindo, entra numa mão e sai na outra! Quer dizer, conta, compra pra dentro de casa, a gente tem que se alimentar, se vestir, né? Aí, nunca sobrava. Aí, eu falava assim: Sabe de uma coisa? Eu vou procurar um jeito de ajudar e que me ajudava também, que eu tenho as minhas continhas também, né? Que a gente também tem vaidade, é pobrezinha mas tem vaidade também, né? Comprar um brinquinho, um batonzinho, né? Peças íntimas também. (...) Aí, o marido falava: ‘Ó, não posso pagar.’ Eu falava assim: ‘Não, mas tem o meu. Eu tenho um dinheiro pra receber.’ Vendia as minhas coisinhas”. (Costureira)

A partir dos relatos colhidos, pude observar que na cooperativa estudada ainda não foi possível atingir um nível de vendas capaz de garantir o custeio da infra-estrutura e o pagamento das cooperadas. Assim, o dinheiro acaba sendo destinado ao pagamento de contas e fornecedores.

“Geralmente tem contas, né? Aí a gente dá preferência às contas, porque se não pagar as contas não funciona. Se cortar a luz não funciona. Se cortar o telefone não funciona. E as máquinas precisam de quê? De energia, né? Se cortar... Então a gente prefere pagar as contas, conversa com as meninas, se dá pra agüentar”. (Costureira)

Com a preocupação de gerar renda para as cooperadas, a presidente realizou os cálculos a fim de obter uma estimativa do valor que deveriam faturar mensalmente para que cada uma pudesse receber ao menos um salário mínimo.

“Então, pra que a cooperativa tenha uma estabilidade humana, que eu possa pagar pelo menos um salário a cada cooperada, eu preciso ter um faturamento médio de quatro mil e quinhentos a cinco mil

reais. Isso só a parte humana. Pros gastos diários da cooperativa, uma base de dois mil reais. Então, com esses sete mil reais, sem loja, sem outros gastos e com uma clientela que dê isso, a gente tem como ter uma estabilização, que não é muita coisa, se você for ver em torno de uma empresa maior. E, no caso, a meta é a gente tá aumentando isso gradativamente. Então, chegar a isso é difícil? Não. A gente já chegou na cooperativa a vender dois e quinhentos, quase três mil reais num mês. Isso sem ter loja, sem ter nada, com feiras pequenas, ou com clientes pontuais. Então, a gente tá aumentando isso, justamente pra ter nessas feiras melhores”. (Presidente da cooperativa)

Além da dificuldade para alcançar maior volume de vendas, a obtenção de empréstimos bancários e financiamento para aumentar o capital de giro também representa um obstáculo para a cooperativa. A intenção do governo de criar linhas de crédito específicas para cooperativas e pequenas empresas ainda não é uma realidade que contemple esses empreendimentos. Na prática, as barreiras ainda são muitas.

“(...) são recursos que na verdade são sempre utilizados por empresas grandes, entendeu? Então, o governo lá ele lança o projeto pra fazer beneficiamento das pequenas empresas e pra poder a gente gerar capital e pra beneficiar cooperativas e tal. Só que, quando você vai no banco, a realidade é outra. Na verdade, o que eles pedem pra você como garantia, o que eles pedem pra você enquanto papelada são todas papeladas de grandes empresas. Então, quem acaba se beneficiando são as grandes empresas”. (Presidente da cooperativa)

Tais dificuldades se refletem na impossibilidade de oferecer às trabalhadoras um ganho médio mensal capaz de atender às suas principais necessidades.

“A dificuldade nossa, que é uma dificuldade que a gente tá vencendo agora, é justamente de manter uma produção regularizada pra ter, pelo menos, não digo uma renda fixa, mas partir de um ponto”. (Presidente da cooperativa)

Desse modo, ocorre uma grande instabilidade no que diz respeito à remuneração, uma vez que essa depende diretamente da quantidade de produtos vendidos. Conforme resume uma cooperada:

“Olha só, vou ser sincera com você. Aqui é assim: se vender você tem, se não vender não tem. Quando tem é ótimo, né? Mas quando não tem, fazer o quê?” (Costureira)

Dentro desse panorama, é comum que o grupo trabalhe por longos períodos sem receber por isso, revelando uma realidade que se distancia dos objetivos da cooperativa, mas que já estava sendo trabalhada com o intuito de produzir mudanças.

“Hoje, por exemplo, tem cooperadas que, praticamente, tão há dois meses, dois meses e meio sem receber, entendeu?” (Presidente da cooperativa)

Quando há verba, o pagamento é feito a partir da produção individual de cada trabalhadora, algo que ainda está sendo avaliado e melhor estruturado através da consultoria prestada por uma organização externa.

“Olha, logo no início, a gente fazia a divisão por pessoa, só que isso acarretava alguns problemas porque nem todo mundo trabalha profissionalmente. Algumas pessoas trabalham mais, outras trabalham menos. Um produzem um pouco mais, então isso tava dando algumas divergências. Agora, a gente já faz por uma situação de produção, né? E tamos buscando mais assessoria do Sebrae, assessoria desse pessoal pra poder fazer isso da melhor maneira possível, né? Que quando toca na parte de ganho é um problema enorme em qualquer lugar!” (Presidente da cooperativa)

O ganho obtido, então, não tem sido significativo a ponto de garantir o sustento da família das cooperadas, sendo caracterizado pela presidente da cooperativa como uma ajuda de custo.

“(...) eu não chamo o que a gente dá de pagamento, eu chamo de ajuda de custo, entendeu?”. (Presidente da cooperativa)

“Aí, cada uma ganha cinquenta reais, sessenta. É o dinheiro que a gente ganha é esse. Vinte, trinta... (...) É, mais ou menos isso. E não é todo mês também não”. (Costureira 2)

O sonho de se tornar independente financeiramente ainda não pôde ser alcançado devido à insuficiência e inconstância dos rendimentos, algo que dificulta o planejamento do dia-a-dia.

“Não, aqui a pessoa não pode ser independente porque não ganha pra isso”.(Costureira 2)

Desse modo, continuam dependendo da ajuda de familiares para se manter.

“Que eu ainda tenho aquele pouquinho, a minha mãe ajuda, aquela coisa toda. Mas tem meninas aqui que não têm da onde tirar nada. Elas tiram daqui. Aí, quando não tem, eu nem imagino como que elas conseguem se virar, entendeu? Que eu já tendo a minha mãe, a pensão da minha filha e tem meu namorado que me ajuda, quando tá apertado, ele vai e ajuda. Pra mim já é difícil. Eu não tenho o meu. Porque eu gosto de ter o meu, entendeu? Que o da minha filha é da minha filha, da minha mãe é da minha mãe, do meu namorado é dele, eu quero ter o meu, entendeu? Pra mim decidir o que eu faço”. (Bordadeira)

“Eu, graças a Deus, ainda tenho o meu marido, né? Que tem muitas meninas aqui que não têm. Não tem marido pra ajudar. Então, eu nessa parte ainda dá pra agüentar, porque ainda tenho o meu marido que põe as coisas dentro de casa”. (Costureira)

Perdas e ganhos de um novo cotidiano

Ao avaliar os diversos aspectos englobados pelo contexto do trabalho cooperativado, um único fator negativo foi apontado por todas as trabalhadoras: a insuficiência do retorno financeiro com a qual estavam convivendo naquele momento.

“Aqui a gente não recebe quase. (...) O ruim daqui é isso”. (Costureira 2)

O esforço realizado durante o mês não implica, necessariamente, em uma melhora nos rendimentos. Ainda assim, conseguem analisar a situação vivida a partir de uma perspectiva mais global, ressaltando o conjunto de elementos positivos presentes no trabalho diário.

“A gente está passando por dificuldades financeiras aqui na cooperativa, né? Esse é o problema. No mais, as companheiras são legais, apesar das dificuldades, né? Você viu o clima lá bem

extrovertido. O problema nosso é só financeiro mesmo”.
(Coordenadora de bordado)

Tal conjuntura experimentada pelas cooperadas dificulta a manutenção de um padrão de consumo e causa preocupação por não saber se serão capazes de pagar contas e quitar suas dívidas ao final do mês.

“Dá (desânimo), porque você tá contando com aquele dinheiro. Por exemplo, todo mundo aqui tem conta pra pagar. Quando chega na hora, cadê? Você vai ficar devendo. Vai ficar mal vista com aquela pessoa”. (Costureira 2)

Algumas comparam a questão dos ganhos obtidos em uma empresa com o que recebem na cooperativa, ressaltando a segurança quanto ao recebimento do salário na primeira independentemente da situação econômica do negócio.

“É essa a parte ruim da gente trabalhar, tipo assim, isso aqui é um trabalho por conta própria, né? É isso que é ruim de não ter patrão. Quando a gente tem patrão, o patrão que se vire, né? Eu trabalho, no final do mês eu quero o meu dinheiro, entendeu? Eu quero o meu pagamento. E já aqui não. A gente trabalha, a gente faz assim, mas... Muitas coisas a gente tem que investir, aí chega no final do mês a gente não tem dinheiro. Aí, isso estressa”. (Bordadeira)

Em momentos onde a situação se agrava, a decisão sobre as retiradas torna-se mais delicada, aumentando a tensão entre as integrantes do grupo e deflagrando a ocorrência de conflitos.

“Às vezes rola uns estresses assim, porque: ‘Não, você precisa mais, você precisa menos.’ Porque é assim, quando dá pouco pra cada um, tem gente aqui que não aceita. Pô, eu também, se eu pudesse eu esperava juntar pra pegar muito. Só que eu não posso me dar esse luxo. Eu sou realista. Eu pego mesmo. Qualquer pingado que aparecer pra mim é alguma coisa. Se eu tô precisando, qualquer coisa que é entrar é alguma coisa, né? Mas, tem gente que não quer. Então, fazer o quê?” (Cortadeira e auxiliar de produção)

No plano individual, tal situação também repercute na saúde mental das trabalhadoras, causando insegurança, ansiedade e preocupações.

“Porque no fundo no fundo, a gente trabalha pra quê? Pra ter como suprir as necessidades da gente. Quando isso não acontece a gente

*fica uma pilha de nervos, cara. Eu fico nervosa, entendeu?”
(Cortadeira e auxiliar de produção)*

A instabilidade financeira obriga as cooperadas a buscarem outras fontes de renda, aumentando a carga de trabalho diário e, conseqüentemente, o cansaço. O tempo livre, que deveria ser dedicado ao lazer e ao descanso, acaba sendo utilizado para outras ocupações que possam oferecer um retorno financeiro imediato.

“(...) Sinceramente. Tem dia que dá vontade de sair. É porque na verdade aqui a gente sabe, ninguém entrou enganado, entendeu? Então, a gente acredita que isso aqui vai dar certo. Porque a gente vê que vai dar, entendeu? Mas, é complicado. Aí, quem pode fazer um biquinho faz. Eu arrumei um bico de acompanhante (de um paciente hospitalizado). Ontem mesmo eu fui. Aí, passo a noite lá no hospital, aí de manhã durmo e de tarde venho pra cá. Aí, hoje não vou. Amanhã vou de novo, aí durmo no hospital, sábado acordo e vou fazer faxina. Arrumei uma faxina pra fazer. E vou me virando, entendeu? (...) Na verdade, o dia que isso aqui se acertar, eu não vou precisar ficar me desdobrando. Na verdade, a minha vontade era ter uma coisa que eu não precisasse tá me dividindo tanto, entendeu? Até pra eu ter um tempo pra mim, pra eu descansar um pouco, porque é complicado...” (Cortadeira e auxiliar de produção)

A ajuda de outros familiares também é uma maneira de atravessar os momentos de crise, configurando-se como uma rede de apoio importante para o enfrentamento das dificuldades econômicas.

“Olha, a gente conseguiu ter um situação de que eu consigo fazer alguns trabalhos extras, né? (...) E a gente tem algumas ajudas de familiares pra poder ter uma situação mais cômoda possível, entendeu?” (Presidente da cooperativa)

O prolongamento dessa situação adversa provoca sentimentos ambivalentes, gerando o questionamento se vale à pena continuar na cooperativa.

“Olha, sabe o que é? Aqui é quase uma ilusão. Se existe ilusão é isso aqui. Não sei. Nós todas aqui, não sou só eu não. Mas, é sempre nessa ilusão: vai melhorar, vai ganhar dinheiro. É aquela coisa, você fica naquilo. Como a gente gosta do serviço, a gente vai ficando. (...) Eu já falei pra essas meninas aí. Elas reclamam muito, mas eu dô razão a

elas. Um dia desses eu falei com elas: Gente, aqui só fica quem tem algum ganho por fora, como eu tenho.” (Costureira 2)

Apesar disso, outros elementos ligados ao trabalho que desenvolvem acabam sendo priorizados, colocando o ganho financeiro em segundo plano, como é possível perceber no relato a seguir.

“Nem sempre o dinheiro é tudo. A realidade é essa. Faz falta? Faz, não vou dizer que não faz não. Faz. Cada um aqui tem o seu problema, tem suas dívidas, entendeu? E eles procuram, na realidade, tentar ajudar um pouco a cada uma. Se não tem aquele dinheiro todo pra te dar, mas pelo menos alguma coisa eles adiantam, sabe? Entra aqui, entra ali, faz uma feira. ‘Olha, não tenho isso, mas tenho isso aqui pra dar.’ Sabe? Então, não vou dizer que é perfeito, que não é uma firma pra você dizer assim: Não, olha, teu salário é X e todo mês você vai lá, assina teu contra-cheque e toma teu dinheiro. Mas, eles são muito compreensivos, sabe? São muito abertos. Diálogo aqui então, nossa senhora!” (Bordadeira 2)

Os problemas são vivenciados como uma situação menos importante, onde os pontos positivos acabam ganhando maior destaque. Numa situação de contradição, os problemas gerados pela falta de renda no trabalho acabam se transformando em preocupações menos importantes mediante o exercício do próprio trabalho diário.

“É uma higiene mental isso aqui. Às vezes você tá, sabe? Caramba, falta isso, falta aquilo pra pagar e a Telemar e não sei o quê. Sabe? As dívidas começam, aí tu começa a bordar ali, parece que você esquece, sabe? É uma benção. Isso aqui pra mim é uma benção, distrai pra caramba”. (Bordadeira 2)

Ciente dessa dificuldade, a direção planeja estratégias para alavancar as vendas e aumentar a geração de renda.

“(…) a gente tem uma meta de um plano de trabalho. Nesse plano de trabalho consta tanto os objetivos que a gente tem com elas, quanto os objetivos que a gente tem com a empresa. Dentro desses objetivos tá o rumo que a empresa tá tomando. Então, a gente faz parte da diretoria, logicamente, a gente consegue visualizar isso muito mais na frente. Se eu hoje tenho um contato com um cliente, mesmo que isso vá gerar uma proposta concretizada daqui há dois meses, a minha

negociação tem que começar hoje. Então, em vista desses planejamentos que a gente vem fazendo, a maioria das cooperadas que estão, no caso, elas o quê? Elas tão apostando nesse planejamento. Então, por exemplo, elas ficaram dois meses praticamente sem ganhar em vista de um planejamento que a gente tava fazendo de comercialização. Então, a gente tinha o quê? Proposta de alcançar um público direto, mesmo sem ter uma loja. Conseguimos a feira Hype. É, propostas de aumentar uma situação de clientela de beneficiamento, de prestação de serviços, tamos conseguindo, entendeu? Então, quer dizer, com um pouco de visualização, a gente consegue tá passando pra elas qual é o benefício desse investimento. Porque quando você fica dois meses sem ganhar, você tá perdendo porque você não tá ganhando ali no momento, mas você tá investindo naquilo que você vai ganhar mais na frente e assim é uma cooperativa, né?” (Presidente da cooperativa)

Dentre os aspectos positivos relacionados ao trabalho na cooperativa, o aprendizado de novas habilidades técnicas e relacionais é apontado como um elemento motivador e diferencial na cooperativa.

“É o aprendizado, né? Aqui a gente aprende. Eu não sabia fazer fuxico, nem imaginava o quê que era isso. Eu aprendi. Bordar eu recordei, né? Os meus bordados, que eu não sabia mais bordar. E essas coisas. A gente sai também pra feiras, conhece pessoas diferentes desse ambiente daqui e tudo. Eu gosto. Aí a gente vai aprendendo”. (Bordadeira)

“Porque, no final das contas, aqui você tem a possibilidade de aprender muita coisa. Aqui você aprende. Não tem jeito. Muita coisa que você acha que não te interessava muito, você passa a ver que tem. E a convivência com as pessoas também. Não parece não, mas é uma terapia. Porque você passa a aprender a lidar com certas coisas, você aprende. Apesar dessa situação toda”. (Cortadeira e auxiliar de produção)

Além do significado do aprendizado para o fortalecimento da auto-estima, este também viabiliza a realização de outras tarefas remuneradas que compensem os períodos sem rendimentos que têm atravessado na cooperativa.

“E eu tô aprendendo, a vantagem é essa. Eu não tô ganhando em dinheiro, mas aqui eu tô aprendendo. Amanhã, eu posso pegar um serviço e eu fazer em casa e ganhar um trocadinho”. (Bordadeira 2)

Para quem vive longe dos grandes centros urbanos, onde se concentra a maior parte das ofertas de emprego, o trabalho em um local próximo à residência representa um dia-a-dia menos cansativo, onde as longas jornadas em vários ônibus são substituídas por caminhadas de poucos minutos.

Além do ganho em tempo e descanso, que repercutem diretamente na qualidade de vida, no caso específico das mulheres, a proximidade de casa também facilita o cuidado dos filhos, diminuindo a preocupação e a necessidade de deixá-los permanentemente sob a guarda de terceiros.

“Porque eu moro aqui, na rua aqui atrás. Quer dizer, é bem melhor do que você ter que sair, pegar um ônibus, enfrentar esse trânsito horróroso, essas coisas todas. Aí já chega no serviço cansada. Aí volta. Os filhos ficam assim longe de você. Porque você que trabalha fora é o dia todo longe. Aqui não. Eu tô aqui, mas, qualquer coisa eu tô vendo eles ali, entendeu? Acontece alguma coisa a minha mãe me liga, ou então alguém vem aqui me chamar, eu já tô ali, entendeu? Se tá doente, a gente vai rapidinho, entendeu?” (Bordadeira)

O horário de trabalho aliado à proximidade de casa permite que se tenha tempo para estar com os filhos durante a semana, algo pouco comum para a maioria das mulheres que trabalham fora e, por isso, precisam abdicar dessa convivência familiar. Na cooperativa, essa possibilidade é considerada uma vantagem.

“Então, a gente tá sempre perto, vai em casa, prepara o almoço, todo mundo almoça junto, aí volta pra cooperativa. Então, quer dizer, é diferente. De repente, eu poderia tá ganhando um salário mínimo lá em baixo, mas descendo todo dia e só vendo (os filhos) quando acorda e quando dorme”. (Presidente da cooperativa)

Os laços familiares são aprofundados através do ato de compartilhar atividades da vida diária, ampliando a socialização dos filhos, bem como o espaço e o tempo de convivência.

“Então, aqui a gente tem isso de bom: a gente acorda de manhã, a gente tem tempo pra levar os filhos na escola. Eles estudam aqui. Eu deixo eles aqui na escola, venho pra cá. Aí o horário de almoço da gente é anormal: de onze e meia até uma e meia, entendeu?(...) Então, dá tempo de eu almoçar, descansar um pouquinho. Em que outro serviço que eu vou conseguir fazer isso? Não tem essa facilidade. Isso não acontece, né? Se você precisar de tratar alguma coisa, se você tiver algum problema, se você conversar aqui dá pra faltar, entendeu? Dá pra ir no médico. Assim, tem algumas coisas de bom. E eu tenho certeza, se um dia pintar mesmo, as coisas começarem a acontecer, isso aqui vai ficar legal. Vai ficar bom”. (Cortadeira e auxiliar de produção)

As faltas para cuidar de problemas de saúde próprios ou dos filhos não são motivo de punição, o que diminui a ansiedade com relação a essas questões. A união do grupo e o diálogo abrem espaço para negociações capazes de atender a essas necessidades tão presentes na vida das trabalhadoras.

“(...) aqui é uma pela outra. Se você tem um problema em casa e avisa: ‘Olha, não dá pra mim ir.’ Na mesma hora: ‘Não, vai’. Tá tudo bem. No dia seguinte não tem aquele negócio de cara feia. De patrão ficar invocado, porque, primeiro: funcionário não pode ficar doente. Aqui não tem isso, sabe? O filho passou mal, o patrão não vai deixar você ir embora mesmo. Não tem isso. Quer dizer, são vantagens que você tem trabalhando aqui na cooperativa. Pelo menos essa cooperativa aqui. Eu nunca trabalhei em cooperativa. Essa aqui eu não tenho o que falar”. (Bordadeira 2)

Como resultado da interação entre as cooperadas propiciada pela proximidade e informalidade do contexto laboral, criam-se vínculos que ultrapassam as relações de trabalho e evoluem para laços de amizade.

“As amizades também, né? A gente cria um vínculo com a pessoa, fica aquela amizade certa, né? Eu acho que é isso”. (Costureira)

O relacionamento positivo e a forte identidade entre as pessoas constituem-se como itens que impulsionam o grupo a superar obstáculos e permanecer unido, mantendo o foco no lado bom do trabalho desenvolvido.

“Olha, aqui é bom, né? É legal. As pessoas são legais. Aqui ninguém é melhor do que ninguém, nem é mais... Vamos dizer assim, ninguém tem soberba, ninguém é besta. Todo mundo é simplezinho, todo mundo é legal, entendeu? A gente se dá muito bem. Tem uma coisa de bom aqui. Aqui todo mundo se dá muito bem. E o trabalho é bom. Tem as dificuldades, né? Mas, fora isso, o trabalho é legal”.
(Cortadeira e auxiliar de produção)

Os sentimentos vivenciados são de satisfação e orgulho pelo trabalho realizado, simbolizando um campo em que elaboram sua independência e lutam pelo reconhecimento pessoal e coletivo.

“Pelo menos pra mim é bom. Igual já apareceu produtos nossos na televisão e você se sente orgulhosa de saber que foi você que fez, né? Assim, lugares legais, o pessoal elogiando. É muito importante, muito importante mesmo”. (Coordenadora de bordado)

A partir do olhar e da fala de quem admira e compra os produtos, o grupo aprende a confiar em sua própria capacidade de criar e executar o trabalho artesanal, percebendo a aprovação de suas idéias e ações pelo público consumidor.

“Ah, satisfação total! É, porque é legal. Você faz uma coisa, aí você expõe em algum lugar assim, aí vem pessoas viajadas, né? E tudo. Que já viram milhões de coisas, aí chega: “Pô, teu trabalho é legal e não sei o quê.” Teve até uma exposição que a gente fez no Casa Shopping, numa feira de patchwork. Aí eu cheguei pra uma moça e falei assim: “Ah, a gente não faz patchwork, isso aí é assim uma imitação.” Ela disse: “Que isso?! Quem disse que vocês não fazem?” Aí, sabe? Me botou lá em cima. Falei: pô, legal!” (Bordadeira)

O trabalho da Coosturart vem sendo cada vez mais veiculado por todo tipo de mídia nos últimos anos. Ver uma peça confeccionada por si mesma ou por alguém do grupo sendo mostrada na televisão desperta emoções fortemente positivas.

“Ih, eu fico alegre de ver o meu trabalho. Como essa última vez que teve na televisão, a primeira peça que apareceu foi aquela de escama. Aí, eu disse: Meu Deus, aquela ali fui eu que fiz!” (Costureira 2)

Ao assistirem atrizes e personagens de novelas vestindo as roupas e acessórios que elas confeccionaram, têm a oportunidade de perceber mais concretamente a amplitude de suas conquistas.

“É ótimo! (...) Já apareceu gente da Rede Globo, atriz na novela com saia nossa. Quer dizer, é legal você ver uma pessoa na televisão com uma roupa que você trabalhou nela. Que mesmo que não tenha sido você, mas que alguém do grupo trabalhou, porque é uma equipe”.
(Bordadeira 2)

As reportagens que exibem o percurso da Coosturart também influenciam outras pessoas a enveredar pelos caminhos do cooperativismo. A presidente da cooperativa ressalta que a existência de problemas é comum em qualquer tipo de empreendimento, mas os benefícios compensam.

“Ah, tem. A gente recebe aqui muita visita. A gente recebe visita de grupos, a gente tem registro de grupos que se formaram através da Coosturart, por ver o exemplo da Coosturart, conhecer e vir aqui visitar e às vezes ter instrutor de cooperativismo, trazer aqui pra eles verem. Aí, chega lá o pessoal monta, entendeu? Então, tem muito isso. A gente também sabe que através das reportagens várias comunidades vêm e vê que é um exemplo legal, a gente costuma sempre passar essa coisa positiva, porque, na verdade na verdade, problema todo mundo vai ter. Tudo quanto é empresa, tanto ela grande quanto ela pequena. Os problemas são proporcionais ao tamanho, né? E se você passa os problemas, as pessoas desistem. Eu acho que cada um tem que aprender a resolver os seus problemas, né? “Ah, vou montar uma cooperativa de bordado que bordado dá certo. Às vezes pode dá aqui e não dá lá. “Ah, eu vou começar a fazer fuxico, porque o fuxico tá na moda.” Você tem que saber que você tem que fazer fuxico, mas se você não diversificar e aprender outras coisas, amanhã quando você não tiver fuxico a tua empresa acabou, entendeu? Então, os problemas são muitos, mas a situação positiva eu acho que é muito maior”. (Presidente da cooperativa)

Cooperativa de Costura Artesanal: um lugar só para mulheres?

A participação quase exclusiva de mulheres na cooperativa não significa que haja algum impedimento para a participação masculina. Apesar de vários homens terem

participado dos cursos de capacitação para costura oferecidos pela cooperativa, nenhum demonstrou interesse em entrar para o quadro de cooperados.

Na opinião de uma das cooperadas, essa ausência não se deve necessariamente ao preconceito por parte dos homens, uma vez que é possível observar o trabalho masculino em outras cooperativas de confecção.

“(Nenhum homem até hoje apareceu para costurar e bordar) Só os homens que fizeram o curso de costura. Um bocado deles. Mas, nenhum veio pra cá, nenhum procurou. (...) Eu não sei se é preconceito dos homens... Mas, não é. Porque eu vejo nessas cooperativas que tem aí tem homem. (...) Se ele vem pra aprender, ele vai aprender. E se ele já é profissional, ele vai saber fazer o serviço dele como eu sei. Se vier um profissional, ele sabe como faz. O pessoal vai botar o serviço na mesa dele e ele vai saber executar”.
(Costureira 2)

Prosseguindo com sua explicação, ela afirma que não há diferença em trabalhar com homens ou mulheres, mas acaba atribuindo maior valor à costura realizada por homens, representados pela figura do alfaiate.

“Não (não é diferente trabalhar com homens). Porque eu já trabalhei com alfaiate. Numa confecção que eu trabalhei tinha alfaiate. Não tem nada não. É a mesma coisa. Muitas coisas que eu sei de costura eu aprendi com ele. Que costura de alfaiate é diferente da gente. Muito diferente. É mais bem acabado. Bem mais bem acabado. O alfaiate é mais caprichoso na costura do que a gente”. (Costureira 2)

Até o momento das entrevistas, o único trabalhador da Coosturart é também o marido da presidente da cooperativa. Sua atuação se concentra na administração do empreendimento, mas não se restringe a esta. No entanto, nenhuma de suas atividades está ligada à costura, lugar ocupado exclusivamente pelas mulheres.

“Ele, no caso, ele age no financeiro. Mas, aqui, como eu te falei, cada um faz um pouquinho de tudo. Ele é o boy, ele faz entrega, ele tem várias funções aqui também. (...) Ele é uma pessoa legal, sabe? Tem um comportamento legal. Ele é esposo da Cláudia, você sabe? A gente se dá bem pra caramba. E ele gosta, né? Porque ele é o único homem no meio das mulheres! Ele se sente, né?! A gente tem um... Ai, como se diz? Um... Ah, uma convivência legal. Não tem problema nenhum”. (Coordenadora de bordado)

Mesmo não tendo havido oportunidade para entrevistá-lo, através de observações e conversas informais, foi possível notar a existência de um vínculo positivo entre ele e o restante do grupo, onde a integração e a espontaneidade permeiam o bom relacionamento construído. Ainda que possa haver alguma resistência inicial ao convívio com a única figura masculina no ambiente de trabalho, a convivência colabora para diminuir esse receio, abrindo caminho para uma relação mais equilibrada.

“Ih, olha! No início, eu até ficava assim meio constrangida, né? Depois, acostumei. Às vezes, ele passa pra lá, passa pra cá, nem parece que ele tá ali, sabe? Que mulher às vezes fala assuntos que, né? Surgem assuntos, né? Aí, daqui há pouquinho: ‘Ih, Washington tá aí!’ Aí a outra diz assim: ‘Ah, e ele não sabe o quê que é isso?!’ E continua o assunto! Sabe? Não tem mais constrangimento nenhum! (...) Ele chega, ele brinca com a gente, ele dá bom dia, sabe? Então, no início, eu ficava meio assim, né? Pô, caramba! O único homem, né? Apesar de que ele fica mais aqui no escritório. A gente fica mais lá pra dentro, ou então sentada aqui. Ele fica mais no escritório, mas, de vez em quando ele chega lá, aí fala uma graça, aí sai. E a gente acabou pegando um jeito, sabe?” (Bordadeira 2)

É possível que o fato de ser casado com a presidente da cooperativa influencie na atitude das cooperadas com relação a ele. Numa analogia com o espaço doméstico, uma das trabalhadoras explica porque prefere se dirigir diretamente à presidente e não ao marido dela, que também poderia resolver a questão.

“É o normal, né? A pessoa vai procurar alguém na sua casa, vai procurar primeiro a esposa pra depois falar com o marido, né? (risadas) Talvez se não fosse marido e mulher, talvez eu até fosse direto a ele. Mas, eu já prefiro falar com ela. Só se ela não tiver que eu falo com ele. Mas não que, se eu tiver que falar alguma coisa, eu não fale com ele não. Falo. Mas, eu já prefiro ir a ela”. (Bordadeira 2)

O fato de não haver homens trabalhando na confecção aponta para uma permanência nas relações de gênero que há muito tempo se repete: a costura continua sendo uma ocupação feminina. Todavia, o cargo principal é exercido por uma mulher, sugerindo modificações na hierarquia das relações de trabalho.

A maior identificação das cooperadas com a liderança feminina facilita o fluxo de informações dentro da cooperativa, encurtando a distância entre o gerenciamento e a produção. Existe respeito, porém não há medo de lidar com a presidente da Coosturart. São pequenas mudanças que contêm em si o potencial de elaborar novas fronteiras para as relações de gênero na cooperativa.

As jornadas de trabalho

Ser cooperativada implica em ser dona de seu próprio negócio, o que requer muita dedicação e empenho pessoal. Para que isso fosse possível, seria necessária a divisão das tarefas domésticas entre os membros da família, a fim de liberar um tempo maior para as mulheres. No entanto, isso não acontece na prática.

Hirata (2000) ressalta a permanência dessa assimetria, que faz com que as mulheres realizem o trabalho doméstico e se insiram na atividade profissional, enquanto os homens permanecem nesse último campo e realizam marginalmente as tarefas domésticas.

Para as trabalhadoras da Coosturart, o ingresso na cooperativa significou aumento do trabalho diário. Além das tarefas realizadas no empreendimento, ainda continuam sendo as principais responsáveis pelo cuidado da casa e dos filhos. Uma rotina que pode se tornar muito cansativa.

“É, cansa, né? O trabalho de casa em si já cansa. Aí você trabalha fora e ainda ter que trabalhar em casa cansa”. (Bordadeira)

“Que aí você tem sua tarefa de casa, né? Seu compromisso em casa e tem aqui. Então, o teu dia é aquela correria, né? Você tem que dar conta aqui e tem que dar conta em casa, pra não deixar faltar, nem a desejar, nem de um lado, nem de outro. Com certeza, é bem mais cansativo”. (Coordenadora de bordado)

Diferentemente das trabalhadoras de classes sociais mais elevadas, que geralmente pagam uma profissional para cuidar da casa e dos filhos e contam com as facilidades de eletrodomésticos que simplificam o trabalho, as mulheres entrevistadas não dispõem desse tipo de apoio.

“As crianças comem comida requentada, coitadas. Aí, chega no final de semana comem sanduíche. E roupa minha eu não passo, entendeu? É um caos. É um problema sério. Eu não tenho empregada, eu não

tenho forno microondas, não tenho nada disso, entendeu? É um caos! É um caos!” (Presidente da cooperativa)

Em alguns casos, a ajuda da mãe é fundamental para a organização do lar e para ter com quem deixar as crianças durante o horário de trabalho.

“Minha mãe que faz (o trabalho doméstico). Ela cuida das crianças, cuida da casa... Ela cuida de tudo!” (Cortadeira e auxiliar de produção)

“(...) a minha mãe ela, praticamente, ela faz mesmo é a comida, né? Porque ela fica em casa e tudo. Também ela já tá com setenta e dois anos, já tá idosa. A casa quem cuida sou eu, limpeza, arrumação sou eu. E roupa, tem a máquina, né? Ela bota na máquina e pendura”.
(Bordadeira)

Para conseguir conciliar os papéis de mãe, dona de casa, mulher e trabalhadora, elas estão aprendendo a reivindicar a participação da família na realização de algumas tarefas domésticas.

“É, acabou de comer, cada um lava o seu prato, porque, pô... Eu chego já pra fazer a janta, encontrar a pia cheia de louça, não tem condições”. (Bordadeira 2)

Algumas tomaram a iniciativa de ensinar aos filhos pequenos a se tornarem mais independentes e a cuidar de seu espaço e de seus objetos no dia-a-dia, diminuindo o trabalho que teriam que realizar ao chegar em casa.

“Tem esse negócio da gente trabalhar fora, entendeu? Então, eles não podem ficar na dependência só da gente. A gente foi criado assim lá em casa. Minha mãe ia trabalhar, a gente fazia tudo. A gente aprendeu a cozinhar cedo. Claro que eu não vou botar pra cozinhar ainda, né? Mas, assim, pelo menos a aprender a ter responsabilidade com as coisas deles. (...) É mais assim: catar os brinquedos, varrer, lavar as canecas, essas coisas assim, pra ir pegando gosto, né?”
(Cortadeira e auxiliar de produção)

Muitas vezes, o cumprimento de tantos afazeres requer, além da ajuda dos filhos, um planejamento prévio que faz com que a mulher trabalhe nos momentos que deveriam ser dedicados ao descanso, com o intuito de “fazer o dia render”.

“Aí eu faço o meu tempo, entendeu? Antes de vir pela manhã, eu já deixo alguma coisa adiantada. Ela (filha) e meu filho já me ajudam à beça, entendeu? No meio da semana, eles que quebram o meu galho: lavar uma louça, passar uma vassoura na casa. Já me ajudam à beça. Aí eu saio daqui onze e meia/meio dia, aí panho ela na escola, vou pra casa. Aí uma e meia tenho que retornar, né? Então, nesse intervalo, às vezes eu adianto a janta, entendeu? Adianto outras coisas. Aí volto. Cinco e meia eu largo. Às vezes até, na maioria das vezes, passo do horário. Mas aí, quando chego à noite já adianto pro outro dia, entendeu?” (Bordadeira)

A participação dos homens ainda é muito incipiente, mas começa a acontecer, fazendo emergir preconceitos das próprias mulheres quanto à qualidade do trabalho doméstico realizado por eles.

“Eu tenho meu pai que mora comigo, aí ele que me ajuda muito. Mas, homem pra fazer as coisas, tu sabe que não faz direito, né?” (Bordadeira 2)

A proximidade entre o lar e o local de trabalho é um fator positivamente avaliado pelas entrevistadas. No entanto, também pode levar a uma intensificação da carga de trabalho pela ausência de fronteiras rígidas entre esses espaços: realizam serviços domésticos no intervalo para o almoço e levam tarefas da cooperativa para terminar em casa.

“Às vezes, tem final de semana que eu levo, mas nem dá pra pegar, entendeu? Porque no final de semana que eu vou organizar a minha vida todinha pro meio da semana. Aí, às vezes dá tempo, às vezes não. Às vezes eu levo e trago do mesmo jeito, porque não deu. (Coordenadora de bordado)

Tal situação repercute diretamente na diminuição do tempo para o descanso, o lazer e o cuidado de si, levando-as a dispor de um só dia para atender a essas necessidades.

“Só domingo. Mas domingo é aquilo, né? Quem tem criança... Aí é o dia que a gente tira pra fazer uma unha, que também ninguém é de ferro. Aí, namorado é só final de semana. Filho só final de semana. Tudo só no domingo. É um dia pra tudo. Sair, nem pensar! (...) Ah, uma vez ou outra dá pra dar uma saída, né? Um cinema, ou namorar

um pouquinho. Mas é complicado porque também não tem dinheiro”.
(Cortadeira e auxiliar de produção)

Apesar das dificuldades e do excesso de trabalho, elas preferem a situação atual, por terem saído do isolamento do ambiente doméstico, por se sentirem mais integradas ao meio social e por gostarem das tarefas que realizam na cooperativa. Além disso, a integração entre as pessoas exerce, segundo a fala de algumas cooperadas, um papel terapêutico, funcionando como um grupo de apoio. Tal percepção aparece no depoimento a seguir:

“Olha, eu acho que só o fato de você sair de casa, não ficar presa assim, porque o dia-a-dia dentro de casa cai numa rotina assim caseira. Aquilo ali com o tempo vai te estressando, vai te enchendo e você tendo outra função, outra coisa pra ocupar o seu tempo... Aqui eu venho, bordo o que eu gosto, aí converso aquele papo que você viu lá dentro, né? Então, você desestressa, você distrai sua mente, você não fica naquela monotonia de lava, passa, cozinha, cuida de filho, de marido. Então, pra mim, minha filha, é uma maravilha! É como se diz, é uma análise, né? Igual ao divã do psicólogo. E aqui a gente conversa, uma desabafa com a outra, essas coisas. Então, pra mim é uma terapia”. (Coordenadora de bordado)

Nesse sentido, a construção de novos vínculos de amizade com pessoas diferentes e o rompimento de uma rotina que se repetia há muitos anos superam a experiência do acúmulo de tarefas e do cansaço. A cooperativa passa a ser mais do que o local de trabalho, ela se transforma em lugar de encontro e de vivência de experiências lúdicas.

“Primeiro, eu era uma pessoa que só vivia trancada dentro de casa. Só ia pra escola. À noite, saía pra ir pra escola, voltava, dentro de casa. Se eu não tava fazendo nada em casa, tava vendo televisão. Quer dizer, eu vivia num mundinho, sabe? Eu me tranquei no meu mundo. E hoje não. Hoje eu brinco, sabe? Eu tô mais solta, mais leve. (...) Chego aqui eu brinco, quer dizer, tá sendo bom, porque são pessoas novas e aqui, graças a Deus, todo mundo se dá bem. Então são pessoas novas e eu criei novas amizades, sabe? Ah, é muito bom! Ah, eu tô me sentindo bem melhor! Mais cansada, né? Mas, bem melhor”. (Bordadeira 2)

Abrindo caminhos para transformações

Para mulheres que se dedicavam primordialmente à casa e à família, pequenas mudanças podem significar os primeiros passos para elaborar transformações nas relações familiares e sociais.

A própria mulher vivencia essas modificações em seu cotidiano, ao começar a abrir mão de ser a única responsável pelas tarefas domésticas, dividindo com o marido, filhos e familiares essas funções. Isso implica na construção de uma nova rotina no lar, onde as negociações e os ajustes vão sendo implementados à medida em que novas situações acontecem, ampliando a participação dos moradores da casa na realização do trabalho doméstico.

Receber ajuda é também um aprendizado para essas mulheres que estavam habituadas a fazer tudo sozinhas e a manter todo o serviço em ordem. Aos poucos, vão percebendo que, para ocupar novos espaços na vida, é preciso desconstruir a imagem da “dona de casa perfeita” ainda muito valorizada na comunidade em que moram.

E, assim, seguem aprendendo a delegar tarefas, a viver em uma casa menos arrumada, a lidar com as limitações de tempo que o novo papel de cooperativada impõe e a diminuir a culpa que pode surgir em meio a essa dinâmica. Surpreendentemente, percebem que, apesar dos conflitos que podem surgir na família, é possível haver melhora nas relações.

“Aí, tem final de semana que você não tá agüentando, limpa de qualquer jeito, aí o marido já cobra. Mas, assim, até o relacionamento em casa melhora. Ah, eu acho que melhora. A mulher fica mais independente”. (Bordadeira 2)

Além disso, envolvem-se em um trabalho que tem contribuído para seu desenvolvimento profissional e pessoal, abrindo caminhos para alcançar novas metas e aumentar a auto-estima.

“Ah, mudou sim. É... Minha auto-estima, de tá fazendo alguma coisa.” (Coordenadora de bordado)

A atuação na cooperativa possibilita que percebam a si mesmas mais profundamente, captando suas próprias limitações e potencialidades e transformando-se através das práticas cotidianas.

“É, mudou, assim, mas eu nem sei explicar, entendeu? Acho que mudou meu relacionamento, eu era... Ainda sou, mas era uma pessoa

muito fechada. Ainda sou bem fechada. Mas já consigo falar mais, conversar mais. Mas era uma pessoa muito assim tímida, né? Isso trabalhando aqui melhorou um pouco, né? O fato de eu ter que ir pras feiras, aí ter que lidar com as pessoas, com o público. Aí a gente já tem que ser mais desinibida um pouquinho. Apesar que mesmo dentro da minha timidez eu consigo, entendeu? Aí, trabalhar aqui melhorou pra mim essa parte assim”. (Bordadeira)

Ao experimentar novas situações e vencer obstáculos, tornam-se mais seguras para atuar no meio social, seja para negociar produtos ou para fazer novas amizades, fortalecendo-se como sujeitos e como grupo.

“Eu tenho mais comunicação com as pessoas, coisa que eu não tinha. Mas, assim, o meu modo de ser é a mesma coisa. Mudou assim, eu tô mais tranqüila, sabe? (...)Eu era muito eufórica. (...) Fiquei mais corajosa, até pra fazer amizade com outras pessoas eu fiquei, sabe? Na escola mesmo, eu era muito restrita. Agora não, eu falo com todo mundo, eu brinco com todo mundo. (...) Nesse ponto, eu mudei. Porque eu demorava a me aproximar das pessoas. Por mais que eu seja comunicativa, eu demorava a me aproximar, eu era um pouco tímida, vamos dizer assim”. (Bordadeira 2)

“E aqui que eu vim conhecer outras mulheres. Aqui que eu vim fazer novas amizades. Porque eu sou muito estranha pra amizade, entendeu? Não é todo mundo que... Acho que a pessoa não gosta de mim e eu também quando não gosto da pessoa nem adianta ter amizade não, porque não se entrosa”. (Costureira)

Por meio de acertos e erros, aprendem a ampliar seu conhecimento na vida pessoal e profissional, expandindo as fronteiras de sua curiosidade e o interesse pelos novos temas que vêm elaborando desde sua entrada na cooperativa.

“Mudou, mudou. Amadurecimento, entendeu? E situação de profissionalização. Uma situação de eu saber que, por mais que a gente ache que sabe alguma coisa, tem que procurar saber mais, entendeu? Então, mudou muita coisa, mudou muita coisa mesmo”. (Presidente da cooperativa)

A socialização produz modificações: envolve, emociona, abre espaço para o novo, impulsiona outras atitudes, alimenta sonhos. Permite estar em contato mais profundo com as pessoas e o mundo, mas, principalmente, consigo mesmas dentro dessa dinâmica diferente.

“Psicologicamente melhorou muito. Muito, porque até de eu ter problema em casa, eu não sou muito de chorar. Então, pra mim chorar, eu vou pra dentro do banheiro, aí choro, choro, choro, aí tomo um banho. Eu não gosto que ninguém me veja chorando. Até nisso eu já tô mais solta, sabe. Às vezes, a lágrima vem assim, sem eu... Às vezes, até de felicidade eu tô chorando agora e eu não fazia isso, sabe? Ah, mudou muito, minha vida mudou muito”. (Bordadeira 2)

Percebendo os laços entre trabalho e saúde

“Os especialistas e os cientistas levaram muito tempo para compreender que o trabalho é um dado fundamental da saúde. Não somente de maneira negativa (o trabalho como causa de doenças, de intoxicações, de acidentes, de desgastes etc.), mas também de forma positiva.” (Dejours, 1993:101)

Na primeira conversa que tive com a presidente da cooperativa, quando expliquei do que se tratava minha pesquisa, pude perceber que ela demonstrava uma certa apreensão com a avaliação que eu poderia fazer sobre a qualidade do mobiliário. Disse-me que tinha intenção de melhorar as condições do local, adquirindo cadeiras mais adequadas às tarefas realizadas, principalmente ao bordado, a fim de evitar que as cooperadas tivessem problemas decorrentes de postura inadequada.

No entanto, esse projeto só poderia ser realizado após atingirem uma estabilidade financeira, pois a prioridade no momento era garantir a geração de renda para as trabalhadoras.

Esclareci que meu objetivo não era avaliar tais características, mas conhecer seu trabalho como um todo. De qualquer forma, antes mesmo de começar as entrevistas, obtive uma indicação sobre uma das formas de se pensar a saúde na cooperativa, ligando-a às condições físicas do ambiente onde atuam. Posteriormente, outras relações

entre saúde e trabalho foram colhidas. Em uma delas, a saúde aparece como condição essencial para realizar um bom trabalho:

“É, você tando com a saúde legal, você trabalha legal, né? Se você não tiver muito bem, não tem como você render nada”. (Bordadeira)

A seguir, a mesma pessoa estabelece uma nova conexão que valoriza o trabalho como uma maneira de melhorar as condições de saúde e amenizar os sintomas de doenças, por meio da realização de algo prazeroso e pelo convívio com o grupo.

“É, aqui, não foi bem o meu caso, mas já teve mulheres aqui, que passaram por aqui que tinham depressão, ficavam em casa, sem fazer nada, não sei o quê, tinha depressão, ficavam chorando o dia todo. Veio trabalhar aqui e mudou, entendeu? Parou de tomar remédio, esses remédios fortes assim. Parou e tudo. Quer dizer, quando você faz o que você gosta, né? Acho que independente de ser aonde for, né? Você faz o que você gosta, às vezes você pode estar até com uma dorzinha aqui, outra ali, mas se você tá fazendo o que você gosta você supera. A não ser que seja uma coisa que não tenha como. Mas, às vezes: Ah, eu tô com uma dor de cabeça, tô com dor de ouvido, tô com dor no corpo. Mas, pô, eu vou porque eu gosto. Aí você vem aqui, você às vezes até esquece. Conversa com uma, conversa com outra. Aí a gente fala muita besteira!” (Bordadeira)

A insatisfação com o trabalho é vista como um fator que pode gerar agravos à saúde, onde o mal estar experimentado acaba se transformando em doença. Gostar do que se faz aparece como um pré-requisito para sentir-se bem, o que contribui para a saúde mental e física.

“Acho que é compensação pessoal, né? Quando você tá fazendo uma coisa que você tá bem, que você gosta, que você se sente bem... A pior coisa que tem é você tá fazendo uma coisa que você não gosta. Isso não ajuda pra nada, nem pra cabeça, nem pra saúde. Porque você acaba sempre botando um monte de obstáculos e acaba não se sentindo bem. Eu não sei trabalhar numa coisa que eu não goste. Eu até faço porque precisa, mas se eu puder evitar... Porque é legal você tá se sentindo bem com o que você faz. Isso ajuda a ter uma boa saúde, não ajuda? Tanto mental como física”. (Cortadeira e auxiliar de produção)

As tarefas realizadas no interior do espaço doméstico parecem não ser consideradas como trabalho, mesmo quando descrevem uma intensa atividade. Dentro desse quadro, o isolamento e a rotina diária parecem contribuir para a exacerbação dos sintomas de algumas doenças, ao passo que as mudanças decorrentes da entrada na cooperativa produzem alterações na percepção dos mesmos, diminuindo sua intensidade.

“Eu tenho um problema seríssimo de coluna, inclusive o meu trabalho de ficar assim (demonstra a posição de bordadeira, com a cabeça curvada pra frente) era pra atacar mais, porque o meu problema é cervical. Dói. Não vou dizer que não dói não, mas quando eu ficava dentro de casa doía mais. Sabe, parece que a doença te pega mais porque você fica mais parada, sabe? Não tem atividade. Você arruma uma casa, fez uma comida. Se você não procurar o que fazer, você almoça, deita, dorme, acorda, aí vai lavar a louça, aí vai fazer comida de novo. É aquela rotina. Já trabalhando, não. Você vem, você trabalha, aí você chega em casa, arruma a casa, faz uma coisa, faz outra, daqui há pouco vai pra escola. Então, você fica mais ativa. Então, eu acho que o trabalho melhora um pouco a saúde, porque você não fica ali só prostrada, vamos dizer assim, sem fazer nada”.
(Bordadeira 2)

As trabalhadoras, em diversas ocasiões mencionaram o caráter terapêutico do trabalho realizado, no sentido de ter a capacidade de fazê-las esquecer dos problemas diários, sejam eles financeiros, familiares ou de saúde. Por outro lado, percebem que esse mesmo trabalho também se apresenta como gerador de outras angústias da vida cotidiana.

“Olha, a higiene mental que faz muito bem. No caso, desestressa. Às vezes você tem problema em casa com marido, filho, tu esquenta a cabeça. Chega aqui, você conversa, você distrai, entendeu? Também, às vezes, acarreta também um estresse que faz um mal. Mas, todo trabalho tem o se estresse, né? E nós tamos passando por um momento de muito estresse, muito estresse mesmo, entendeu? Eu tô chorando porque eu vejo as dificuldades das meninas, né?”
(Coordenadora de bordado)

A falta ou insuficiência de rendimentos no final do mês representa a principal preocupação das trabalhadoras, sendo apontado por várias delas como um fator gerador de estresse.

“Bom, pelo que eu tô passando, pela preocupação de não ter dinheiro talvez a pessoa fique, né? Fique nervoso”. (Costureira 2)

*“Porque no fundo no fundo, a gente trabalha pra quê? Pra ter como suprir as necessidades da gente. Quando isso não acontece a gente fica uma pilha de nervos, cara. Eu fico nervosa, entendeu?”
(Cortadeira e auxiliar de produção)*

Outros aspectos foram evidenciados como potenciais causadores de problemas de saúde. A própria posição requerida para bordar ou costurar pode ocasionar cansaço e dores pelo corpo.

*“Eu procuro não sentar arriada, porque se você ficar, dependendo da sua postura, vai te dar problema de coluna, coisa assim. Mas aí a gente procura um meio que não faça tão mal pra saúde”.
(Coordenadora de bordado)*

*“Dá um estresse mesmo, dá cansaço, mas a gente já tá numa idade, né? A gente cansa. E ficar o dia inteiro na máquina é cansativo. Aí dá pobrema de coluna, começa a doer as pernas, inchação...”
(Costureira)*

Nas ocasiões em que adoecem, comunicam à presidente seu estado de saúde e avisam que não poderão comparecer. Em alguns casos, levam o material da cooperativa para realizar o trabalho em casa.

“Só quando é uma coisa mesmo que não dá, que eu não tô agüentando, entendeu? Mesmo assim, eu fico em casa pensando: poxa, eu queria estar lá... Quer dizer, agora é assim, bordado eu posso levar pra casa. Quer dizer, se eu não tiver legal pra vir pra cá, que essas cadeiras acabam com a nossa coluna. Se eu não tiver legal, eu venho, pego e faço em casa. Tem essa liberdade”. (Bordadeira)

Em alguns depoimentos, o comportamento das cooperadas para justificar sua ausência devido a problemas de saúde, entregando atestado médico, demonstra a repetição do padrão adotado em outras firmas, onde vigora o sistema patrão-empregado.

Tal atitude revela, mais uma vez, uma compreensão incompleta de seus direitos e deveres como cooperadas e a dificuldade em assumir-se como sócias do empreendimento.

“Eu moro aqui pertinho, então eu chego aqui e converso: ‘Olha, Cláudia, hoje eu não tô me sentindo muito bem, então eu vou ao médico’. Eu trago um atestadozinho, entrego na mão dela. Às vezes ela nem faz tanta... Assim, não cobra da gente também. Ela sabe que a gente assim tem uns problemas. (...) Como ultimamente era todo dia dor de cabeça. Chegava a ficar com a cabeça rodando. Aí ela: ‘Não, tudo bem. Fica em casa, descansa. Vê se amanhã, se você melhorar, você vem’. Aí, acontecia isso”. (Costureira)

Com exceção de uma cooperada que realiza consultas médicas periódicas por possuir plano de saúde da empresa onde o marido trabalha, as demais utilizam a rede pública de saúde e só procuram atendimento quando estão doentes.

“A verdade é uma só: pobre quando vai no médico é um problema, cara! Às vezes nem sabe que tem tanta coisa, mas aparece tanta coisa pra gastar, que ele se arrepende de ter ido! Mas, é verdade. Enquanto você não pisa no hospital, você vai com uma coisa. Aí, você descobre que tem mais uma coisa, mais uma coisa e quando você vê tem uma pilha de remédio pra comprar! Aí, a gente não vai. Só quando a coisa aperta mesmo!”. (Cortadeira e auxiliar de produção)

A saúde também é feita de sonhos

“A saúde é a existência da esperança, das metas, dos objetivos que podem ser elaborados. É quando há o desejo. O que faz as pessoas viverem é o desejo e não só as satisfações.” (Dejours, 1993)

Ter planos e fazer projetos para o futuro é uma forma de afirmar a vida e lutar para concretizar sonhos. A expectativa da maior parte das entrevistadas relaciona-se ao sucesso da cooperativa, indicando que a realização de seus desejos passa pelo desenvolvimento e afirmação da Coosturart no mercado.

Isso ocorre não só pela perspectiva de geração de renda e retorno do investimento que vêm realizando, mas pela identificação com o trabalho realizado e pela confiança na

viabilidade do projeto em que estão inseridas. Além disso, reconhecem na cooperativa uma oportunidade única de permanecer próximas aos filhos e de conciliar os vários papéis que desempenham diariamente.

“Bom, o meu sonho é que essa cooperativa dê certo, né? Que a gente consiga ter um ganho mensal legal, que dê pra gente, assim, ter as coisas em casa, ajudar em casa, se sustentar. Não é nem ajudar, é se sustentar. Porque eu moro aqui, na rua aqui atrás. Quer dizer, é bem melhor do que você ter que sair, pegar um ônibus, enfrentar esse trânsito horrível, essas coisas todas. Aí já chega no serviço cansada. Aí volta. Os filhos ficam assim longe de você. Porque você que trabalha fora é o dia todo longe. Aqui não. Eu tô aqui, mas, qualquer coisa eu tô vendo eles ali, entendeu? Acontece alguma coisa a minha mãe me liga, ou então alguém vem aqui me chamar, eu já tô ali, entendeu? Se tá doente, a gente vai rapidinho, entendeu? Aí, meu sonho, o que eu quero que aconteça é isso: que a cooperativa dê certo, que a gente consiga ter um ganho do nosso trabalho mesmo, né? Sem depender, né? Porque se você trabalha pra patrão você depende de patrão, né? Meu sonho é que a gente consiga vencer com o nosso suor, com a nossa garra. Que eu acho que a gente já é bem... A gente já tá insistindo, né? A gente já tá lutando mesmo pra que isso dê certo”. (Bordadeira)

“(...) a perspectiva é grande, sabe? O campo que eles (a direção) tão indo tem tudo pra dar certo. Por isso que, além do trabalho, no futuro você sabe que vai ter uma posição melhor. Então, você não vai sair. Você vai lutar e vai continuar ali tentando. Ainda mais que te dá assim uma situação de você poder colocar trabalho e casa e marido, tudo englobando ao mesmo tempo”. (Bordadeira 2)

Mesmo percebendo uma demora nesse processo, continuam acreditando que o empreendimento vai prosperar e garantir a tão almejada independência financeira e a melhora nas condições de vida.

“É porque a gente gosta. A gente gosta. A gente aposta nisso aqui. A gente sabe que vai dar certo, só que tá demorando”. (Bordadeira)

Os planos com relação ao desenvolvimento da Coosturart incluem a exportação de peças para outros países, o que, na visão de algumas cooperadas, seria uma forma de garantir maiores ganhos para as trabalhadoras.

“É nosso sonho, que a gente feche com empresários internacionais e tenha um contrato fixo anual que dê pra manter assim, por exemplo, o salário ali, certinho. É o que a gente tá buscando, tá correndo atrás disso, entendeu? É uma tranqüilidade pra todo mundo”.
(Coordenadora de bordado)

Ao projetar um futuro promissor para a cooperativa, é possível imaginar novas frentes de trabalho ligadas à expansão do empreendimento. Nesse sentido, a fala de uma dessas mulheres revela o desejo de cursar uma faculdade visando à ocupação de um cargo que poderá ser criado futuramente, indicando que a elaboração de seus projetos pessoais está fortemente atrelada ao desejo coletivo de ver progredir a Coosturart.

“Eu queria fazer faculdade. (...) Se isso aqui virasse uma empresa, eu queria trabalhar na área de marketing, entendeu? Porque aqui exige muito, a gente lida muito com isso também. E aqui não tem ninguém que faça isso. Não deixa de ser na área de comunicação. Se isso aqui engrenar mesmo, aí vou ver se eu consigo ficar na área de marketing. Por isso, que eu fico, entendeu? Se isso aqui der certo, pra quem já tá aqui, ela não vai dar prioridade pra gente de fora se tem gente aqui dentro interessada em fazer. A idéia é essa. E eu vou ficar”.
(Cortadeira e auxiliar de produção)

A satisfação com o trabalho realizado cotidianamente não exclui projetos idealizados em épocas anteriores e que foram sucessivamente adiados em virtude da dedicação ao cuidado da família. Em alguns casos, o desejo de se realizar profissionalmente está voltado para outras áreas, sendo a cooperativa um espaço provisório de atuação.

“Na realidade, meu sonho não tem nada a ver com isso aqui. Porque eu, quando mais nova, eu fiz o curso de atendente de enfermagem. Então, eu voltei a estudar porque eu quero me formar, eu quero fazer o técnico de enfermagem. Então, meu sonho é trabalhar dentro do hospital, cuidar de velhinho, cuidar de criança, sabe? É meu sonho, é ser enfermeira. É cuidar das pessoas com amor, com carinho, não é como eu vejo aí”. (Bordadeira 2)

O caráter transitório do trabalho na cooperativa pode envolver um tempo de preparo para outras mudanças, como o retorno às origens, a viagem de volta à terra natal onde novos projetos serão iniciados.

“O meu sonho que eu ainda não realizei é ganhar esse dinheiro aí. Já fiz o que tinha que fazer. Eu já me aposentei. Eu vou trabalhar mais um pouco, ganhar mais um pouquinho de dinheiro e vou lá pra minha terra, que eu sou amazonense. Mas, eu não quero deixar de trabalhar não. Enquanto eu puder trabalhar, eu vou trabalhar. Seja assim, seja de qualquer maneira, seja em casa, eu quero trabalhar. Lá, se me der vontade de botar alguma coisa lá nessa minha profissão, eu ponho. Eu gosto disso aqui, eu gosto muito. Eu gosto de trabalhar, de costurar. Me faz bem”. (Costureira 2)

A trajetória da cooperativa comprova que muitas barreiras já foram vencidas e outras tantas ainda serão enfrentadas para sua definitiva consolidação no mercado da moda carioca. A avaliação feita por sua presidente contempla esses aspectos e aponta para o crescimento do empreendimento, numa visão otimista que não se perde em utopias, mas que se encontra respaldada por fatos concretos.

“Bom, a Coosturart, eu pessoalmente acredito que ela é uma empresa que já deu certo. Ela já deu certo. A gente hoje, com dois anos e meio, eu tenho total certeza que a gente já conseguiu avanços aí que algumas cooperativas ou empresas ainda em quatro cinco anos não conseguiram. A gente já tem nome no mercado, a gente é reconhecido pela qualidade, os nossos produtos são produtos que entram em qualquer lugar. Como você viu, a gente vende tanto pra dentro de uma Globo como pra um cliente individual, a Feira da Babilônia, na Barra. Então, a gente tem essa facilidade de ter esse tipo de cliente por ser um produto diferencial. A dificuldade nossa, que é uma dificuldade que a gente tá vencendo agora, é justamente de manter uma produção regularizada pra ter, pelo menos, não digo uma renda fixa, mas partir de um ponto. E continuar a qualidade desse produto. Então, eu acho, eu no meu ver, ela é uma empresa que já deu certo, entendeu? Ela é uma empresa que a tendência dela agora é crescer. Crescer e as pessoas se capacitarem cada vez mais e a gente abrir parcerias e situações assim”. (Presidente da cooperativa)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da nova configuração do mundo do trabalho, a construção de alternativas individuais e, sobretudo, coletivas para a geração de emprego e renda torna-se uma prioridade atual. A inclusão nos contextos produtivo e social apresenta-se como uma nova questão a qual o campo da Saúde do Trabalhador vem procurando responder por meio de novos estudos e pesquisas nessa área.

Com o intuito de contribuir para esse debate, procurei apresentar a economia solidária e o cooperativismo como algumas possibilidades que têm alcançado bons resultados, no Brasil e no mundo, no sentido do resgate de espaços de trabalho e cidadania de pessoas que há muito se viam deles excluídas.

Como grupo social mais vulnerável ao contexto de precarização do trabalho, as trabalhadoras enfrentam múltiplos obstáculos para conseguir um emprego e nele se manter. Principais responsáveis pela socialização dos filhos e pelo cuidado da casa, as mulheres têm sido, historicamente, excluídas do universo produtivo, ficando responsáveis pela função reprodutiva e pelo serviço doméstico, que são desempenhados no espaço privado.

Buscando outras possibilidades para o enfrentamento dessa situação, trabalhadoras de várias partes do país dão início a soluções empreendedoras, com forte potencial para promover rearranjos nas relações de gênero e trabalho.

A cooperativa estudada se mostra como um exemplo concreto dessa nova perspectiva, onde as trabalhadoras costuram juntas as possíveis bases para mudanças em suas vidas. De tudo que pude apreender, aqui reúno o que de mais importante se revelou para mim.

O exercício de atividades manuais no campo da costura e bordado pode ser visto, numa ótica mais adequada à conjuntura estabelecida, como a única alternativa possível para essas mulheres, que não possuem outras qualificações ou experiências no mercado de trabalho.

No entanto, também pode ser entendido como uma demonstração de ousadia por parte dessas mulheres, que utilizam os atributos femininos socialmente construídos e exercidos no ambiente doméstico para buscar um novo modo de viver, alinhando um outro sentido para sua existência.

Para tanto, recorrem ao conhecimento que têm a fim de alcançar os objetivos que almejam, valorizando aquilo que sabem e enfrentando juntas as dificuldades inerentes a

um processo que é novo para cada uma delas. Os obstáculos se mostram sempre presentes, levando-as a questionar se o empreendimento vale à pena, tanto no aspecto pessoal quanto no financeiro. Esse sentimento ambivalente apareceu em vários trechos das entrevistas.

Mas, os pontos positivos da cooperativa vêm obtendo maior destaque, como o prazer de fazer o que se gosta, a convivência com as companheiras, a liberdade para organizar o próprio trabalho e a possibilidade de conciliar o cuidado da casa e da família.

O envolvimento com esse cotidiano diferente não se constitui como um processo linear para essas mulheres. Ele é dinâmico, repleto de idas e vindas, de dúvidas e esperanças, de medos e projetos que povoam seu imaginário. O novo também assusta. “Sabemos que conservar e repetir o mesmo é algo constitutivo do ser humano, mas viver é também enfrentar riscos e vencer o combate.” (BRITO et al., 2003:24)

Essa aventura no desconhecido, que aqui é expressa pelo mundo do trabalho cooperativado, pode significar a possibilidade de construção de um caminho próprio em direção ao bem-estar físico, psíquico e social. Por meio desse exercício de produção da existência, é possível que se conquiste outras bases para a saúde.

A busca de novas normas para a vida por meio do trabalho não é algo específico da economia solidária, nem das mulheres, mas de toda pessoa. A centralidade do trabalho como categoria estruturante da subjetividade e da saúde faz parte da história da espécie humana.

Nessa construção da existência humana, os conflitos estão sempre presentes, pois as relações de poder estão presentes em todos os setores da sociedade. No campo do trabalho, seja ele remunerado ou doméstico, o poder é também expresso nas relações sociais de sexo, onde o gênero não estabelece apenas uma diferença, mas uma relação hierárquica.

Apesar disso, é possível cogitar mudanças nessa situação. No caso das mulheres entrevistadas, a passividade é negada a partir de seu próprio engajamento na criação de novas oportunidades de trabalho, o que pode provocar modificações nas relações de gênero.

O movimento de ruptura empreendido pelas trabalhadoras com seu modo de vida habitual, seja o trabalho doméstico ou o assalariado, indica que a elaboração de novas fronteiras para as relações sociais de sexo é algo que também pode se fazer presente nas cooperativas.

A partir de sua inserção nesse trabalho, essas mulheres inauguraram em suas vidas um contexto de negociação e transformação, rompendo o isolamento no qual que encontravam.

A variação da produtividade e das vendas realizadas pela cooperativa demonstra que ainda não foi possível alcançar a consolidação da marca no mercado, o que gera grandes diferenças no capital obtido mensalmente. Tal fato impede que ocorra a obtenção de uma renda mensal estipulada.

Desse modo, o trabalho realizado ainda não significou a conquista da independência financeira e da autonomia na vida pessoal. A necessidade de prover o sustento familiar tem levado muitas delas a buscar outras atividades paralelas, porém, não desistem de acreditar no sucesso do empreendimento.

A autogestão desenvolvida pela cooperativa se apresenta como uma experiência que precisa ser elaborada todos os dias no contexto de trabalho. A mudança no modo de pensar e viver a gestão do trabalho não ocorre de uma hora para outra, sendo possível observar em muitos discursos a permanência da mentalidade do sistema patrão-empregado.

Leva tempo até que as pessoas entendam as particularidades do cooperativismo e se sintam à vontade para participar da gestão de modo ativo, compreendendo que sua opinião é importante para o desenvolvimento do empreendimento.

No aspecto administrativo, o modo de pensar ainda diverge, com algumas preferindo a oportunidade de planejar em conjunto os rumos da empresa, enquanto outras acreditam que esse processo dá muito trabalho e seria melhor ter um chefe que tomasse as decisões, como no sistema de heterogestão que vivenciaram nos empregos anteriores.

No que diz respeito ao desenvolvimento de produtos, a autogestão oferece às trabalhadoras a oportunidade de participar do processo de criação, o que as motiva a pesquisar as últimas tendências de moda no mercado e a buscar inspiração nos valores estéticos dos mais simples objetos do dia-a-dia.

O exercício da liberdade é também experimentado no processo de trabalho, onde é permitido decidir a melhor maneira de realizar o serviço, cumprindo o planejamento estipulado pelo grupo, mas escolhendo o modo mais confortável possível para executar as tarefas.

Essa autonomia também é vista como uma vantagem pelas cooperativadas para conciliar o trabalho e o cuidado dos filhos e da família. Existe a possibilidade de

escolher o melhor horário para ficar na cooperativa e realizar o restante do serviço em casa, o que permite a mulheres com filhos pequenos a oportunidade de trabalhar fora sem ter que deixá-los sob a responsabilidade de outras pessoas em período integral.

No contexto estudado, pensar a própria saúde inclui a vivência do prazer a partir do trabalho realizado, da construção de um espaço coletivo para o enfrentamento e a transformação das relações sociais, onde o processo de criação é também uma forma de transgredir e de se apropriar de novas maneiras de pensar que permitam a reinvenção do cotidiano dessas mulheres.

Nesse sentido, os aspectos abordados fazem parte das minhas questões como pesquisadora, mas não põem fim nem esgotam o tema. Há muitas dimensões que precisam ser ainda analisadas e aprofundadas, considerando sempre, como afirma Louro (1996:17), “que nossas certezas teóricas são sempre provisórias, *precisam ser provisórias*; afinal, esta parece ser uma característica indispensável a uma(um) intelectual comprometida(o).”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, M. ; D'ACRI, V. (Orgs.). *Trabalho feminino e saúde*. Rio de Janeiro: ENSP, 1994.

ALBUQUERQUE, P. P. de. Associativismo. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

ANTUNES, R. *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

ARRUDA, M. Socioeconomia Solidária. In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

BRITO, J. et al. (org.). *Caderno de textos: programa de formação em saúde, trabalho e gênero nas escolas*. João Pessoa: Universitária, Texto 2: Saúde, cadê você? Cadê você? pp. 23-40, 2003.

BRITO, J. C. de. *Saúde, Trabalho e modos sexuados de viver*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1999.

_____. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 16(1): 195-204, jan-mar, 2000.

CANGUILHEM, G. *O normal e o patológico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

CASTEL, R. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

CATTANI, A. D. (Org.) *Dicionário técnico sobre trabalho e tecnologia*. Petrópolis: Editora Vozes. Rio Grande do Sul: Editora da UFRGS, 2002.

COELHO, V. P. O trabalho da mulher, relações familiares e qualidade de vida. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo: Cortez Editora, n. 71, p.63-79, set., 2002.

CORAGGIO, J. C. *Da economia dos setores populares à economia do trabalho*. Mimeo, 2002.

DEJOURS, C. Por um novo conceito de saúde. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, n. 54, vol. 14, p. 7-11, 1986.

DEJOURS, C.; DESSORS, D.; DESRIAUX, F. Por um trabalho, fator de equilíbrio. *Revista de Administração de Empresas*. São Paulo, 33(3):98-104, mai./jun., 1993.

DEJOURS, C. ; ABDOUCHELI, E. ; JAYET, C. *Psicodinâmica do trabalho: contribuições da escola dejouriana à análise da relação prazer, sofrimento e trabalho*. São Paulo: Atlas, 1994.

DIEESE. *Boletim Dieese*, edição especial, São Paulo, mar., 2000.

FRANÇA FILHO, G. C. de. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. *Bahia, Análise e Dados*, Salvador, v. 12, n. 1, p. 9-19, jun. 2002.

GAIGER, L. I. *A solidariedade como alternativa econômica para os pobres*. Contexto e Educação, n. 50, p. 47-71, 1998.

GARDEY, D. Perspectivas históricas. In: HIRATA e MARUANI (org.). *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

GIFFIN, K. A mulher, a cidade e os programas sociais. In: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rio de Janeiro. Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleos de Estudos da Mulher e Políticas Públicas. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

GIFFIN, K. Pobreza, desigualdade e equidade em saúde: considerações a partir de uma perspectiva de gênero transversal. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18 (Suplemento): 103-112, 2002.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HEILBORN, M. L. Gênero e condição feminina: uma abordagem antropológica. In: Instituto Brasileiro de Administração Municipal, Rio de Janeiro. Escola Nacional de Serviços Urbanos. Núcleos de Estudos da Mulher e Políticas Públicas. *Mulher e políticas públicas*. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1991.

HIRATA, H. Globalização, trabalho e gênero. In: JERUSALINSKY, A. et al. *O valor simbólico do trabalho e o sujeito contemporâneo*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

_____. Divisão sexual do trabalho: o estado das artes. In: *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

_____. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: HIRATA e MARUANI (org.) *As novas fronteiras da desigualdade: homens e mulheres no mercado de trabalho*. São Paulo: Editora Senac, 2003.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e psicopatologia do trabalho. In: *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

KRAYCHETE, G. ; LARA, F. ; COSTA, B. (Orgs.) *Economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia*. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

LAURELL, A. C. Processo de Trabalho e Saúde. *Revista Saúde em Debate*. n. 11. Rio de Janeiro, 1981.

LECHAT, N. M. P. *As Raízes Históricas da Economia Solidária e Seu Aparecimento no Brasil* (Palestra proferida na Unicamp no II Seminário de incubadoras tecnológicas de cooperativas populares). Campinas, Mimeo, 2002.

LOURO, G. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES et al. (org.). *Gênero e sociedade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

LUFT, L. *Perdas e Ganhos*. Rio de Janeiro: Record, 27ª ed, 2004.

MARCONDES, W. et al. O peso do trabalho “leve” feminino à saúde. São Paulo, *Perspectiva*, v. 17, n. 2, abr./jun., 2003.

MARTINS, J. de. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MENDES, R. e DIAS, E. C. Da medicina do Trabalho à Saúde do Trabalhador. *Revista de Saúde Pública*, São Paulo, 1991.

MINAYO, M. C. de S. Hermenêutica-Dialética como caminho do pensamento social. In: MINAYO, M. C. de S.; DESLANDES, S. F. (Orgs.) *Caminhos do pensamento: epistemologia e métodos*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2002.

MINAYO, M. C. de S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: DESLANDES, S. F. (Org.) *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 16 ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1992.

MINAYO GOMEZ, C. ; THEDIM COSTA, S M F. Precarização do Trabalho e Desproteção Social: desafios para a saúde coletiva. *Ciência e Saúde Coletiva*, vol. 4 (2), 1999.

MINAYO GOMEZ, C. ; THEDIM COSTA, S M F. Empreendimentos econômicos solidários: uma via saudável na recuperação do sentido do trabalho. In: MINAYO, M. C. de S. e COIMBRA JÚNIOR, C. E. A. (Orgs.) *Críticas e atuantes: ciências sociais e humanas em saúde na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.

NOBRE, M. Mulheres na economia solidária. In: In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

NORIEGA, M. Organización Laboral, Exigencias y Enfermidad. In LAURELL, A. C. (Org.). *Para la Investigación de la Salud de los Trabajadores*. Washington: OPS, Série Paltex, 1983.

OLIVEIRA, A. C. O. de. *Gênero, saúde reprodutiva e trabalho: as formas subjetivas de viver e resistir às condições de trabalho*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro, Escola Nacional de Saúde Pública, 2001.

POCHMANN, M. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. São Paulo: Contexto, 1999.

ROCHA, M. I. B. da. (Org.) *Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios*. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPALR/UFMG. São Paulo: Ed. 34, 2000.

SCHIMIDT, D. ; PERIUS, V. Cooperativismo-cooperativa In: CATTANI, A. D. (Org.). *A outra economia*. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003.

SINGER, P. *Introdução à Economia Solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SINGER, P. *Economia Solidária*. In CATTANI, A. D. (Org.) *A Outra Economia*. São Paulo: Veraz Editores, 2003.